

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS

ÁUREA BIANCA VASCONCELOS ANDRÉ

**COMÉRCIO INFORMAL E CIDADE: ESTUDO DE CASO DAS ZUNGUEIRAS EM
LUANDA – ANGOLA**

Campinas

2022

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS
CEATEC — CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS, AMBIENTAIS E DE TECNOLOGIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO
ÁUREA BIANCA VASCONCELOS ANDRÉ

**COMÉRCIO INFORMAL E CIDADE: ESTUDO DE CASO DAS ZUNGUEIRAS EM
LUANDA – ANGOLA**

Dissertação de Mestrado apresentada no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo do Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologias da Pontifícia Universidade Católica de Campinas como requisito para obtenção do título de Mestre. Grande Área: Ciências Sociais Aplicadas. Área de concentração: Arquitetura e Urbanismo.

Orientadora: Profa. Dra. Vera Santana Luz

Campinas
2022

Ficha catalográfica elaborada por Vanessa da Silveira CRB 8/8423
Sistema de Bibliotecas e Informação - SBI - PUC-Campinas

381.18
A555c

André, Áurea Bianca Vasconcelos

Comércio informal e cidade: estudo de caso das zungueiras em Luanda Angola /
Áurea Bianca Vasconcelos André. - Campinas: PUC-Campinas, 2022.

123 f.: il.

Orientador: Vera Santana Luz.

Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pós-
Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de
Tecnologia, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2022.
Inclui bibliografia.

1. Vendedores ambulantes. 2. Política urbana. 3. Luanda (Angola). I. Luz, Vera
Santana. II. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Centro de Ciências Exatas,
Ambientais e de Tecnologia. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e
Urbanismo. III. Título.

CDD 23. ed. 381.18

ÁUREA BIANCA VASCONCELOS ANDRÉ

“COMÉRCIO INFORMAL E CIDADE: ESTUDO DE CASO DAS ZUNGUEIRAS EM LUANDA – ANGOLA”

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo do Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologias da Pontifícia Universidade Católica de Campinas como requisito para obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Área de Concentração: Urbanismo.

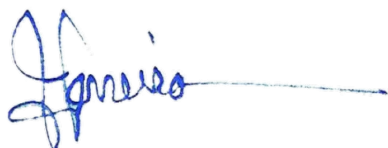
Orientador(a): Profa. Dra. Vera Santana Luz

Dissertação defendida e aprovada em 24 de fevereiro de 2022 pela Comissão Examinadora constituída dos seguintes professores:



Profa. Dra. Vera Santana Luz

Orientadora da Dissertação e Presidente da Comissão Examinadora
Pontifícia Universidade Católica de Campinas



Profa. Dra. Jane Victal Ferreira

Pontifícia Universidade Católica de Campinas



Profa. Dra. Jéssica De Almeida Polito

Centro Universitário Adventista de São Paulo

AGRADECIMENTOS

A Deus.

Aos meus pais e irmãos por nunca medirem esforços no que concerne ao incentivo aos estudos e por sempre apoiarem a minha trajetória acadêmica.

À minha orientadora Dra. Vera, por ter me orientado, mentorado e acompanhado todo o meu processo de desenvolvimento desta pesquisa. Pela dedicação, paciência, competência, humildade, pelo aprendizado que me transmitiu ao longo desses dois anos e empatia nos momentos difíceis, minha imensa gratidão.

À profa. Dra. Jessica Polito, por me ensinar, inspirar e instigar em mim o desejo de pesquisar, e me desafiar a seguir pesquisando e que me incentivou a cursar o Mestrado.

Estendo o meu agradecimento a Profa. Dra. Jane Victal Ferreira que, de forma indireta e direta, teve um impacto na minha pesquisa. Pela paciência, sugestões e observações feitas ao longo da elaboração deste trabalho.

À minha colega do mestrado, Giuliana Oliveira, pela parceria nos trabalhos, pelos lembretes da data de entrega e por ouvir e compartilhar desabafos.

À minha amiga Pamella Victoria pela parceria ao longo da minha jornada acadêmica, por me encorajar quando não mais havia forças para continuar e por orar por mim.

Aos meus amigos pelo apoio emocional, carinho e amor.

Resumo

Esta dissertação tem como objetivo investigar o comércio informal das *zungueiras* em Luanda, Angola, consideradas a partir de suas raízes coloniais, na conjuntura contemporânea, perante a qual o estado atua como repressor. Privilegiando as transformações urbanísticas que buscam uma cidade moderna pós-colonial, esta postura busca inserir Luanda nos padrões de cidade mundializada, em contradição a suas características que a aproximam do Sul Global. Conceitos como circuitos inferior e superior, saberes populares e Epistemologias do Sul embasam a investigação onde intenta-se contribuir para debates sobre possibilidades de entendimento da inserção do mercado informal, como inspiração para futuras políticas públicas urbanas e leis de comércio angolano mais includentes, considerando essas comunidades como paisagem cultural.

Palavras-chave: *zungueiras*; comércio ambulante; informalidades; sul Global; Luanda

Abstract

This dissertation aims to investigate the informal trade of *zungueiras* in Luanda, Angola, considered from its colonial roots, in the contemporary context, in which the state acts as a repressor. Focusing on urban transformations that seek a post-colonial modern city, this posture seeks to insert Luanda into the standards of a globalized city, in contradiction to its characteristics that bring it closer to the Global South. Concepts such as inferior and superior circuits, popular knowledge and Epistemologies of the South support the investigation, which is intended to contribute to debates on the possibilities of understanding the insertion of the informal market, as an inspiration for future urban public policies and more inclusive Angolan trade laws, considering these communities as a cultural landscape.

Keywords: *zungueiras*; street commerce; informalities; Global south; Luanda

Resumen

Esta disertación tiene como objetivo investigar el comercio informal de zungueiras en Luanda, Angola, considerado desde sus raíces coloniales, en el contexto contemporáneo, en el que el Estado actúa como represor. Centrándose en las transformaciones urbanas que buscan una ciudad moderna poscolonial, esta postura busca insertar a Luanda en los estándares de una ciudad globalizada, en contradicción con sus características que la acercan al Sur Global. Conceptos como circuitos inferiores y superiores, saberes populares y Epistemologías del Sur son la base de la investigación, que pretende contribuir a los debates sobre las posibilidades de entender la inserción del mercado informal, como inspiración para futuras políticas públicas urbanas y más inclusivas. Leyes comerciales angoleñas, considerando estas comunidades como un paisaje cultural.

Palabras clave: zungueiras; comercio callejero; informalidades; Sur global; Luanda

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Mapa de localização de Angola no continente africano.....	17
Figura 2. Divisão do reino do Ndongo e região circundante na 1ª. metade do sé. XVII.	19
Figura 3. Perspectiva da cidade alta e cidade baixa na data aproximada de 1698.	20
Figura 4. Planta da cidade de S. Paulo de Loanda aproximadamente em 1926.	21
Figura 5. Mapa do reino do Kongo e sua extensão em torno do ano 1800.	20
Figura 6. Foto aérea da região da atual cidade alta e cidade baixa.	23
Figura 7. Luanda, planta da cidade baixa em 1755. Em vermelho: construções de pedra e cal; em amarelo: cubatas.	24
Figura 8. Foto área de Luanda, identificando musseques mais populosos.	25
Figura 9. Habitação de musseque, Luanda, no século XX.....	26
Figura 10. Mapa de expansão urbana de Luanda entre 1920 até 1970.	28
Figura 11. Divisão política e administrativa de Luanda.....	32
Figura 12. Densidade demográfica por província de Angola.	33
Figura 13. Mapa dos musseques de Luanda e suas densidades.....	34
Figura 14. Conjuntos habitacionais em Luanda.....	37
Figura 15. Kinguilas sentadas à entrada do Prédio do Livro, edifício habitacional na Maianga, bairro central de Luanda.....	62
Figura 16. Dois roboteiros, carregando mercadorias.....	64
Figura 17. Candongueiros na Mutamba, centro histórico da cidade de Luanda.....	66
Figura 18. Duas kukapatas, dentre elas uma transportando passageiro.....	67
Figura 19. Quitanda cotidiana em Luanda.....	70
Figura 20. Quitandas e quitandeiras no mercado do Xamavu.....	71
Figura 21. Quitandeira frente a seus quitutes no mercado do Kwanza	777
Figura 22. Mapeamento das tipologias de assentamentos em Luanda.....	833
Figura 23. Mapeamento dos mercados informais mais populosos em Luanda	877
Figura 24. Zungueiras carregando produtos.....	Erro! Indicador não definido. 8
Figura 25. Zungueira morta após atropelamento em Viana.....	977
Figura 26. Zungueiras carregando os filhos às costas e produtos na cabeça	988

Figura 27. Zungueira carregando produtos na cabeça e vendendo os seus produtos no período da pandemia do COVID-19.....	1033
Figura 28. Zungueiras fugindo a agente fiscal.....	1055
Figura 29. Zungueira tentando passar pela zona de venda proibida enquanto os policiais olham para ela na praça Avó Kumbi.....	1055

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Crescimento urbano em Angola entre 1975 e 2015 (milhares).	30
Tabela 2. Classificação dos maiores índices de PIB do continente africano referentes a 2020.	38
Tabela 3. Taxa de empregabilidade em Angola.....	40
Tabela 4. Tipologias de assentamentos em Luanda.....	833

LISTA DE GRÁFICOS

- Gráfico 1.** Porcentagem da população urbana de Angola em habitações precárias. 35
- Gráfico 2.** Total de deslocamentos por meio de transporte em Luanda(%). As faixas não especificadas no gráfico correspondem a menos de 1% do total e são caracterizadas por transporte fluvial..... 65

LISTA DE ABREVIATURAS

ANGOP: Agência Angola Press

DW: Development Workshop

FMI: Fundo Monetário Internacional

FNLA: Frente Nacional de Libertação de Angola

GEOTPU: Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Planeamento Urbano.

IMF: International Monetary Fund

INE: Instituto Nacional de Estatística

MINHUA: Ministério de Habitação e Urbanismo de Angola

MPLA: Movimento Popular de Libertação de Angola

PNUD: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

UNITA: União Nacional para a Independência Total de Angola

UNFPA: Fundo de População das Nações Unidas

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	14
2. CONSIDERAÇÕES SOBRE ANGOLA E LUANDA	17
3. CONSIDERAÇÕES SOBRE O CIRCUITO INFERIOR E AS EPISTEMOLOGIAS DO SUL	41
4. AS ZUNGUEIRAS	61
4.1 Personagens Do Mercado Informal Em Luanda E Sua Disseminação Em Angola ..	61
4.2 Zungueiras ontem e hoje: origem e tradições construídas ao longo do tempo– resistência, existência, sobrevivência	67
4.3 Inserção socioespacial das zungueiras	77
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	110
REFERÊNCIAS	1133

1 INTRODUÇÃO

Ao escrever sobre Angola, estão escrevendo também sobre o Brasil, pois estamos irremediavelmente ligados pelo cordão umbilical que alimentou a formação da nossa identidade e que nos coloca eternamente na condição de filhos da Mamma Angola. (MENEZES, 2000 apud QUEIROZ, 2016, p. 13)

Zungueiras é o nome dado às mulheres vendedoras ambulantes do mercado informal angolano, que percorrem quilômetros diariamente buscando comercializar diversos produtos tais como: alimentos, utilidades, acessórios e vestimentas. A palavra se originou do termo *zunga* da língua nacional *quimbundo* que, na sua tradução literal significa: andar à volta; circular. Trata-se de um linguajar utilizado pela população de Luanda para caracterizar os vendedores ambulantes. Esta prática de venda em movimento resiste às mudanças sociais, políticas e econômicas do país. O presente trabalho “Comércio informal e cidade: estudo de caso das zungueiras em Luanda — Angola” visa apresentar uma abordagem do conceito do informal em Angola, acreditando-se que informalidade faz parte das cidades africanas, sendo um modo de auto-organização e meio de subsistência que interfere no espaço urbano. A pesquisa busca proporcionar reflexões sobre o direito à cidade da mulher zungueira que no seu dia a dia na prática pela sobrevivência é marginalizada e excluída de zonas urbanas centrais. O estímulo inicial para que este o trabalho viesse a se tornar uma pesquisa sobre o comércio informal e as mulheres é de cunho pessoal, a partir das próprias vivências e observações ligadas ao contexto angolano, e pelo fato das zungueiras marcarem minha trajetória pessoal como luandense e, em seguida, pelo incômodo dada a ausência de estudos na grande área de ciências sociais aplicadas abordando temas relativos a Luanda. Como resultados foi possível construir um arcabouço teórico possível de apontar o déficit que existe nas leis urbanas de Angola concernentes ao amparo ao comércio informal luandense. Sugere-se olhar para a *zunga* como paisagem cultural, geração de renda, fortalecimento social e de identidades, que tem como característica a potencialização dos espaços urbanos evitando a hegemonia contra as zungueiras.

Tendo como premissa as inúmeras mortes das vendedoras ambulantes em Luanda sob a justificativa oficial de desordem pública, pretende-se trazer o debate sobre paisagem cultural, políticas públicas urbanas e informalidades no tecido urbano, cujo foco é a compreensão do processo de urbanização e o entendimento da resignificação dos espaços urbanos a partir da relação de vivência entre os agentes que usufruem desse espaço, mesmo que em condições adversas.

Entende-se a necessidade complementar da análise da morfologia urbana, no sentido de estabelecer determinadas compreensões das dinâmicas socioespaciais – o que conduz à formação de fronteiras imaginárias dentro do próprio tecido de Luanda, bem como do processo de gentrificação em partes da cidade, em função de personagens que participam dessa paisagem cultural.

Desse modo, este trabalho teve como objetivos específicos: analisar o comércio informal das zungueiras em Luanda; identificar em certa medida rupturas e lacunas na lei angolana; contribuir para debates sobre a inserção do mercado informal nas políticas públicas urbanas e nas leis de comércio angolano.

A metodologia deste estudo previu a consideração a aspectos da estruturação urbana de Luanda na reconstrução pós-guerra e o papel da mulher de baixa renda neste contexto, debruçando-se sobre o fenômeno do comércio informal tendo como estudo de caso as zungueiras e suas relações sociais.

A pesquisa se deu pela investigação da literatura especializada a respeito dos principais condicionantes do processo de urbanização, para entendimento da resignificação dos espaços urbanos luandenses a partir de leis e regulamentos concernentes ao comércio informal, tendo como foco a situação atual das vendedoras ambulantes. Foram considerados estudos acadêmicos de temas análogos, seus pressupostos, métodos e resultados, marcos legais fundamentais do país relacionados ao tema, notícias em jornais e documentação fotográfica a partir de fontes disponíveis.

A dissertação está constituída em quatro capítulos a partir desta introdução. No **Capítulo 2. Considerações sobre Angola e Luanda**, o leitor é introduzido ao território do estudo de caso. A narrativa deste capítulo abrange o período histórico desde a

época pré-colonial até os dias de hoje, buscando apresentar o contexto socioeconômico e territorial de Angola.

No **Capítulo 3. Considerações sobre o circuito inferior e as Epistemologias do Sul**, são abordados, através da revisão da literatura, alguns conceitos-chave como referência teórica como globalização, circuito inferior e superior, Epistemologias do Sul, linha abissal e marginalidade, especialmente a partir de autores como Milton Santos e Boaventura de Souza Santos.

No **Capítulo 4. As zungueiras**, apresenta-se o objeto de estudo que são estas vendedoras ambulantes, suas origens, relação com as quitandeiras e o cotidiano de muitas por uma amostragem a partir da literatura concernente.

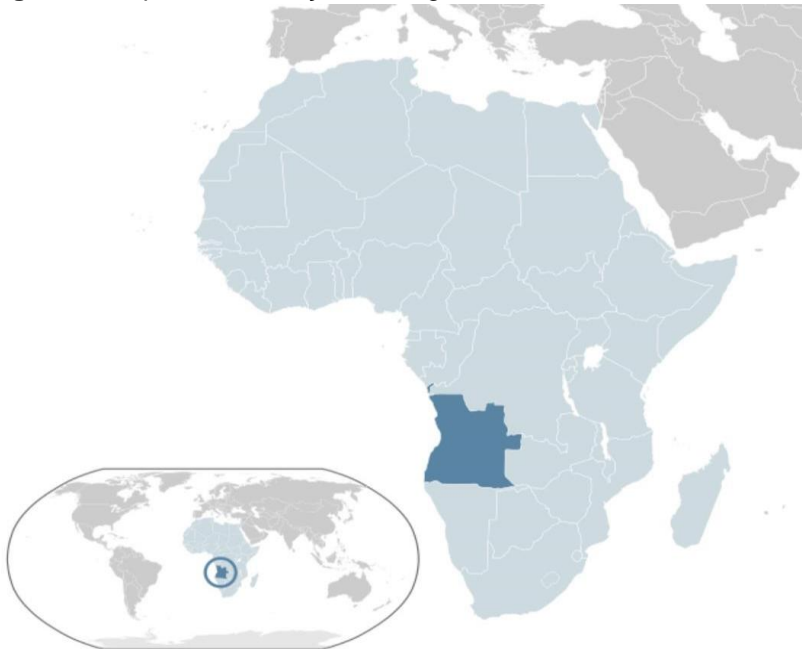
No **Capítulo 5. Considerações finais** apresentamos as principais conclusões do trabalho que apontam para o paradoxo entre direitos de sobrevivência, respeito à diversidade cultural, contradições da paisagem urbana de Luanda e necessidades de organização das zungueiras como fração de classe específica do contexto angolano, mas que aponta para a precarização do trabalho como fenômeno recorrente, em especial em países periféricos do Sul Global.

.

2. CONSIDERAÇÕES SOBRE ANGOLA E LUANDA

A República de Angola está localizada na região da África Austral ocupando uma extensão territorial de 1.246.700 km², banhada pelo Oceano Atlântico e tendo como países limítrofes a República da Namíbia, República do Congo, República da Zâmbia e República Democrática do Congo.

Figura 1. Mapa de localização de Angola no continente africano.



Fonte: Wikipedia, c2009. Disponível em:

https://en.wikipedia.org/wiki/File:Location_Angola_AU_Africa.svg. Acesso em: 2 jan. 2021.

A palavra Angola tem a sua origem Bantu da palavra *Ngola*¹, nome atribuído uma dinastia do povo *Ambundo* (ZAU, 2000, p. 36). A história de Angola é marcada por conflitos, violência e conquistas territoriais desde o período pré-colonial ao período

¹ Segundo Caregnato (2011), Ngola é uma palavra de origem Bantu atribuída aos reis da época. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300849331_ARQUIVO_Texto-ANPUH-SP.pdf. Acesso em: 20 nov. 2020. Ngola, cujo plural é Jingola se refere a um pedaço de ferro utilizado como insígnia de autoridade pelos reis. (FERREIRA, Namibiano, 2010). Disponível em: <https://poesiangolana.blogspot.com/2010/05/esta-palavra-angola.html>. Acesso em: 20 nov. 2020.

colonial. Antes da invasão colonial pelos portugueses o território que hoje é designado por Angola, era organizado por reinos e clãs dentre os quais destacavam-se os reinos do Congo, *Ndongo*, *Matamba*, Benguela e os do Planalto Central. O reino do Congo representava, na época pré-colonial, uma estrutura socioeconômica e política mais desenvolvida, dispendo de reinos vassallos ou tributários (TAVARES; PACHECO; COSTA, 2018, p. 86).

A sociedade era dividida em duas classes; no topo estava a aristocracia composta pelo rei, governadores, chefes militares e os altos funcionários e abaixo da pirâmide social estava o povo - camponeses, caçadores, pescadores, artesãos e soldados. Ainda mais abaixo encontravam-se os escravos², que eram prisioneiros de guerra ou detentores de dívidas (TAVARES; PACHECO; COSTA, 2018, p. 86).

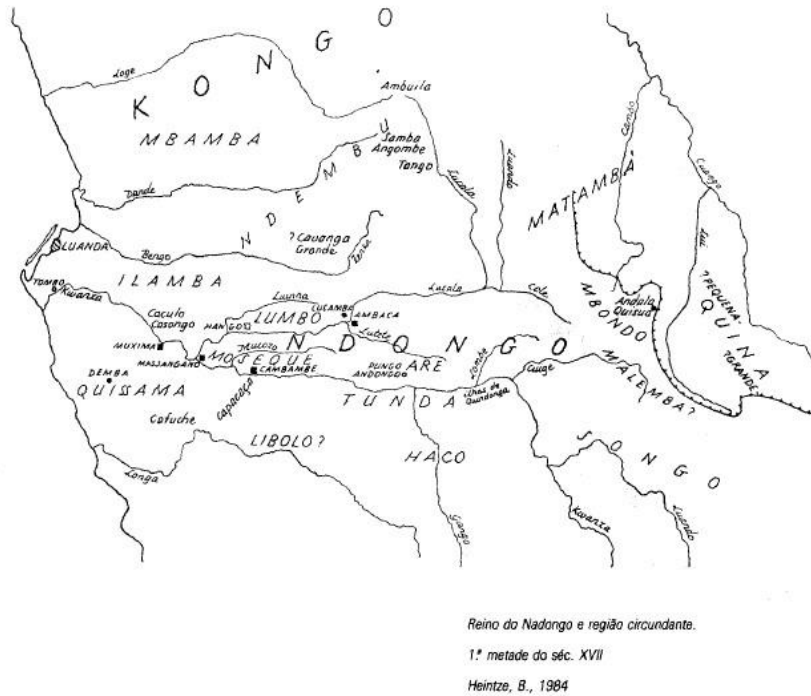
Na divisão territorial pregressa havia três reinos, correspondendo aproximadamente à região setentrional da atual Angola. Dentro dos reinos existia divisão de trabalho. O reino do Norte era composto por agricultores, onde homens e mulheres dedicavam-se à agricultura, sendo que, como divisão do trabalho, os homens lavravam a terra e as mulheres cultivavam e colhiam. O reino do Sul se caracterizava por pastores e caçadores que faziam o uso da azagaia³ e outros instrumentos de caça, tinham domínio do ferro e suas produções artesanais eram bem desenvolvidas, produzindo lanças e enxadas. O reino do Centro era composto por agricultores e pastores (TAVARES; PACHECO; COSTA, 2018, p. 85).

Como observado na Figura 2 a região correspondente a Luanda pertencia a *Ndongo*.

² Antes do colonialismo, os povos africanos como outros praticavam a escravatura evidentemente de forma diferenciada; estes escravos eram obtidos por meio da guerra, como resultado de penalidades criminais, penhorando (onde os devedores incapazes de pagar suas dívidas entraram em escravidão, ou enviar dependentes à escravidão), por invasão e sequestro, e como tributo pago por nações conquistadas. Fonte: BEZEMER; BOLT; LENSINK, 2012. Disponível em: <<https://www.aehnetwork.org/wp-content/uploads/2016/01/AEHN-WP-6.pdf>>. Acesso em: 9 ago. 2020. BEZEMER; BOLT; LENSINK, 2000. Disponível em: <https://www.academia.edu/13201133/Indigenous_Slavery_in_Africas_History_Conditions_and_Consequences>. Acesso em: 15 nov. 2020.

³ Azagaia significa lança curta de arremesso. Fonte: Dicio. Dicionário Online de Português. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/azagaia/>>. Acesso em: 15 nov. 2020.

Figura 2. Reino do Ndongo e região circundante na 1ª metade do século XVII.



Fonte: Rosa Cruz e Silva, 1997, p. 23, apud Zau, 2000. Acesso em: 14 jan. 2021.

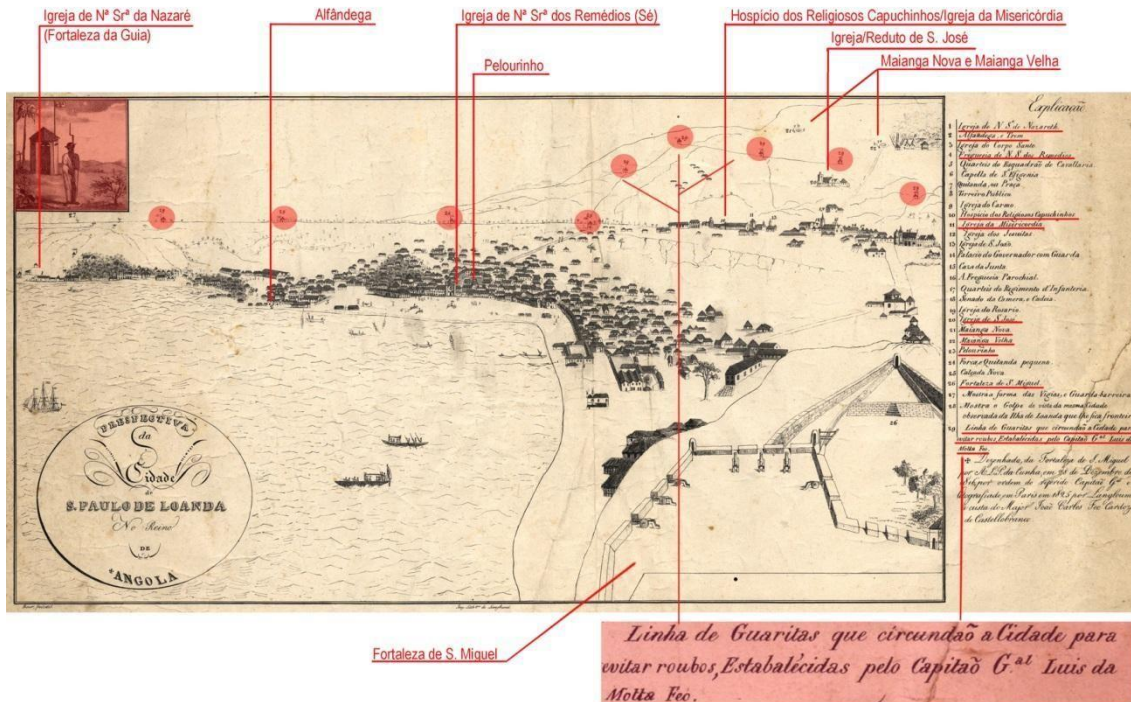
Henriques (2017) classifica a invasão portuguesa no solo angolano em 5 períodos:

- O ano de 1482 marca o início do primeiro período, com a chegada do navegador Diogo Cão estabelecendo uma relação mercantil de trocas de produtos como missangas, vinhos, tecidos, grandes quantidades de ouro e marfins com o rei do Congo *Nzinga-a-Nkuvo*;
- O segundo período abrange o ano de 1500 a 1885 que foi marcado por quatro séculos pelo tráfico de escravos, onde os angolanos eram aprisionados e vendidos aos negreiros mandados para as Américas;
- O terceiro período teve início em 1885, articulado à abolição da escravatura e marcado pela invasão e ocupação de tropas portuguesas, se apoderando de forma efetiva de todo território angolano;
- O quarto período, iniciado em torno do ano de 1910, foi marcado pela exploração capitalista e novas relações de produção, inicia uma intensificação de exploração

de recursos naturais.

- O quinto período teve o seu início em 1961, marcado pela revolução angolana contra o colonialismo.

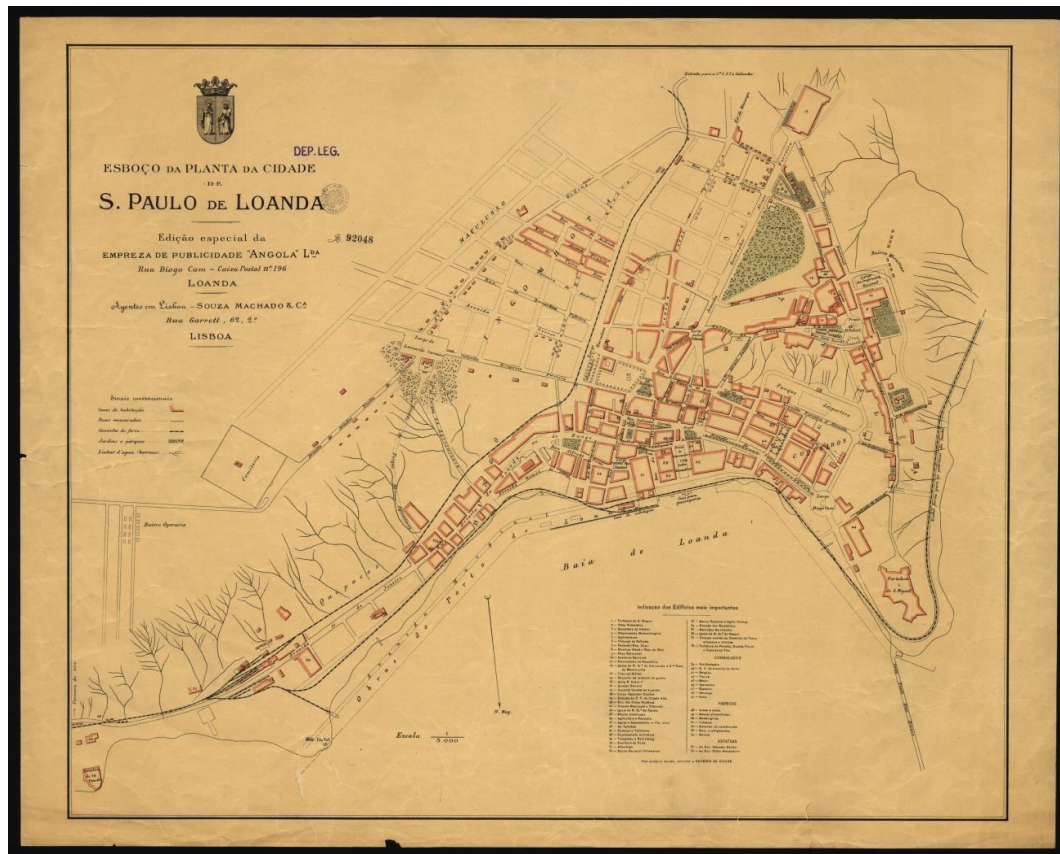
Figura 3. Perspectiva da cidade alta e cidade baixa na data aproximada de 1698.



Fonte: Cunha, A. L. P. da, [ca. 1825] apud Biblioteca Nacional de Portugal, 2020. Disponível em: <<https://purl.pt/3884>>. Acesso em: 28 fev. 2021.

Em 1575, Paulo Novais Dias chega a Luanda com 400 soldados e 100 famílias e estabelece uma colônia portuguesa na fortaleza de São Miguel. Devido a sua localização, a cidade se tornou estratégica para o comércio marítimo, palco de extorsões e ponto crucial para exportações e exploração intensiva de escravos. A escolha do morro do São Miguel foi uma estratégia militar devido à topografia que a cidade apresentava, edificando-se fortalezas nos pontos mais altos da cidade, de difícil acesso e úteis para a defesa do território contra os povos nativos e forças inimigas invasoras. As regiões baixas serviam de ligação para a baía. Essa divisão originou uma malha urbana entre a cidade alta e a cidade baixa (HENRIQUES, 2017, p. 3). A cidade alta tornou-se um setor administrativo, militar e religioso e a cidade baixa foi marcada pelo comércio e habitações dos nativos (VENÂNCIO, 2013, p. 42).

Figura 4. Planta da cidade de S. Paulo de Loanda aproximadamente em 1926.



Fonte: Biblioteca Digital Luso-Brasileira, [ca. 1926]. Disponível em: <https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/13837>. Acesso em: 7 fev. 2021.

A cidade alta configurava-se por um traçado linear reticulado, enquanto a cidade baixa apresentava um traçado orgânico, com *musseques*⁴ em zonas periféricas, evidenciando uma expansão disseminada (HENRIQUES, 2017, p. 5).

Desde os primeiros tempos a cidade ficou dividida em Cidade Alta, sede da administração, e Cidade Baixa, sede do comércio e da indústria. Assim se mantiveram, particularmente a segunda, onde se desenvolveram as funções essenciais do organismo urbano, como as do comércio, da finança, da indústria

⁴ Musseque – a palavra de origem quimbundo que significa areia vermelha, uma toponímia que descreve seu local de origem. Atualmente os musseques são bairros informais localizados majoritariamente em áreas periurbanas da capital, e fisicamente representam a segregação social no tecido urbano das cidades. Os musseques correspondem aos “caniços” em Moçambique, às favelas ou comunidades no Brasil e aos *slums* na África do Sul e na Índia. (ANDRE; POLITO; MARANGONI FILHO, 2019, p. 82)

e do artesanato, as culturais, as diversões, as profissões liberais, a que sempre se juntou a residência. (AMARAL, 1968, p. 111 apud HENRIQUES, 2017, P. 25)

De acordo com Henriques (2017), atualmente a antiga Cidade Baixa é a mais antiga zona histórica consolidada de Luanda, ocupada por construções com características coloniais e outras edificações com valor patrimonial cultural (HENRIQUES, 2017, p.25). A região da Cidade Alta é onde, atualmente, se situam o Museu das Forças Armadas, as moradias militares, o Palácio Presidencial e a Assembleia Nacional (Figura 6). Considera-se também como uma das regiões mais valorizadas de Luanda, tendo em seu entorno zonas economicamente privilegiadas, dado as principais atividades comerciais lá exercidas; e zonas residenciais de uma elite política, diplomática e financeira nacional ou formada por grandes empresas multinacionais instaladas no país (ANDRÉ; POLITO, 2020, p. 83).

Figura 5. Mapa do reino do Kongo e sua extensão em torno do ano 1800.



Fonte: KongoKing, 2013. Disponível em:
<<https://web.archive.org/web/20120227225800/http://www.kongoking.org/>>. Acesso em: 27 jan. 2021.

Figura 6. Foto aérea da região da atual cidade alta e cidade baixa.



Fonte: Elaborado pela autora a partir do Google Earth, c2019.

Desde o século XVIII, a configuração da Cidade Baixa se fez “segundo a curva da baía, apresentando um traçado irregular, mas com ortogonalidade”. O surgimento de praças e largos ajudava a ventilar. Durante as reformas pombalinas, como em diversas outras cidades coloniais, Luanda se tornou semelhante às cidades portuguesas (HENRIQUES, 2017, p. 11).

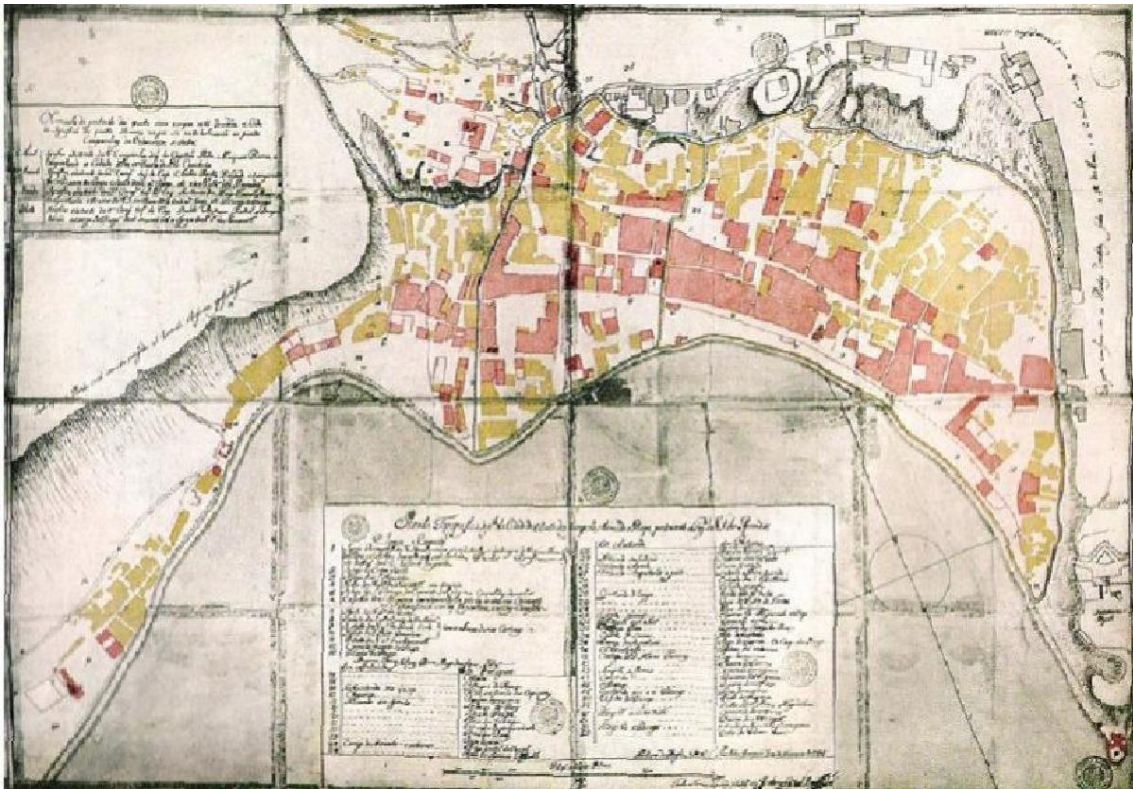
O tecido urbano que Luanda adquiriu foi fruto da ocupação dualista realizada ao longo do tempo pelos equipamentos urbanos desenvolvidos na época como o porto de Luanda, e as estações ferroviárias.

Até então, os portugueses não tinham interesse em desenvolver, do ponto de vista colonial, as cidades africanas; o interesse em Luanda surge em 1822, com a independência do Brasil, o que desencadeou instabilidade política, forçando os portugueses a se fixarem nas cidades africanas. Surge então uma atenção maior "com a organização do território, a consolidação demográfica, o desenvolvimento de atividades urbanas, um comércio diversificado, desenvolvimento da indústria de materiais de construção, assim como das artes e dos ofícios." (MARTINS, 2000, p. 214 apud HENRIQUES, 2017, p. 11).

Desse modo, ocorreu uma mudança de cenário: como alternativa ao uso de mão de obra escrava e de fácil rentabilidade, esta transição para colônias africanas

influenciou no estabelecimento de novos centros urbanos, transformando a configuração urbana, que até então era intuitiva, em ações de planejamento, que adotam medidas específicas relacionadas às construções e ao zoneamento. A população branca e europeia que imigrou para Luanda se fixou na Cidade Baixa, que se tornou uma zona central e, paralelamente, a área urbana foi se expandindo e espraiando com a expulsão da população para os limites urbanos (AMARAL, 1968, p. 55 apud HENRIQUES, 2017, p. 25).

Figura 7. Luanda, planta da cidade baixa em 1755. Em vermelho: construções de pedra e cal; em amarelo: cubatas.



Fonte: Amaral, 1968 apud Henriques, 2017.

Em 1848, devido às reformas sanitárias, medidas de higienização das ruas são aplicadas, bem como a nomeação de ruas e numeração de portas. À medida em que a cidade passa a ser planejada, com o foco na região central, força-se a expansão dos musseques para as periferias dos limites urbanos, com habitações térreas compondo o eixo central da cidade baixa (MARTINS 2000 apud HENRIQUES, 2017, p. 227). A urbanização da cidade se limitou às áreas formais do tecido urbano que correspondiam ao centro, e negligenciou e afastou gradualmente a informalidade que correspondia aos musseques bairros de autoconstrução.

Figura 8. Foto área de Luanda, identificando musseques mais populosos.



Fonte: Daio, 2020.

A abolição da escravatura levou à segregação espacial da população africana, resultando, no caso de Luanda, na gentrificação do centro histórico. A população expulsa organizou-se em terrenos pertencentes à burguesia na cidade baixa, clandestinamente, na cintura verde contentora da cidade, em bairros muito densos (VENÂNCIO, 2013, p. 49). Com a abolição em Angola, em 1869, novas regulamentações urbanísticas de ordenamento territorial foram implementadas com

ênfase na higienização da cidade. À medida em que o centro ia se expandido e a cidade recebia mais imigrantes europeus, os musseques também se expandiam e a distância entre os musseques as áreas centrais vão aumentando (VENÂNCIO, 2013 p. 49).

No fim do século XIX, Luanda contava com cerca de 28.000 habitantes. A morfologia e infraestrutura urbanas bem como a forma das construções correspondiam primordialmente às necessidades da população branca e com recursos. Estas incluíam "casas tradicionais de adobe e casas de pau-a-pique, casas geminadas barrocas e igrejas" (AMARAL,1983, p. 295 apud HENRIQUES, 2017, p. 14), revelando a diferenciação de técnicas conforme a natureza da população, sejam nativos negros ou brancos.

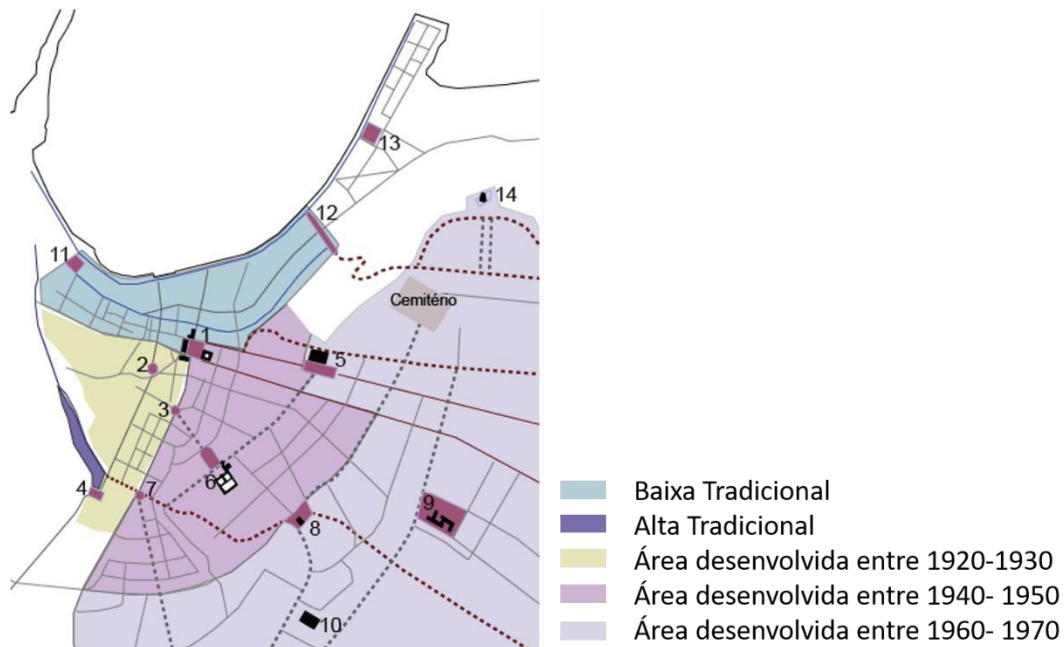
Figura 9. Habitação de musseque, Luanda, no século XX.



Fonte: Coleção Bilhetes Postais de João Loureiro. In: Venâncio, 1898, p. 48.

Desde a década de 1950, os edifícios clandestinos aumentaram drasticamente, expandindo consideravelmente a cidade. Estas áreas de expansão eram desprovidas das infraestruturas básicas de saneamento, eletricidade, água. A cidade se expandiu para zonas além dos seus limites, tornando difícil definir os limites do tecido urbano. "As principais linhas de expansão da cidade são leste-nordeste e sudoeste, definidas do centro para a periferia em forma de leque, e os musseques vão acompanhando, sempre na borda, essa expansão" (MARTINS, 2000, p. 279 apud HENRIQUES, 2017, p. 18).

Figura 10. Mapa de expansão urbana de Luanda entre 1920 até 1970.



Fonte: Flora, 2018, p. 70.

No século XX a expansão dos musseques estava intimamente relacionada com a expropriação e expulsão da população do centro, em ondas sucessivas, o que lhes conferia características de constante mobilidade e mutação: quando uma área de musseques era demolida e apropriada, logo em seguida surgia outra. Deste modo estes assentamentos eram afastados do centro e foram paulatinamente se consolidando (HENRIQUES, 2017, p. 42).

O ano de 1961 marca o início da Luta Armada de Libertação Nacional perante as forças coloniais, com os grupos e movimentos de influência na época como o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) e a União para a Independência Total de Angola (UNITA).

Neste período destacaram-se mulheres que foram importantes para conquista da independência como Deolinda Rodrigues, Lucrécia Paim, Teresa, Irene Cohen e Engrácia, consideradas heroínas da luta de libertação nacional do século XX (SANTOS, V. 2002, p. 43).

Após a proclamação da independência, a 11 de novembro de 1975 e a retirada das forças portuguesas, o país necessitava de uma liderança angolana. Até este

momento os três movimentos tinham interesses em comum, que eram a descolonização e defesa do território nacional. Após a independência, as diferenças ideológicas de cada um deles dificultaram na decisão de quem assumiria a liderança do país.

De acordo com Menezes (2000), em 1975 o MPLA, com a cooperação da União Soviética, de forma astuciosa se apoderou do país proclamando a independência e nomeando o país como a República Popular de Angola, sob orientação do modelo socialista (MENEZES, 2000, p. 33). Este ato levou ao conflito que perdurou por quase 30 anos. Apesar do conflito ser conhecido como guerra civil, existiam forças internacionais interessadas no destino de Angola e cooperando com os movimentos nacionais. Como mencionado, o MPLA trabalhava em cooperação com a União Soviética e Cuba, a FNLA recebia apoio dos agentes de espionagem dos Estados Unidos e a UNITA recebia apoio da CIA norte-americana e das tropas sul-africanas⁵ (FRANCISCO, 2013, p. 16).

Enquanto os angolanos guerrilhavam entre si, as grandes potências que fomentavam e financiavam a guerra aproveitavam o panorama crítico de instabilidade política, econômica e social para explorar os recursos naturais angolanos como o petróleo e o diamante (O. SANTOS, 2010, p. 43).

A guerra deixou consequências desastrosas vividas até hoje, materiais e imateriais, famílias desamparadas e separadas, alterações no meio ambiente, traumas psicológicos, destruições de edifícios e acima de tudo perda de vidas. Este período de guerra civil é marcado também pelo êxodo rural da população oriunda de outras províncias para Luanda, à procura de refúgio e melhores condições de vida porque a capital era uma das poucas províncias que não serviu como campo de batalha. Muitas cidades foram minadas pelos movimentos e muitas mulheres que perderam os seus filhos, maridos, campos e casas mudaram-se para Luanda, assumiram a liderança do lar e asseguraram a sobrevivência vendendo nas ruas e nos mercados.

⁵ África do Sul na época estava sob regime de *apartheid* e sob liderança dos ingleses.

As mulheres sofreram as consequências diretas da guerra de maneiras diversas. Além do grande número de mulheres que morreram em consequência de combates, também se reconhece que muitas foram violentadas por combatentes de ambos os lados. Embora os soldados devessem proteger a população, muitos aproveitaram-se de sua posição para subjugar as mulheres. O seu comportamento e o impacto sobre as relações de poder entre os dois sexos talvez tenham posto fim de forma durável na confiança da população feminina nesses soldados. Além disso, as mulheres sofreram em maior proporção com acidentes causados por minas, devido às suas responsabilidades pela coleta de alimentos. Muitas perderam seus maridos e filhos com a guerra, aumentando assim o número de mulheres encabeçando lares. (DUCADOS, Henda, A mulher angolana após o final do conflito, apud O. SANTOS, 2010, p. 44).

O êxodo rural sequenciou num aumento demográfico extremo e expansão dos musseques. O processo de ocupação territorial no período da guerra da população vinda de outras províncias ocorreu de forma esporádica, onde a população ocupou quaisquer vazios urbanos, geralmente construindo suas próprias moradias em blocos de cimento e coberturas de zinco, em zonas sem acesso a infraestrutura básica, como água e saneamento (PRATES, 2016, p. 51).

Tabela 1. Crescimento urbano em Angola entre 1975 e 2015 (milhares).

Anos	1975	1980	1985	1990	1995	2000	2005	2009	2010	2015
População total	6.815	7.854	9.331	10.661	12.539	14.280	16.618	18.498	18.993	21.690
População urbana	1.304	1.908	2.831	3.960	5.516	6.995	8.966	10.661	11.112	13.564
Porcentagem urbana	19.1	24.3	30.3	37.1	44.0	49.0	54.0	57.6	58.5	62.5

Fonte: UNFPA, 2010 em LOPES; RODRIGUES, SIMAS, 2013.

Deste modo, pode-se explicar a heterogeneidade racial e cultural que reside nas diferentes zonas da cidade, como oriunda de regiões do território angolano afetadas pela guerra. Apesar da formação do tecido urbano luandense ser fruto de segregação socioespacial do período colonial, a estrutura dos musseques apresenta características

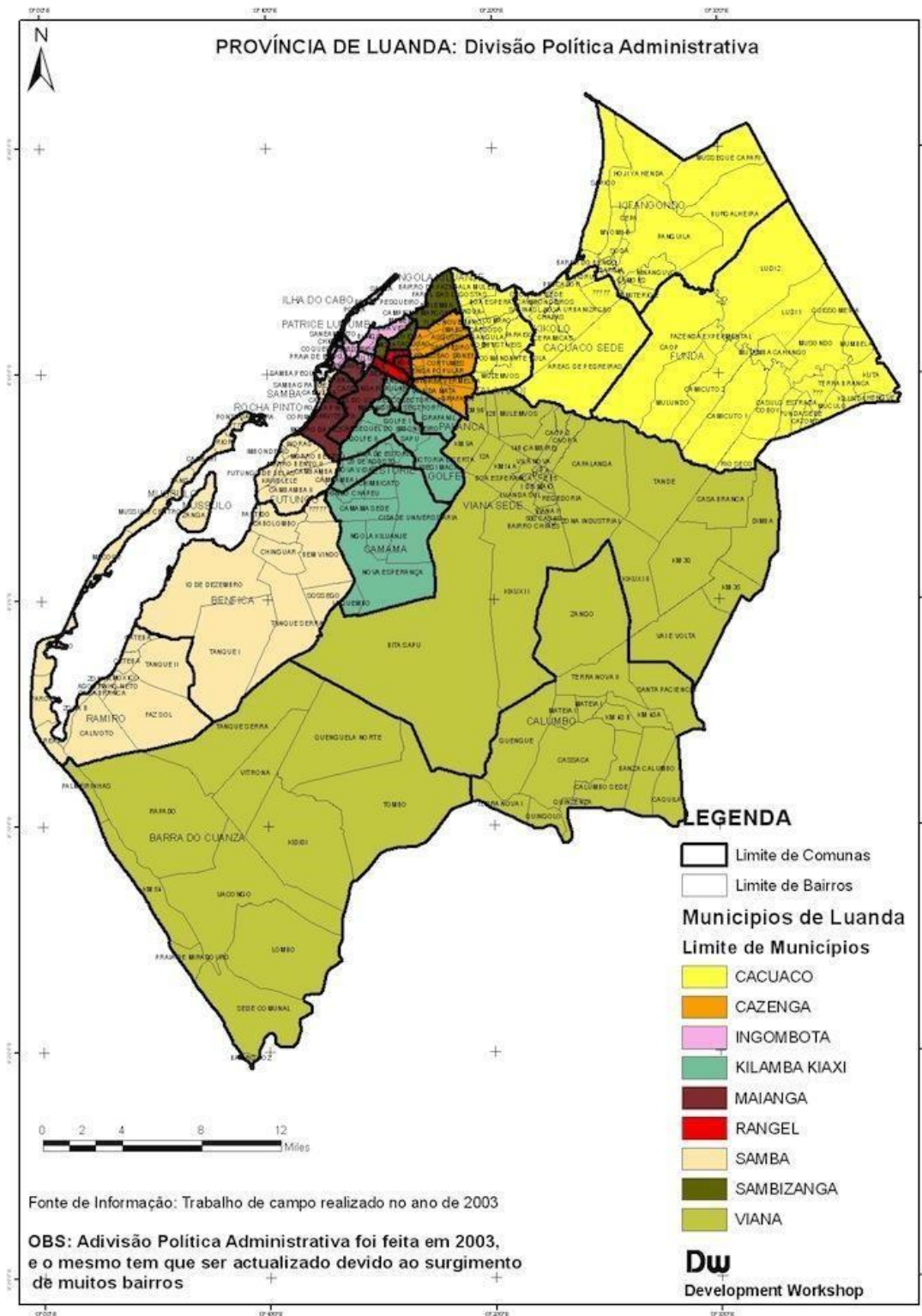
culturais, referente à vivência e modos de produção relativamente semelhantes aos rurais de seus moradores (BETTENCOURT, 2011, p. 44).

O território angolano é composto por 18 províncias, incluindo Luanda, a sua capital, que apesar de ser uma das menores como de extensão territorial, é a maior em termos de desenvolvimento econômico e crescimento populacional. Segundo David Thorpe, a cidade é uma das mais populosas do continente e também está entre as cinco cidades africanas que contêm o crescimento populacional mais rápido no continente (THORPE, 2017).

A Lei n.º 18/16 de 17 de outubro de 2016 (REPÚBLICA DE ANGOLA; ASSEMBLEIA NACIONAL, 2016), concernente à nova divisão política e administrativa do território de Luanda, determina que a província de Luanda está dividida em 9 municípios, 41 distritos urbanos e 16 comunas, onde cada município é constituído por distritos e comunas. Deste modo, o município de Luanda corresponde a 7 distritos urbanos, o município do Icolo e Bengo corresponde a 2 distritos, o município do Cacucaco corresponde a 4 distritos, o município do Cazenga corresponde a 7 distritos, o município da Viana corresponde a 6 distritos, o município do Belas corresponde a 6 distritos, o município do Kilamba Kiaxi corresponde a 4 distritos, o município do Talatona corresponde a 6 distritos e o município Quiçama corresponde a 5 comunas.

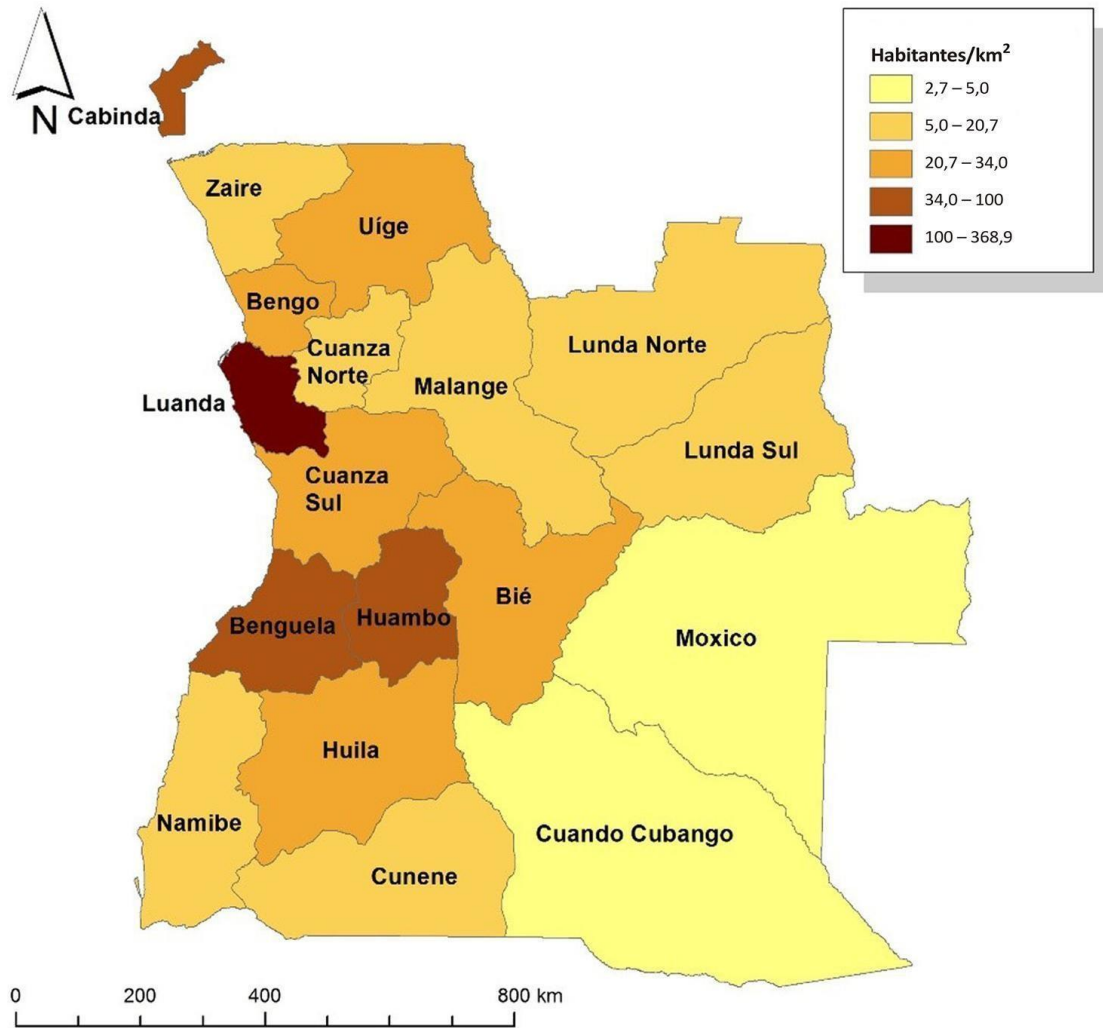
O processo de crescimento urbano de Luanda teve um aumento rápido e esporádico em que em 2002, após a guerra, o estado angolano investiu e desenvolveu diversos projetos e programas focando na reconstrução e ressignificação urbana, social, econômica e política do país. O período pós-guerra é marcado pelo crescimento econômico e grandes projetos urbanísticos.

Figura 11. Divisão política e administrativa de Luanda.



Fonte: Manuel, 2017, p. 27.

Figura 12. Densidade demográfica por província de Angola.



Atualmente a cidade abriga mais de um terço de habitantes da população do país (INE, 2016). Um dos programas de reintegração da população foi o financiamento de antigo combatentes e ex-militares, contudo as viúvas não se beneficiaram de auxílio financeiro algum do estado.

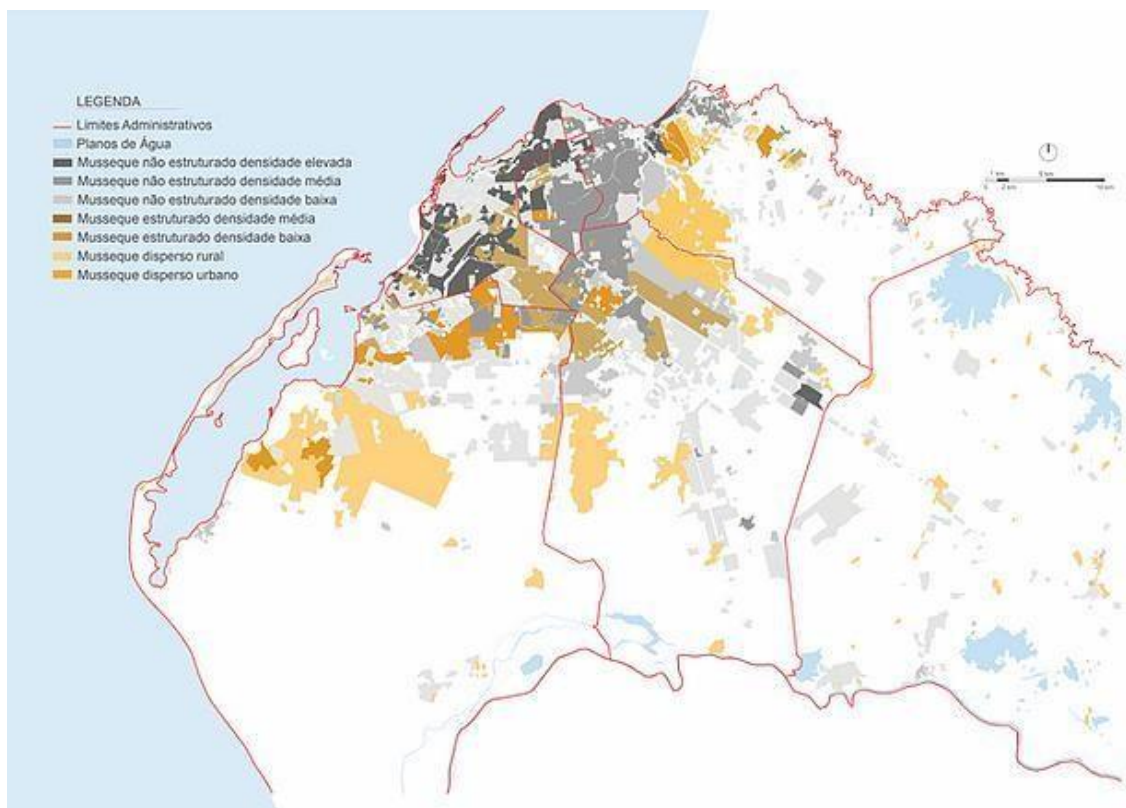
Segundo O. Santos (2010), muitas destas mulheres se encontram atualmente nos mercados informais, na venda ambulante, nas esquinas trocando dólares ⁶ ou

⁶ Ver Capítulo 2, especialmente quando trata das Quinguilas.

trabalhando como empregadas domésticas com um salário equivalente a US\$ 50. São, até hoje, discriminadas pelo trabalho informal que exercem, mas estas mulheres sustentam as suas famílias custeando não só os estudos dos filhos como, muitas vezes, mantêm os esposos. (O. SANTOS, 2010, p. 47).

O informal em Luanda, apesar de ser cultural, é discriminado e excluído do meio urbano, desde o comércio à habitação e o processo de reconstrução, na busca pelas características de uma cidade global, não abre espaço para o informal que, em Luanda, tem a peculiaridade não apenas de representar a desigualdade ou uma dualidade da cidade mas também representa cultura e tradição, embora não possamos ignorar suas condições de precariedade socioespacial.

Figura 13. Mapa dos musseques de Luanda e suas densidades.



Fonte: GEOTPU.LAB, Plano Director de Luanda, 2015. Não paginado.

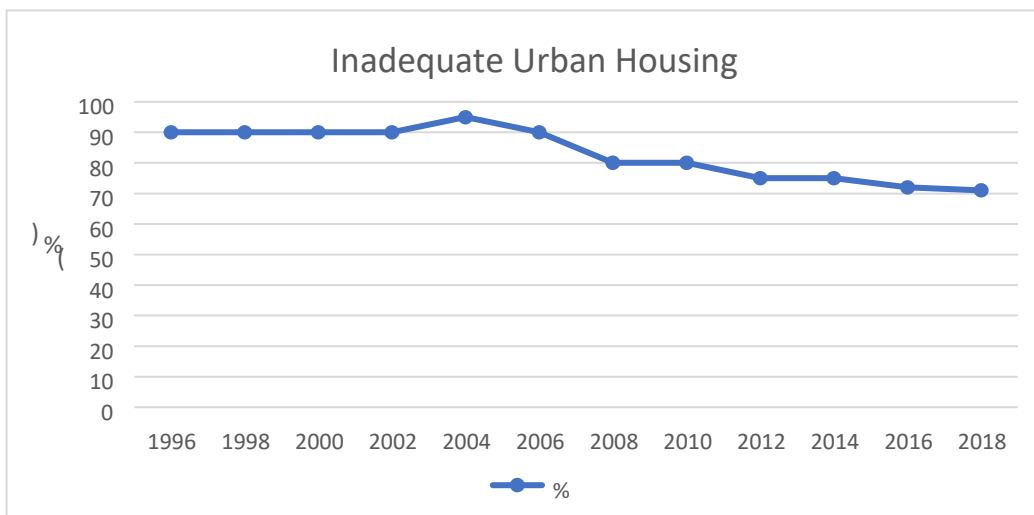
A dualidade da cidade de Luanda representa realidades completamente diferentes; se, por um lado, a cidade formal se estruturou ainda durante o período colonial, tendo uma malha viária planejada e infraestrutura correspondente, por outro

lado, encontra-se a cidade informal, denominada "musseques", que se desenvolve nos limites em torno da cidade, com densidade populacional que tem aumentando e déficit de infraestruturas, tais como saneamento de esgotos, manejo de resíduos, provimento de água potável, vias de acesso, iluminação e equipamentos públicos. O escoamento de águas pluviais e as enchentes, o lixo a céu aberto e o transporte público precário agravam ainda mais a qualidade de vida desta população, vítima da desigualdade socioespacial (PRATES, 2016, p. 51).

O conceito e ressignificação dos musseques tem se alterado ao longo do tempo, consoante as modificações da cidade e de sua população. Atualmente, no senso comum, o comércio informal e os musseques, para muitos, especialmente para as camadas sociais superiores em termos de poder aquisitivo e parcelas do Estado, representam informalidade, desorganização e marginalidade; para outras camadas sociais representam resistência, sobrevivência e subsistência.

Os musseques albergam a maior parte da população luandense que exerce alguma espécie de comércio informal, tal como afirmou Allan Cain no Fórum Urbano de Angola (2019), expondo que 80% das famílias que reside em Luanda vive do comércio informal e 71% da população ainda reside em musseques ou habitações precárias, sendo que somente 41% da população dispõe de eletricidade e 25% do acesso à rede pública de água e saneamento básico (CAIN, 2019).

Gráfico 1. Porcentagem da população urbana de Angola em habitações precárias.



Fonte: Elaborado pela autora com base em República de Angola, Ministério do Urbanismo e Habitação, 2016.

Apesar dos esforços e investimentos realizados pelo estado no sentido de diminuir o déficit habitacional em Angola, com projetos de conjuntos habitacionais articulados a equipamentos públicos⁷ e requalificação urbana, persiste um número elevado de musseques, porque as reformas urbanísticas e projetos habitacionais beneficiam as classes alta e média.

⁷ Estes conjuntos em Angola são denominados centralidades.

Figura 14. Conjuntos habitacionais em Luanda.



Fontes: Imagem superior esquerda: Wikipedia, sem menção de autoria. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Quilamba>>. Acesso em: 4 fev. 2021. Imagem superior direita: APública, sem menção de autoria. Disponível em: <<https://apublica.net/privatizacoes-para-cobrir-folha-de-salarios-do-estado/>>. Acesso em: 4 out. 2020. Imagem inferior esquerda: Imogestin, AS, sem menção de autoria. Disponível em: <<https://www.imocandidaturas.co.ao/Projectos/Projecto/4e4a9880-6462-4dbc-8b02-56b03085d54f>>. Acesso em: 4 fev. 2021. Imagem inferior direita: Graciosa Silva. Disponível em: <<https://www.verangola.net/va/pt/012020/Imobiliario/18282/Zango-5-em-menos-de-uma-semana-h%C3%A1-115-mil-candidatos-para-2390-casas-dispon%C3%ADveis.htm>>. Acesso em: 4 fev. 2021.

Em Luanda, os moradores de musseques que sofrem demolições são em geral realocados em conjunto habitacionais distantes do centro, longe de seus locais de trabalho e escolas. Estes habitantes acabam alugando as moradias construídas pelo estado e se apropriam de espaços, muitas vezes em zonas de risco, mais próximas de suas antigas moradas, surgindo então novos musseques e bairros de autoconstrução. Segundo Allan Cain, 61,3% da população tem acesso à terra de modo informal (CAIN, 2019).

A Proclamação da Independência, a guerra civil e o período pós-guerra foram evidentemente períodos de grande impacto na sociedade angolana. Os primeiros 27

anos após a independência apontam para um período de instabilidade política, econômica e social, considerado por Alexandre Ernesto como “anos perdidos” no que concerne à qualidade de vida, melhorias no setor da educação, saúde ou de qualquer infraestrutura. Entretanto, os treze anos posteriores à guerra civil foram marcados por um *boom* econômico, levando o país a índices altos de crescimento econômico, perante o continente e o mundo (ERNESTO, 2018, p. 25).

No auge do crescimento econômico, em 2007, 55% das empresas em Luanda geraram 77% dos empregos na iniciativa privada e 27% dos empregos no setor público, o que tornou Luanda responsável por uma média de 74% do PIB nacional, influenciando no crescimento das taxas de dois dígitos entre 2002 e 2007 (ROCHA, 2010), e dez anos depois, em 2017, o país tornou-se no maior produtor de petróleo do continente africano. Atualmente o país é o segundo maior produtor de petróleo do continente depois da Nigéria. A Tabela 2 a seguir, demonstra como Angola tem um dos maiores PIB dos continentes; muito deste crescimento econômico se deve à produção petrolífera, pois cerca de 95% das exportações e 70% das receitas fiscais de Angola vêm do petróleo (AFRICA OIL WEEK, 2019).

Tabela 2. Classificação dos maiores índices de PIB do continente africano referentes a 2020.

País	PIB (dólares US)
1. Egito	1.29 trilhões
2. Nigéria	1.04 trilhões
3. Africa do Sul	710 bilhões
4. Algéria	488 bilhões
5. Marrocos	273 bilhões
6. Etiópia	272 bilhões
7. Angola	216 bilhões
8. Kênia	204 bilhões
9. Gana	175 bilhões
10. Tanzânia	105 bilhões

Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados de: IMF, sem datação.

O estado angolano tem feito esforços para alcançar a industrialização, o crescimento econômico e uma cidade global, contudo os planos e projetos de requalificação urbana, especialmente em Luanda, resolvem em parte alguns problemas funcionais, e trazem um *ar estético* renovado à cidade; no entanto, apesar de todo crescimento e recuperação após a guerra civil, o incremento econômico angolano tem sido incompatível com as reais necessidades do povo de modo geral. A inclusão socioespacial nestes projetos é questionável e utópica porque a desigualdade em Luanda continua a ser enorme.

Os esforços de reconstrução da cidade vieram acompanhados de infraestrutura, projetos habitacionais de escala urbana, como a nova cidade satélite do *Kilamba*, o novo porto da cidade e a construção do maior aeroporto de África, zonas comerciais e escritórios. Mais especificamente, os novos porto e aeroporto de Luanda são definidos para “reforçar o perfil regional e global de Luanda, como um centro de serviços e logística, manufatura e como mercado de produtos agrícolas para diversificar Angola [como] base econômica em um ambiente de capital de classe mundial” (CROESE, 2016, p. 201).

A cidade não ficou isenta dos megaeventos esportivos e corporativos e acabou sediando eventos como a Copa das Nações Africanas em 2010, o Campeonato Internacional de Hockey de Patins em 2013, a Conferência Internacional da Região dos Grandes Lagos em 2013 e, em 2015, sediou a primeira cerimônia do African Mayor Awards⁸ de todos os tempos (CROESE, 2016, p. 202). Estes eventos foram realizados a partir de interesses políticos e desenvolvidos por empresas internacionais.

Em paralelo a estas conquistas o comércio informal foi se intensificando e se ressignificando, como afirma Carlos Lopes (2001, p. 49-50), posto que, antes da independência, as atividades informais serviam estritamente como subsidiárias do setor informal, e limitavam-se ao artesanato tradicional e à prestação de serviços – serviços

⁸ African Mayor Awards é um evento que tem como objetivo elevar o perfil dos prefeitos da África, homenageando aqueles que fizeram uma contribuição notável para suas comunidades e desenvolveram uma visão para a vida urbana, trabalho e visitas em toda a África. Um fato interessante é que Angola, não tem prefeitos. (CROESE, 2016, p. 202).

domésticos, comércio ambulante, comércio à porta de casa e aos mercados nos bairros suburbanos. Após a independência o setor informal se expandiu em diferentes atividades em função dos atores sociais, principalmente em Luanda, dentro de um contexto de uma economia centralizada.

O crescimento acelerado da informalidade deve-se à ação conjunta de vários fatores em causa, dentre eles: o fluxo migratório, a pouca provisão de empregos por parte dos setores público e privado, o progressivo esvaziamento do papel dos salários como garantia da subsistência das famílias e a diminuição progressiva da provisão de bens e serviços públicos por parte do Estado, devido à sustentação do esforço da guerra (LOPES, 2001, p. 50).

Contudo, o atual cenário enfrentado devido à crise do dólar e à baixa do preço do petróleo nos mercados internacionais, bem como à pandemia do vírus COVID-19, tem exposto o país a uma recessão econômica impactando diretamente a economia formal e informal (JORNAL DE NEGÓCIOS, 2020). A tabela a seguir apresenta dados sobre o impacto da pandemia na empregabilidade no país; é evidente que o aumento dos empregos no setor informal, deve-se ao desemprego no setor formal.

Tabela 3. Taxa de empregabilidade em Angola.

	2018	II Trim. 2020	Diferencial	Porcentagem
População empregada	9.690.373	9.751.457	61.084	0.63
Empregos informais	7.015.830	7.801.166	785.336	-11.19
Empregos formais	2.674.543	1.950.291	-724.252	27.07

Fonte: Elaborado pela autora, com base em Jornal de Negócios, 2020 a partir de dados do INE, 2020.

Com a atual elevação da taxa de desemprego a 34% no setor formal da economia (JORNAL DE NEGOCIOS, 2020), a busca por atividades informais torna-se recorrente e, apesar do setor informal não ser bem quisto pela administração local e o setor informal angolano apresentar conexões com a economia formal e a sociedade angolana, este contexto torna-se de difícil solução sem que se obtenha conhecimento

aprofundado sobre, e seja visto como atividade subsidiária e não *desordem pública*, como o exemplo da venda ambulante que tem sido cada vez mais presente nas ruas de Luanda.

3. CONSIDERAÇÕES SOBRE O CIRCUITO INFERIOR E AS EPISTEMOLOGIAS DO SUL

A cidade de Luanda, por si só, não representa as especificidades do país. Angola, como já apresentado, é composta por diversos territórios, em cujos espaços urbanos as zungueiras compõem-se recorrentemente. Em seu cotidiano, carregam seu modo de vida como elemento constituidor da paisagem urbana do país, cujas atividades são consideradas pelo senso comum e pelo Estado como informais, embora possamos entendê-las como incluídas em um sistema de comércio que gera formas de renda e interrelações úteis com o corpo social como um todo.

A desigualdade urbana atual em Angola tem como um dos fatores o êxodo rural, resultado de muitas causas, como a guerra civil (1975-2002), a intensificação de exportações de *commodities*, a partir de meados do século XX, bem como o colapso das indústrias domésticas em 1992, especialmente em Luanda. Após a guerra civil, o país buscou potencializar a sua economia voltando-se para a exportação especialmente do petróleo como matéria prima para países industrializados, tornando-se dependente da indústria petrolífera (CROESE, 2016, p. 9).

Como apresentado na Introdução desta pesquisa, o objetivo do presente trabalho é compreender o fenômeno das zungueiras na dinâmica da economia urbana de Luanda. Neste capítulo buscaremos entender o comércio dito informal, a partir de referências, inicialmente sob a ótica dos conceitos de circuito inferior e superior, como definido por Milton Santos (2018).

Milton Santos (2018) busca interpretar a economia urbana em países considerados subdesenvolvidos⁹ do ponto de vista da hipótese de industrialização como fator de desenvolvimento e progresso. O autor, em sentido crítico, reconhece que os estudos e análises territoriais realizados sobre países do que contemporaneamente pode ser considerado atualmente como Sul Global¹⁰, sob a ótica e metodologias eurocêntricas, não se adaptam convenientemente às realidades e especificidades desses países, tornando-se, portanto, um discurso ideológico.

De acordo com o autor (SANTOS, M., 2018), investigações sobre a economia urbana de países subdesenvolvidos começaram de maneira mais sistemática nos anos 50, especialmente por sociólogos e economistas. Ainda segundo o autor, por falta de materiais e dados estatísticos, as análises eram supérfluas e realizadas mediante modelos e estudos que tinham como base os países europeus e os Estados Unidos da América.

Para M. Santos (2002), a formalidade e informalidade são aspectos constitutivos, que não devem ser analisados como definitivos ou taxonômicos, como fruto de uma organização e dinâmica da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Segundo o autor, a economia destes países pode ser interpretada do ponto de vista de dois circuitos que se complementam, nomeadamente: o circuito superior e o circuito inferior (Santos, M. 2002).

Seguindo estas categorias, poderíamos afirmar que o circuito superior da economia urbana luandense é constituído pelo sistema bancário, industrial, de distribuição e comércios, como supermercados e de varejo, que têm maiores

⁹ Não se trata aqui, pois transcende ao escopo da presente pesquisa, de discutir os termos desenvolvimento e subdesenvolvimento, cuja matriz teórica remonta às teorias etapistas, em que se considerava que os países subdesenvolvidos alcançariam o *status* dos países centrais com o tempo pelas forças do mercado, cuja discussão passa por Celso Furtado, Francisco de Oliveira e Caio Prado Junior que, na direção oposta, têm em consideração, ser o subdesenvolvimento tributário do sistema capitalista mundial. Para tanto, preferimos o termo países periféricos e centrais evitando o entendimento dualista.

¹⁰ Termo predicado por Boaventura de Souza Santos (2018). Neste estudo, o Sul Global é entendido, em sua diversidade, como um Sul geopolítico, “uma metáfora usada para identificar o conjunto de movimentos, de ações coletivas contra as formas de opressão, exploração e discriminação.” (MENESES, 2016).

possibilidades de livre mobilidade territorial, podendo usufruir de espaços vantajosos que oferecem uma vasta quantidade e variedade de consumidores e fornecedores. No que tange à oportunidade de trabalho, por mais que empresas estrangeiras se instalem em Luanda, não têm sido capazes de suprir a demanda por empregos da cidade, em que, pelo contrário, muitas se instalam com seus funcionários próprios estrangeiros, contribuindo para o desemprego local (GAYETA, 2014).

Nesse sentido, outras atividades de oferta e consumo popular passam a fazer parte do meio urbano. Em correspondência ao que Milton Santos (2018) nomeia como circuito inferior, atividades que requerem e captam menor capital, sem formalização institucionalizada e com grau organização reduzido, assomam o espaço público como possibilidade de trabalho para os contingentes de baixa renda e escolarização, servindo ao intuito de atender as necessidades das classes sociais mais baixas ou médias. O autor, contudo, ressalta que este circuito não é sinônimo de informalidade, por mais que o trabalho informal seja o que mais representa essas atividades. A princípio, o que diferencia os dois circuitos - superior e inferior - é o nível de tecnologia e organização (Santos, M., 2018, p. 43).

Conforme M. Santos (2018) uma característica comum a todas essas atividades consideradas como do circuito superior, é que elas são “capital intensivas”, ou seja, têm na tecnologia, na organização burocrática e no acesso ao crédito bancário sua base comum. O autor destaca dois outros aspectos do circuito superior: a forte presença de oligopólios, a exemplo de algumas empresas multinacionais, e o seu favorecimento por parte do Estado, particularmente na oferta de infraestruturas, subsídios fiscais, reserva de mercados, entre outros. Tais aspectos são definidores da relação entre as atividades dos dois circuitos e de cada um dos circuitos com o território. (SANTOS, M., 2018, p. 33).

O desdobramento do conceito de circuito inferior, no caso de Angola, pode ser considerado como um símbolo de refúgio, resistência e resiliência para a população de baixa renda, que atinge, no país, 80% da população trabalhadora em empregos informais, que somente encontra, na informalidade, oportunidade de sustento. (EXPANSÃO, 2021).

Se admitimos que é possível observar a predominância do circuito inferior na economia urbana angolana, paralelamente podemos considerar sua importância para a subsistência da maioria da população de menor poder aquisitivo, como os diversos personagens do comércio informal, como as zungueiras, os roboteiros, os candongueiros, etc.

Compreende-se que a formalidade e a informalidade passam a ser elementos pertinentes e determinantes nos circuitos estabelecidos por Milton Santos (2018). Em “Por uma outra globalização”, Milton Santos (2020, p. 17) busca analisar as dinâmicas organizacionais e identificar diversos níveis de capitalização dos empreendimentos relacionados aos diferentes circuitos nas cidades de países os quais este denomina como subdesenvolvidos, que atualmente podemos considerar como correspondentes ao Sul Global, conforme Boaventura de Souza Santos (2018), da qual Luanda faz parte. É notória a relevância das zungueiras dentro da cadeia produtiva na qual elas se integram. O comércio informal, para além de ser predominante em Luanda, gera empregabilidade e atende, em grande parte, o consumo da população da cidade. A dinâmica que existe na economia urbana em Luanda tem características semelhantes às impostas pela pobreza em outras cidades do Sul Global, como produto da falta de oportunidades de empregos formais e oportunidades (SANTOS, M., 2018).

Segundo aponta M. Santos (2020, p. 72), ao analisar o processo pelo qual o desemprego se gera e a renumeração do emprego se torna cada vez mais rebaixada e, em paralelo, a condição de inibição do estado em relação à responsabilidade da proteção social, é possível considerar que a atual divisão administrativa do trabalho e o afastamento deliberado do poder público da sua tarefa social de regulamentação estejam vinculados à produção científica globalizada da pobreza.

Conforme salienta o autor, os países periféricos experimentaram três tipos de pobreza e, simultaneamente, três formas de dívida social, no último século. A primeira foi a pobreza incluída, depois a marginalidade e, por fim, a pobreza estrutural. O termo “pobreza incluída”, é definido por M. Santos (2018, p. 69) como uma forma de pobreza ocasional, que ocorre de modo periódico sem vasos comunicantes.

“Marginalidade”, para o autor, reconhecida por estudiosos como doença da civilização, se refere a um tipo de pobreza de viés econômico, quer seja internacional

ou interna (SANTOS, M., 2020, p. 69). A última, “a pobreza estrutural” é caracterizada como uma pobreza globalizada, estrutural e não mais local, nem mesmo nacional; torna-se globalizada, presente em todas as regiões do mundo, mesmo que esteja mais visível nos países mais pobres (SANTOS, M., 2020 p. 69). Na pobreza estrutural, os pobres não são inclusos nem marginais, mas são excluídos. Atualmente, a dinâmica da divisão de trabalho segue a lógica de cânones científicos; neste sentido, considera-se como uma divisão do trabalho administrada, que é impulsionada pelo mecanismo que carrega consigo a produção das dívidas sociais e o aumento da pobreza numa escala global (SANTOS, M., 2020, p. 73).

Perante a racionalidade hegemônica, parte da humanidade não tem como ser capaz de abarcar o cumprimento a leis, normas e regulamentações correspondentes a esse sistema, conforme salienta M. Santos (2020). Surge, em decorrência, a propagação de termos como “ilegais”, “irregulares”, “informais”. É nesta situação que frações submetidas da sociedade passam da fase da conformidade, associada ao conformismo, a uma fase superior da produção da consciência, isto é, a conformidade sem o comodismo. Desse modo, ao longo do processo, essa incapacidade mistura-se a práticas e teorias herdeiras e inovadoras, hábitos e costumes e novas convicções menos condicionadas ao status quo (SANTOS, M., 2020, p. 120).

[...] na Ásia, na África e mesmo na América Latina, a vida local se manifesta ao mesmo tempo como uma resposta e uma reação a essa globalização. Não podendo essas populações majoritárias consumir o Ocidente globalizado em suas formas puras (financeira, econômica e cultural), as respectivas áreas acabam por ser os lugares onde a globalização é relativizada ou recusada. Uma coisa parece certa: as mudanças a serem introduzidas, no sentido de alcançarmos uma outra globalização, não virão do centro do sistema, como em outras fases de ruptura na marcha do capitalismo. As mudanças sairão dos países subdesenvolvidos. (SANTOS, M., 2018, p. 153-154).

Do ponto de vista ético, a diferença que existiria nesta pobreza que surge é que ela se impõe explicando-se como um fenômeno natural e inevitável. Entretanto, esta é uma pobreza instituída politicamente pela sociedade, do ponto de vista do capital privado e das instituições globalizadas. Segundo M. Santos (2020, p. 73), estas tendem a custear soluções pontuais, como no caso do Banco Mundial que, em vários países, apresenta programas de financiamento para os pobres dando a impressão de terem

interesse genuíno pelas camadas de poder aquisitivo inferior quando, estruturalmente, é o grande produtor da pobreza.

De acordo com M. Santos (2018, p. 17), o reconhecer da existência dos dois circuitos da economia urbana e da discussão que envolve ambos os circuitos, caracteriza um novo padrão de análise urbana em países do Terceiro Mundo. O autor afirma, categoricamente que “assim não há dualismo: têm a mesma origem, o mesmo conjunto de causas e são interligados” (SANTOS, M. 2018, p. 43).

Em correspondência, podemos considerar que o aumento das pesquisas acadêmicas sobre o ordenamento territorial em Angola resulta em diversas descobertas, dentre elas as a respeito das transformações na divisão social e territorial do trabalho. O entendimento das transformações socioespaciais instiga um processo de reestruturação social no território, que pode ser compreendida como uma nova configuração, o que estaria apoiado na afirmação de Santos de que o incremento informacional na esfera técnico-científica e a recomposição socioespacial são processos intrincados que se apresentam por meio da singularidade das técnicas (SANTOS, M., 2020, p. 114).

Segundo M. Santos (2018, p. 28):

O período atual diferencia-se nitidamente dos precedentes por sua capacidade nova de revolucionarização. Pela primeira vez na história dos países subdesenvolvidos, duas variáveis elaboradas no centro do sistema encontram uma difusão generalizada nos países periféricos. Trata-se da informação e do consumo — a primeira estando a serviço do segundo — cuja generalização constitui um fator fundamental de transformação da economia, da sociedade e da organização do espaço. (SANTOS, M. 2018, p. 28)

O autor considera que somente a partir dos anos 90 o conceito de globalização passou a ser mais sistematicamente debatido e estudado nos meios acadêmicos e salienta que, para muitos teóricos, à época, o período da globalização teve o seu início nos séculos 15 e 16, precisamente porque o capitalismo a essa altura foi se alastrando ao redor do mundo. Entretanto, prossegue o autor, existem outros autores que definem uma época mais recente, referente ao período no qual o sistema financeiro tornou-se onipresente em todo mundo. Todavia, nos finais do século XX, época em que a discussão de fato ganha força, os teóricos da época, mídia e sociedade, acreditavam que este processo beneficiaria a todos, ao contrário do que Milton Santos preconizava,

pois acreditava que a globalização seria um processo em que aumentaríamos mais ainda as desigualdades, onde “o desemprego crescente torna-se crônico. A pobreza aumenta e as classes médias perdem em qualidade de vida” (SANTOS, K., 2011, p. 13).

O espaço que hoje corresponde a Angola, antes da colonização era um território com organização espacial própria, onde aconteciam atividades políticas, econômicas, sociais e culturais (OGOT, 2010, p. 31). Após a invasão dos portugueses, a organização espacial passou a refletir modelo de cidades portuguesas, com características coloniais, e beneficiar predominantemente a população branca e seus agregados, que morava em Angola à época, priorizando o suprimento das infraestruturas urbanas para as áreas por este contingente ocupadas, cuja população negra se viu à mercê de seus poucos recursos e submetidas à escravidão (CROESE, 2016, p. 8; ZAMPARONI, 2012, p. 17), cujos ecos podem alcançar a contemporaneidade.

No século XIX e no início do século XX, sendo o último um período em que a integração territorial, relações de consumo e troca de informação e produtos eram realizadas através da circulação intensificada das pessoas. Atualmente, embora participando predominantemente da economia de modo informal, a população pobre de Luanda, permanece em grande medida, vivendo em áreas periféricas e não convenientemente urbanizadas, como também ocorre em algumas porções centrais, cuja denominação é conhecida como musseques. Abordaremos mais especificamente sobre essas habitações no próximo capítulo.

Conforme definido por Milton Santos (2018), no circuito superior, os valores das mercadorias são fixos e existe pouco espaço para negociação entre consumidor e vendedor, contudo no circuito inferior há uma flexibilidade maior, onde o preço do produto não é previamente fixado. A partir deste parâmetro, pode-se considerar que o fenômeno de interesse desta pesquisa - as zungueiras -, se defina como relacionado ao circuito inferior assim predicado, uma vez que recorrentemente entre as zungueiras e seus clientes se estabelecem negociações de preços, em uma relação de confiança e fidelidade, conforme será exposto com maior profundidade no Capítulo 3.

Como extratos desprivilegiados, as zungueiras e outros trabalhadores informais enfrentam dificuldades em obter créditos financeiros em instituições como no sistema

bancário, por diversos motivos, dentre os quais a falta de documentação própria - o que se denomina Bilhete de Identidade -, o analfabetismo ou por não conseguirem comprovar seus endereços de moradia fixa (LUSA, 2019).

Buscaremos a seguir abordar a situação atual das zungueiras sob a ótica a partir de Boaventura de Sousa Santos, especialmente considerando o conceito de epistemologia. Entende-se que o autor centra neste termo para criticar a hegemonia do conhecimento científico de matriz eurocêntrica, como dominante. Neste sentido, define o que denomina Epistemologias do Sul, como concentradas em processos cognitivos sobre os conceitos, justificativa e inclinação pela luta por parte de quem resiste e se opõe contra a repressão (B. SANTOS, 2018, p. 302).

Segundo B. Santos (2018), as Epistemologias do Sul dizem respeito à confirmação de conhecimentos com base nas experiências de resistência de todos os grupos sociais considerados minorias, embora representem a maioria que tem sofrido injustiças sistemáticas, repressão e destruição por causa do capitalismo, do colonialismo e o patriarcado (SANTOS, B. 2018, p. 300).

De acordo com o autor, as Epistemologias do Sul são formas capazes de proporcionar um espaço em que os grupos sociais oprimidos possam representar seus próprios conceitos, com base nas suas experiências, para que assim consigam transformar o seu mundo consoante as suas próprias aspirações. Nesse sentido, como processo originário e em curso, a subordinação destruidora do sul epistemológico e do sul geográfico deve-se à evolução desigual do capitalismo e o do colonialismo (B. SANTOS, 2018, p. 301).

A ideia de que o conhecimento eurocêntrico seja o único legítimo em confirmar a ciência e, portanto, analisar o Sul Global sob lentes do Norte, cria uma opressão às demais fontes e tipos de conhecimentos. Boaventura de Souza Santos afirma que o objetivo de sistematizar as Epistemologias do Sul seria identificar e dar valor ao que frequentemente não é reconhecido como conhecimento, diante das epistemologias dominantes, e que esses conhecimentos dessa forma valorizados surgem como resistência contra a repressão às epistemologias que legitimam essa mesma repressão. Neste caso, as Epistemologias do Sul “apropriam-se” do termo

epistemologia a fim de que possam ressignificar o conceito e, desta forma, obstruir as epistemologias dominantes (SANTOS, B. 2018, p. 303).

Vivemos um período de transformações sociais onde, no processo de luta social, política e econômica, encontramos um tipo de conhecimento a ser pregado como único, legítimo e padrão universal a alcançar. Abordar discussões e estudos sob a ótica das Epistemologia do Sul, portanto, é uma forma de luta e resistência contra essa opressão de conhecimento, que se pode utilizar para o entendimento do fenômeno das zungueiras.

Segundo Boaventura de Sousa Santos (2018):

O capitalismo experimenta hoje um dos momentos mais destrutivos da sua história recente, como testemunham as novas formas de acumulação primitiva por despossessão, a reedição da rapina colonial, que agora se estende por todo o Sul global, da apropriação de terras ao roubo de salários e os resgates bancários, sujeitando-se à lei capitalista do valor de recursos e bens comuns, provocando o deslocamento de milhões de camponeses pobres e povos indígenas, a devastação ambiental e os desastres ecológicos; e a eterna renovação do colonialismo, que revela, em velhos e novos aspectos, o mesmo impulso genocida, a sociabilidade racista, a sede de apropriação e a violência exercida sobre os recursos considerados infinitos e sobre as pessoas consideradas inferiores e inclusive não humanas. (SANTOS, B. 2018, p. 298-299)

Perante esta compreensão, nos parece desejável, ao analisarmos o comércio informal em Angola, que nos afastemos relativamente do pensamento crítico eurocêntrico e o compreendamos sob aspectos da lógica africana, considerando o contexto social, político e econômico do país. O intuito não seria o de criar distanciamento estanque ao pensamento crítico e científico a fim de que pudéssemos anular ou desconsiderar a tradição eurocêntrica mas, pelo contrário, busca-se aqui abrir espaços de análise para realidades pouco discutidas e muitas vezes ignoradas pela tradição eurocêntrica. Conforme Croese (2016), com respeito ao movimento institucional de globalização em Luanda, tem-se:

Luanda tem estado no centro deste processo de transformação. Foi a que mais se beneficiou do crescimento econômico não petrolífero do país e do investimento público e tem sido a principal localidade para a implementação de uma série de projetos administrativos, financeiros, institucionais e infraestruturais emblemáticos de grande porte. Esses projetos ilustram o desejo destacado do governo de transformar a cidade, projetando-a como de padrão mundial e em pé de igualdade com outras cidades do mundo. No contexto pós-

guerra de Angola, projetos emblemáticos em Luanda visam não só o público internacional, mas também constituintes domésticos. [...] Sobretudo, o valor dos projetos como símbolos visíveis dos esforços para projetar Luanda como uma cidade padrão-mundial é considerável. A prestação de contas em ambos os projetos tem sido reduzida, com pouca discussão ou supervisão de seu financiamento e gestão. Apesar da retórica do governo a respeito de sua meta em instituir a gestão urbana por meio de novas leis e instituições, administrações e instituições locais em Luanda continuam fracas. Isso limita sua capacidade e habilidade de abranger efetivamente o setor privado.¹¹ (CROESE, 2016, p. 22)

Boaventura Souza Santos (2018) ressalta que, à medida em que se compara as Epistemologias do Sul com as do Norte, corre-se o risco de cair em interpretações correspondentes ao imaginário ocidental constituído, e atentar-se a uma estrutura dualista. Entretanto, as epistemologias dominantes do Norte têm se focado na eficácia da ciência moderna, elaborada pelo Norte global desde o século VII. Considerando que a ciência é um conhecimento rigoroso, o universalismo criado como uma especificidade da modernidade ocidental, toma como referência uma condição em que a validade não tem como base o contexto social, político ou cultural. Haveria, então, uma verdade distinta da realidade, constituída pela dualidade entre sujeito e objeto. (B. SANTOS, 2018, p. 306).

Segundo B. Santos (2018), as Epistemologias do Norte se baseiam numa dualidade que separa as sociedades metropolitanas das coloniais, e define o que é “válido, normal ou ético”. Esta definição não vai de encontro com a realidade dos territórios pós-coloniais, pois essa divisão gera espaço para falsos universalismos que têm como referência as experiências a sociabilidade metropolitana do Norte, apontando para uma reprodução dualista nas estruturas de matriz colonial (B.

¹¹ Tradução livre da autora do texto original: “Luanda has been at the centre of this transformation process. It has benefited the most from the country’s non-oil economic growth and public investment and it has been the main site for the implementation of a range of administrative, financial, institutional and large infrastructural flagship projects. These projects illustrate the government’s distinct desire to turn the city around by projecting it as world class and at par with other cities in the world. In Angola’s post-war context, flagship projects in Luanda target not only the international audience but also domestic constituents. [...] Moreover, the value of the projects as visible symbols of efforts to project Luanda as a world-class city is considerable. Accountability in both projects has been low, with little debate on or oversight of their financing and management. Despite the government’s rhetoric on its goal to institute effective urban management through new laws and institutions, local administrations and institutions in Luanda continue to be weak. This limits their capacity and ability to effectively hold private actors to account.” (CROESE, 2016, p. 22)

SANTOS, 2018, p. 306). Neste sentido, ao Norte é concedida a predominância do conhecimento considerado válido e único, servindo de padrão ou exemplo do que é correto, justo ou adequado. Esta ideologia pressupõe que existe apenas um modo que rege o mundo, e este conhecimento científico na realidade rege apenas sua tradição mas, em paralelo, exerce dominação sobre os demais, abrindo espaço para falsas superstições e ignorâncias ao se analisar o Sul. Segundo o autor (SANTOS, B., 2018):

As correntes dominantes nas Epistemologias do Norte têm se centrado na validade privilegiada da ciência moderna, desenvolvida principalmente no Norte global desde o século XVII. Estas correntes se baseiam em duas premissas fundamentais. A primeira é que a ciência baseada na observação sistemática e na experimentação controlada é uma criação específica da modernidade cêntrica ocidental, radicalmente diferente das outras “ciências” originadas em outras regiões e culturas do mundo. A segunda premissa é que o conhecimento científico, haja vista seu rigor e potencial instrumental, é radicalmente diferente aos outros saberes, sejam laicos, populares, práticos, de senso comum, intuitivos ou religiosos. Ambas premissas contribuíram para reforçar a excepcionalidade do mundo ocidental vis-à-vis o resto do mundo e, pela mesma razão, para desenhar a linha abissal que separou e ainda separa as sociedades e sociabilidades metropolitana e colonial (SANTOS, B., 2018, p. 305-306).

Para B. Santos (2018), o Norte e o Sul se opõem e, ao contrário do Sul ser constituído como vítima aos olhos do Norte, o Sul é sinal de resistência contínua, na tentativa de superar esse dualismo normativo que existe. Neste sentido, as Epistemologias do Sul reiteram e reconhecem as diferenças deixadas para trás, após a existência das hierarquias. O objetivo do Sul, portanto, seria o cosmopolitismo subalterno que vem de baixo (B. SANTOS, 2018, p. 308). O autor afirma que as Epistemologias do Sul pretendem desvendar que os parâmetros dominantes do conhecimento, considerados válidos na modernidade ocidental, os quais, ao desconsiderar outros conhecimentos e não os validar, germinaram um epistemicídio massivo - a destruição de uma pluralidade de saberes que predominaram nas sociedades coloniais (B. SANTOS, 2018, p. 308).

De acordo com a visão de Boaventura de Sousa Santos, a concepção abissal, o conhecimento como emancipação e o pensamento cosmopolita subalternado confluem na procura de epistemologias do Sul, tendo como referência o Sul anti-imperialista. As epistemologias do Sul são constituídas por dois mecanismos principais: a ecologia dos saberes e tradução intercultural. Para o autor, “toda ignorância é de um determinado

tipo de conhecimento, e todo conhecimento é a superação e uma ignorância particular” (SANTOS, B., 2018, p. 223).

Partindo do pressuposto que a ecologia dos saberes tem como intuito criar abordagens diferentes e instigar o questionamento dos conhecimentos tradicionalmente relativos às epistemologias do Norte, busca-se aqui analisar e implementar como referência leitura semelhante, a fim de questionar o objeto de estudo, que são as zungueiras – vendedoras ambulantes com valor sociocultural – dentro do seu tipo de comércio, que é considerado informal na epistemologia do Norte.

B. Santos (2018) afirma que a concepção de alternativas presume a concepção de normalidade, e esta, a concepção de norma, de forma que, não precise de mais especificações; determinar algo como alternativo, traz juntamente, uma conotação dissimulada do subalterno, como por exemplo a biomedicina e a medicina tradicional africana, considerando a africana como alternativa à primeira. Para o autor, evidentemente, é importante saber diferenciar entre os contextos e as práticas exercidas dentro de cada conjuntura (SANTOS, B., 2018, p. 225).

O fator que move a ecologia dos saberes proposta pelo autor é motivado pelo fato de que as lutas sociais, especialmente no Sul Global, acabam proporcionando destaque às realidades culturais e sociais em que a convicção na ciência moderna é debilitada, e deixam perceptíveis os vínculos entre a ciência moderna e os propósitos do estabelecimento colonial e imperial; em paralelo, enquanto as práticas em prol de causas de grandes setores público permanecem, afloram tipos diversos de conhecimento não científico e de base não ocidental. Estas lutas, contudo, não desconsideram o conhecimento científico ou a cultura ocidental, todavia questionam e, conseqüentemente, produzem perspectivas provavelmente mais progressistas em comparação às apresentadas pelas epistemologias do Norte (SANTOS, B., 2018, p. 227).

O autor afirma que existe uma certa falta de confiança na ciência que foi impregnada em meados do século XX e que a crença na ciência está muito acima de qualquer outra contra ideias científicas. São apresentados dois princípios que explanam a emergência da ecologia dos saberes: primeiramente, a crença que os povos do outro lado da linha abissal que separa Norte e Sul cooperam na resistência ao capitalismo; o

segundo princípio se define como a defrontação peculiar entre ideias extremamente opostas de sociedade alternativa, tão opostas que não se podem unir em uma única alternativa (SANTOS, B., 2018, p. 227).

Como o exemplo, o autor apresenta a situação dos camponeses pobres contra a agroindústria e todo domínio que esta tem sobre as terras, ou a luta dos povos indígenas pelas terras originais, na América Latina, e preservação dos parques e unidades de conservação por estes realizada, enquanto paralelamente são destruídos e substituídos por megaprojetos de represas, estradas e campos de exploração mineira (SANTOS, B., 2018, p. 227). Há em Angola, semelhança do que aconteceu com os *axilwandas*¹², que sofreram remoção forçada da sua terra, para que construções fossem realizadas na região da baía de Luanda (ANDRE; MARANGONI; POLITO, 2020).

É notável que a globalização hegemônica realça a ausência de alternativas, de sorte que a ecologia dos saberes é coerente no sentido de contra hegemonia, pois insta a um pensamento plural e realista. Neste sentido, questões referentes à pluralidade interna instalaram no ocidente as epistemologias feministas, estudos sobre a sociedade e a ciência da cultura, e disciplinas históricas e filosóficas. Todas essas questões, segundo o autor, nos instigam a diversas reflexões mais aprofundadas referentes à ciência como um conhecimento monopolizado e eurocêntrico, assim como a ciência como parte inerente à ecologia dos saberes (SANTOS, B., 2018, p. 230). Desse modo, ao analisar a heterogeneidade da prática e das narrativas científicas, essas afirmações quebram a alegada unidade da ciência epistemológica e prática das "duas culturas" como elementos estruturais do campo do conhecimento (ciências e humanidades). Justo o oposto. A maior parte da cultura científica e cognitiva instável é composição do intelecto (SANTOS, B., 2018, p. 230).

O enigma de uma epistemologia que aceite a existência de outros tipos de conhecimento, com exceção ao consensualmente considerado científico, busca para

¹² O termo *Axilwanda* se refere à nomenclatura de tribo oriunda da província de Luanda.

além de pregar que este seja o único e válido, como uma epistemologia que por sua vez marginaliza e oculta quaisquer outras que sejam diferentes da científica.

Neste sentido, surgem questionamentos, como: por que os conhecimentos, práticas tradicionais e locais não são considerados científicos? Por que as zungueiras são consideradas vendedoras do setor informal, e, portanto, rechaçadas pelo poder público? Porque que mesmo depois da independência de Angola, e depois da guerra civil, existe uma relação nítida de demonização entre quem tem o poder e as camadas subalternas?

Mediante o incremento populacional, B. Santos (2018, p. 150) infere, a partir de projeções, que a população mundial em 2025 será de 8,5 bilhões de habitantes, e que esse aumento ocorrerá majoritariamente nos países periféricos. Conforme discute o autor, esta circunstância, juntamente com outras disparidades entre o Sul e o Norte, coloca em questionamento o conceito da universalização de um desenvolvimento capitalista. Estas discrepâncias expõem um fenômeno mais amplo que, para além de não eliminar os problemas decorrentes, agravam e contribuem para a polarização entre o Norte e o Sul. Considerando o contexto histórico dos países do Sul, em determinados limites a única opção é a emigração (SANTOS, B., 2018, p. 150). As realidades entre os países do Norte e do Sul são tão discrepantes que, enquanto os países do Sul preocupam-se com a explosão geográfica, os países do Norte preocupam-se com o aumento da população idosa, como é o caso mesmo de Portugal, que registra a razão de 165% no seu índice de envelhecimento (POR DATA, 2020).

Segundo B. Santos (2018), o conceito da globalização da economia não pode ser aplicado universalmente. Por mais que o autor reconheça a existência de uma economia internacional e a intensidade da globalização, a aplicabilidade do conceito da universalidade se torna dilemática, dada a desigualdade entre o Norte e o Sul onde a maioria perde e a minoria ganha (SANTOS, B., 2018, p. 154).

Um outro problema fundamental ressaltado por Santos (2018) é o das relações familiares, comumente entre cônjuge, pais e filhos, relações estas que são dominadas pelo poder do patriarcado onde se oprime e discrimina mulheres (SANTOS, B., 2018, p. 154). Nesse sentido podemos afirmar que algumas zungueiras, mesmo obtendo independência financeira, e que conseqüentemente sustentam os esposos, são as

únicas fontes de rendimento de seus lares; entretanto, são submissas a eles, nunca podendo assumir uma postura matriarcal por questões culturais, ainda que na prática estas sejam as líderes dentro de casa.

Boaventura de Souza Santos (2018) alega que o patriarcado familiar matriz é a origem da discriminação contra a mulher, mesmo fora do seio familiar, embora existam outros fatores a serem considerados. O caráter aparentemente matriarcal revela-se de forma frequente na divisão sexual do trabalho no espaço-tempo doméstico, onde a maioria das atividades recai sobre a mulher. Esta estrutura propende a ser homogênea e consideravelmente estável entre formações sociais com diversas divisões sexuais do trabalho (SANTOS, B., 2018, p. 169).

Por outro lado, o autor considera que a ideologia patriarcal dentro do espaço-tempo doméstico propende à influência da submissão da mulher no campo externo do mercado de trabalho, sendo apropriada tanto pelo capital como pelo Estado, especificamente no domínio do direito penal, direito de família e da segurança social. É crucial mencionar a importância do trabalho não pago exercido pelas mulheres no espaço-tempo doméstico, nos custos que envolvem esse trabalho e na rentabilidade do capital (WALLERSTEIN, 1983; CHASE-DUNN, 1991, apud B. SANTOS, 2018, p. 169). Refere-se aqui a uma forma indireta de exploração do trabalho da mulher, dado que não é assalariada pelo que faz no lar, o que conseqüentemente facilita a exploração salarial do trabalho.

Perante o fato de que a globalização da economia tem impactado de diversas formas no trabalho e na forma como as mulheres têm se posicionado, B. Santos (2018, p. 170) afirma que houve um aumento no número das mulheres exercendo cargos dentro do setor industrial, forte presença das mesmas no setor informal, com o aumento de mulheres no trabalho doméstico, ao passo que a dívida externa de muitos países periféricos causa uma redução nos salários reais e a qualidade de vida da maior parte da população. O autor prossegue com o argumento de que, se em toda parte vemos tarefas de subsistência exercidas quase que exclusivamente por mulheres, a despeito da generalização desse argumento, corre-se o risco de criar no imaginário consensual a imagem da “mulher do Terceiro Mundo”, desconsiderando as

discrepâncias que existem em relação às diferentes mulheres e às situações e classes que estas vivem nos diferentes países do Terceiro Mundo (SANTOS, B., 2018, p. 171).

Como aponta o autor, o que acontece em muitos países periféricos com respeito à globalização da economia e à crise da dívida externa, impacta de forma negativa no espaço-tempo doméstico onde a proletarização da família cai sobre a responsabilidade da mulher que muitas vezes sustenta a todos. Estas transformações que acontecem no espaço-tempo doméstico devido à internacionalização dos processos, poderão vir a influir de forma mais profunda tanto nos países centrais quanto nos periféricos (SANTOS, B., 2018, p. 171).

Em síntese poderíamos considerar que o autor afirma que a crescente inserção da mulher no mercado de trabalho, fora do labor doméstico, devido à globalização da economia, por um lado dá oportunidade às mulheres de superarem o domínio patriarcal dentro do espaço-tempo doméstico mas, por outro lado, este domínio acaba por transcender o tempo-espaço doméstico e transita para o tempo-espaço de produção, reproduzindo e ampliando a discriminação e o preconceito sexual contra as mulheres (SANTOS, B., 2018, p. 173).

De acordo com Boaventura de Sousa Santos (2018), o pensamento moderno ocidental é um pensamento abissal, constituído por fatores visíveis e invisíveis, sendo o invisível a base do visível. As diferenças invisíveis são traçadas na fronteira radical que divide a realidade social em dois universos diferentes. O universo de quem está “abaixo da linha” e o universo de quem “cruza a linha” (SANTOS, B., 2018, p. 639). Conforme afirma o autor:

O conhecimento e o direito modernos representam as manifestações mais bem conseguidas do pensamento abissal. Dão-nos conta das duas principais linhas abissais globais dos tempos modernos, as quais, embora distintas e operando de forma diferenciada, são mutuamente interdependentes. Cada uma cria um sub-sistema de distinções visíveis e invisíveis de tal forma que as invisíveis se tornam o fundamento das visíveis. No campo do conhecimento, o pensamento abissal consiste na concessão à ciência moderna do monopólio da distinção universal entre o verdadeiro e o falso, em detrimento de dois conhecimentos alternativos: a filosofia e a teologia. O carácter exclusivo deste monopólio está no cerne da disputa epistemológica moderna entre as formas científicas e não científicas de verdade. (SANTOS, B., 2018, p. 641)

Em Luanda, Angola, a busca por características ocidentais, a fim de se comprovar como cidade mundial, tem se refletido de forma negativa na população como um todo, e beneficiado um grupo elitizado e seleto, como foi o caso do bairro das Chicalas, junto à orla marítima onde, com objetivo de se construir uma “nova Luanda”, próxima a baía de Luanda, um bairro inteiro foi demolido para dar lugar ao novo bairro dos ministérios.

Ao contrário do que o estado angolano predica, Boaventura de Sousa Santos (2018) afirma que a modernidade ocidental não significa o abandono do estado de natureza e transição para a sociedade civil, mas a coexistência da sociedade civil e do estado de natureza. Predica ver o estado natural como inexistente por um longo tempo e declará-lo efetivamente. A corrente gerada do outro lado da linha abissal desaparece ao ser percebida novamente à medida que passa irreversivelmente pelo outro lado da linha. As relações de hegemonia transformam simultaneidade em não simultaneidade. O sentido insurgente predica que se invente o passo e dê lugar a um futuro único e unificado, pois o mapa do abismo é em si um componente do conhecimento moderno (SANTOS, B., 2018, p. 645).

B. Santos (2018) alega que, na esfera do conhecimento, a apropriação vai desde o uso de instalações como guia, dos mitos e rituais locais como ferramentas de conversão, até o saque do saber indígena sobre biodiversidade, enquanto a violência usa sua linguagem, tornando-se permanente com a proibição. Em locais públicos, uso forçado de nomes, conversão e destruição de símbolos e locais de culto, são, todos estes, formas de cultura e racismo. Em questões jurídicas, a tensão entre diversão e violência é particularmente complicada por sua relação direta com a desvalorização (SANTOS, B., 2018, p. 646).

Conforme salienta o autor, adviria da tradição do comércio de escravos e trabalho forçado, a pilhagem de recursos naturais, migração em grande escala da população, guerra e tratados injustos, formas de discriminação racial e assimilação forçada. A lógica da regulação/ liberação não pode ser considerada sem a distinção entre a matriz dos direitos humanos e os direitos das coisas, mas a lógica do desvio/ violência pressupõe apenas os direitos das coisas, sejam ou não humanas (SANTOS, B., 2018, p. 646).

O autor considera que essas formas de rejeição são irradiadas juntas. Na esfera do conhecimento, o desvio poder ir desde a utilização de locais como guia até a utilização de mitos e rituais locais como ferramenta de conversão ao saque de formigas. A conscientização sobre a biodiversidade dos povos indígenas é alcançada coma proibição de certas línguas em público, uso de nomes próprios, conversão de símbolos, lugares de estátuas e adoração e todas as formas de discriminação cultural e racial (SANTOS, B., 2018, p. 647).

Boaventura de Sousa Santos (2018) aborda o conceito do pré-contratualismo que se define por ser o ato de impedimento à cidadania a determinados grupos sociais, que almejavam obtê-la. Poder-se-ia considerar as zungueiras como vítimas do pré-contratualismo aplicado pelo estado angolano, por serem não apenas violentadas mas também excluídas de zonas urbanas onde possam exercer suas atividades comerciais, bloqueando-as do direito à cidade que, como cidadãs, têm a prerrogativa de usufruir. Como assevera o autor:

O fascismo social é a nova forma do estado de natureza e prolifera à sombra do contrato social sob duas formas: pós-contratualismo e pré-contratualismo. O pós-contratualismo é o processo pelo qual grupos e interesses sociais até agora incluídos no contrato social são dele excluídos sem qualquer perspectiva de regresso: trabalhadores e classes populares são expulsos do contrato social através da eliminação dos seus direitos sociais e económicos, tornando-se assim populações descartáveis. O pré-contratualismo consiste no bloqueamento do acesso à cidadania a grupos sociais que anteriormente se consideravam candidatos à cidadania e tinham a expectativa fundada de a ela aceder: por exemplo, a juventude urbana habitante dos guetos das megacidades do Norte Global e do Sul Global. (SANTOS, B., 2018, p. 657)

Por outro lado, apesar de ser possível considerar o cosmopolitismo como uma ideia universal, o mesmo foge da universalidade e está carregado de ideologias coloniais que favoreciam o expansionismo imperial – processos que hoje acabam produzindo localismos globalizados e globalismos localizados. Contudo, o cosmopolitismo subversivo é referente ao sonho dos grupos oprimidos que se recusam a fechar acordos políticos à mesma escala global, a qual os seus opressores usam para os oprimir (SANTOS, B., 2018, p. 662).

No que concerne às novas formas de governança, em países do Sul Global e em particular no caso de Angola, muitas têm como referência o modo colonial de

liderar, oprimindo os subalternos e marginalizando os contingentes sociais que residem em musseques.

A responsabilidade social que o estado tinha com o cidadão, especialmente no pós-guerra - ao que se consensuou denominar como *welfare state* -, tem mudado, especialmente pela onda neoliberal que predica a redução do estado, onde se encontra por vezes certa priorização de colaborações público-privadas, em que obviamente a parte dos pactos mais fraca do ponto de vista financeiro tende a ficar em desvantagem e à mercê da parte mais forte. No seu limite, determinadas formas de governança que destituem as responsabilidades e o poder do estado podem atingir os limites de apropriação ou violência. Boaventura de Sousa Santos (2018) trata desses limites como fascismo social, um regime onde existem relações sociais de poder e de desigualdade social extrema, ao nível da opressão, o que ao fim e ao cabo se reflete na estratificação socioespacial urbana:

A primeira forma é o fascismo do apartheid social. Trata-se da segregação social dos excluídos através de uma cartografia urbana dividida em zonas selvagens e zonas civilizadas. As zonas selvagens urbanas são as zonas do estado de natureza hobbesiano, zonas de guerra civil interna como em muitas megacidades em todo Sul Global. (SANTOS, B., 2018, p. 653-654)

Essa segregação urbana, que no caso de Angola foi herdada da organização socioespacial colonial, tem se tornado critério geral de sociabilidade, com condomínios fechados de muros altos, alegando privacidade e segurança, mas que consolidam um espaço-tempo cada vez mais hegemónico, cujas correspondências, em certa medida, são observáveis no Brasil (CALDEIRA, 2011).

O conceito do pensamento pós-abismal baseia-se no sentido amplo da exclusão social, tomando diferentes formas e, enquanto a exclusão existir não haverá possibilidade de qualquer outra forma de pós-capitalismo progressista progredir. Quando expostas a situações de injúrias e deixadas à mercê da boa vontade oscilante do estado para uma vida mais digna cidadã, muitas comunidades localizadas em musseques ou bairros informais criam o seu próprio sistema jurídico não oficial a fim de que se preserve a sobrevivência da comunidade e se sustente em termos sociais e económicos. Este é o caso do bairro da Chicala em Luanda. Segundo Vianna:

Não muito diferente do cenário observado em diversas cidades do globo, sob a égide do capitalismo exacerbado, os bairros irregulares de Luanda, localizados em zonas de interesse para o mercado imobiliário sofrem demolições e remoções forçadas, muitas não acompanhadas de realojamentos. De acordo com o relatório feito pelo Human Rights Watch, as demolições eram feitas sem pesquisa, apuração ou conhecimento sobre a situação legal das residências e “envolveram frequentemente intimidação, bem como violência e destruição desnecessárias, que originaram por vezes reações de confronto das pessoas que perderam as suas casas e os seus bens”. (VIANNA, 2016 apud ANDRE; MARANGONI; POLITO, 2020, p. 10)

Os casos das Chicalas e outro musseques que sofreram demolições concretizam a informalidade e flexibilidade de um sistema jurídico oficial. Portanto, embora possam ocupar posições diferentes de acordo com os parâmetros de formalismo/ informalismo, compartilham o mesmo idealismo jurídico básico. Em geral, a Chicala pode ser considerada uma pequena sociedade capitalista cujo sistema jurídico é em grande parte ideologicamente compatível com o sistema legal formal, tendo em vista que dentro dela ocorrem trocas comerciais, e todo um sistema socioeconômico.

Boaventura de Sousa Santos (2018) alega que, para se explicar a diversidade epistemológica do mundo, precisamos trabalhar o que denomina como "ecossistema do conhecimento jurídico". O conceito de ecologia do conhecimento inclui o corpo de conhecimento acadêmico e não acadêmico. Conforme o autor:

[...] Hoje passo metade do meu tempo na academia e a outra metade em organizações e movimentos sociais. O que eu faço é como minha teoria é enriquecida com outros conhecimentos nessas disciplinas não acadêmicas, e como elas me ajudam tanto quanto eu as ajudo, porque eu entendo. O conhecimento científico é valioso, mas é apenas um tipo de conhecimento. Ainda não acabou e precisamos abrir a porta para outros caras. Você pode então desenvolver alternativas a partir dessas "sementes arruinadas." (SANTOS, B., 2018, p. 338).

Prossegue B. Santos (2018):

[...] Diante do exposto, permanece a ideia de que o pensamento abismal continuará a se reinventar, não importa como você crie os métodos proprietários, a menos que você enfrente resistência ativa. Portanto, o protesto político deve ser baseado na resistência epistemológica. Como eu disse no início, algo como Justiça Social Global não seria possível sem Justiça Cognitiva Global. Isso significa que as atividades críticas futuras não podem se limitar à criação de alternativas. Na verdade, requer uma reflexão alternativa sobre as alternativas.

Requer uma ideia nova, uma ideia pós-abissal (SANTOS, B., 2018, p. 660).

Como mencionado previamente o pensamento pós-abissal começaria por permitir que a exclusão social mais ampla assumia diferentes formas, dependendo se for definida pela linha do abismo ou a do não-abismo, ou seja pelos contingentes opressores ou pela hegemonia opressora, portanto podendo tender com que a exclusão definida do abismo permaneça em algo que poderíamos denominar de abismo progressivo. Isso significa que um novo horizonte seria alcançado somente com a libertação de toda a população, pois, segundo o autor, enquanto os cidadãos forem tratados de forma desumana, seus direitos não serão garantidos, o que faz com que nos dirijamos a uma utopia.

Concluimos que precisamos enxergar a solução dos problemas sociais e urbanos no Sul Global com alternativas, porque problemas africanos carecem de soluções africanas ou, como afirma Boaventura de Sousa Santos, “o pensamento pode ser sumariado um aprender como o Sul usando uma epistemologia do Sul” (SANTOS, B., 2018, p. 661).

O Capítulo 4, a seguir, tratará mais especificamente do fenômeno das zungueiras, considerando sua inserção socioespacial na cidade de Luanda e processos discriminatórios que sofrem na luta por sua existência, que desconsideram sua representatividade cultural, mesmo que em situação adversa.

4. AS ZUNGUEIRAS

4.1 Personagens do mercado informal em Luanda e sua disseminação em Angola

Dentre as zungueiras – das quais trataremos com maior profundidade - e quitandeiras, encontram-se também as *kinguilas*, os roboteiros, os candongueiros e as *kupapatas*. Estas personagens desenvolvem atividades econômicas no meio urbano luandense, porém identificadas pelo estado e a sociedade como atividades informais. A palavra *kinguila* uma designação do dialeto quimbundo que significa “quem está a espera”; é o nome atribuído a cambistas informais, sendo maioritariamente mulheres situadas em vários locais da cidade como esquinas das ruas, estradas e prédios ou até mesmo ao redor dos mercados, como ilustra a Figura 15, abaixo:

Figura 15. Kinguilas sentadas à entrada do Prédio do Livro, edifício habitacional na Maianga, bairro central de Luanda.



Fonte: Angola 24 Horas, 31 jul. 2016. Disponível em: <<https://www.angola24horas.com/angola-24-horas-noticias/item/7327-milhoes-apreendidos-a-kinguilas-em-parte-incerta>>. Acesso em: 8 out .2020.

O surgimento desta atividade nasce da desvalorização da moeda nacional perante altos índices de inflação, o que acaba por gerar demanda a moedas estrangeiras, como dólares e euros, perante as políticas implementadas pelo Banco Nacional para controle monetário, que constituem altas taxas de câmbio e estritos procedimentos burocráticos.

O câmbio formal de moedas em Angola depende da autorização do Banco Nacional de Angola, como consta no artigo 11º da Lei Cambial - Lei n. 5/97, de 27 de junho (ASSEMBLEIA NACIONAL, 1997):

O Banco Nacional de Angola pode autorizar que entidades ligadas ao turismo, em especial empresas hoteleiras, agências de viagens e turismo e lojas francas, realizem nos termos e sob as condições por ele fixadas, operações de compra de notas estrangeiras, cheques de viagem e outros meios de pagamento aos respectivos clientes. (ASSEMBLEIA NACIONAL, 1997, art. 11)

Desta forma, a atividade de troca de divisas realizada pelas *kinguilas* é considerada ilegal, por não fazer parte das atividades autorizadas pelo Banco Nacional, para realização do exercício cambial.

Lopes (2016, p. 173) afirma que o mercado cambial angolano está dividido pelos segmentos formal e informal; ambos se relacionam por meio de fluxos monetários. No entanto, a partir das reformas econômicas introduzidas pelo Banco Nacional, deu-se oportunidade aos bancos comerciais de exercitar a troca cambial. Esta medida influenciou no número de agentes informais reduzindo conseqüentemente o número de *kinguilas*.

A origem da palavra roboteiro surge da gíria luandense derivada da palavra “robot”, significando trabalho físico, ou braçal. Os roboteiros são homens que carregam cargas e mercadorias; estes ficam concentrados em grandes armazéns e mercados informais, os quais predominam nos musseques¹³ – bairros informais caracterizados por condições subnormais de habitabilidade, semelhantes ao que se denomina de favelas. Os roboteiros trabalham por conta própria e se utilizam de um veículo de carga como instrumento de trabalho; este carrinho de madeira custa 2700 *kwanzas*, o que equivale a R\$ 27,00. Muitos iniciantes acabam por construir o seu próprio carrinho e outros os alugam semanalmente pelo valor de 2000 *kwanzas*, equivalentes a R\$ 20,00. É possível visualizar roboteiros na Figura 16, abaixo:

¹³ Musseque, é uma palavra de origem quimbundo que significa a areia vermelha, uma formação geológica mais comum na região, tal como é mencionada nos documentos do século XVII. Mas, enquanto a segregação espacial da população negra aumentava, principalmente a partir do fim do tráfico de escravos, passou-se a caracterizar os bairros de cubatas para onde foi excluída a população negra, na periferia da cidade, tornando o centro cada vez mais como área reservada às classes dominantes [...]. Posteriormente o musseque se tornou o símbolo especial de uma diferenciação social com base na raça, embora nunca expressamente admitida e talvez nunca absolutamente realizada (PEPETELA, 1990, p. 68-69).

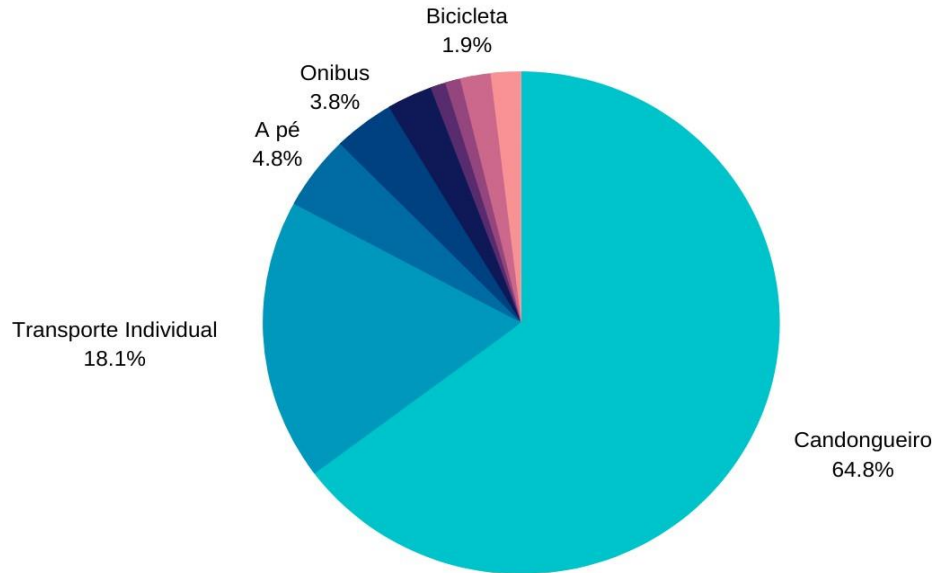
Figura 16. Dois roboteiros, carregando mercadorias.



Fonte: Flipvinagre, 13 jan. 2011. Disponível em:<<https://flipvinagre.blogspot.com/2011/01/roboteiros-na-vila-do-cacuaco-foto.html>>. Acesso em 14 ago. 2020.

A palavra *candongueiro*, originária do dialeto quimbundo, significa “atividades clandestinas” ou “negócios ilegais”. O termo denomina, além das pessoas que realizam a atividade, também as vans da marca Toyota, modelo Hiace ou semelhantes, da cor azul e branca, que operam como meio de transporte, fazendo rotas das zonas periféricas para o centro, como também circulam entre zonas periurbanas. De acordo com estudos elaborados por Fiston (2015, p. 61) este meio de transporte é responsável pela locomoção da maior parte da população luandense, como é possível visualizar no Gráfico 2, a seguir:

Gráfico 2. Total de deslocamentos por meio de transporte (%) em Luanda. As faixas não especificadas no gráfico correspondem a menos de 1% do total e são caracterizadas por transporte fluvial.



Fonte: Elaboração própria, segundo Fiston (2015).

A taxa de uma viagem, dependendo da rota, fica entre 150 *kwanzas* e 450 *kwanzas*, que equivalem respectivamente a R\$ 1,50 e R\$ 4,50. A procura do serviço tem crescido desde os anos 90, não por segurança e qualidade, mas por ser um meio de evitar o congestionamento de automóveis particulares da cidade de Luanda. A van é constituída por 14 lugares, mas dependendo da demanda, como por exemplo, em horários de pico, os candongueiros chegam a levar até 18 passageiros em uma única viagem. A Figura 17, a seguir, apresenta um conjunto de candongueiros na região central de Luanda:

Figura 17. Candongueiros na Mutamba, centro histórico da cidade de Luanda.



Fonte: Castro; Reschilian; Zanetti, 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/urbe/a/XKxdB9njRqwbMkgMQQLkM9N/?lang=pt#>>. Acesso em 3 ago. 2018.

Kupapatas são mototaxistas que tiveram o seu surgimento nos anos 90, procurando atender as necessidades da população por escassez do transporte público. Inicialmente circulavam entre os bairros informais e zonas de difícil acesso aos ônibus e aos candongueiros. Atualmente circulam por todas as zonas da cidade. A taxa tarifária nos bairros informais é estipulada dependendo da distância percorrida, entretanto no centro urbano o custo varia em função da zona ou bairro. A figura 18, a seguir apresenta duas *kupapatas*, e uma delas transportando um passageiro.

Figura 2. Duas kukapatas, dentre elas uma transportando passageiro.



Fonte: Folha 8, 2015.

Existe uma linha muito tênue entre o informal, o ilegal e o ilícito, e muitas destas atividades carregam significados pejorativos; contudo, atualmente não existem atos considerados ilícitos destes personagens do comércio informal de Luanda, a menos das *kinguilas*. Estima-se que essas atividades contribuem para o presente no cotidiano no povo luandense, como também, de certa forma, colaboram para a redução da pobreza, autonomia e sobrevivência familiar.

4.2 Zungueiras ontem e hoje: origem e tradições construídas ao longo do tempo – resistência, existência, sobrevivência

[Os musseques,] como bairro de misérias e transição, nasceram logo após a criação da cidade, primeiro na forma de quintais onde traficantes de escravos acumulavam as suas peças para a exportação, depois como aglomerados de

cubatas¹⁴, nos Coqueiros, no Bungo, nas Ingombotas, nas Maiangas, habitadas por africanos escravos e libertos. (AMARAL,1983: p. 298 apud HENRIQUES, 2017, p. 37)

Os espaços de troca e venda, mercados e feiras existem no cotidiano das civilizações desde milênios. Em Luanda, estas instituições foram caracterizadas pelas quitandas. Segundo Domingos Van-Dúnem (s. d.) a palavra quitanda é oriunda do termo *itanda*, no dialeto quimbundo que, no plural *kitanda*, significa estrado de bordão que serve de banco, expositor de medida, sobretudo para regular a venda de tabaco de corda. Na versão aportuguesada da palavra surge então o termo quitandeira (mulher que exerce negócio em quitanda) da eliminação do “a” e o acréscimo do sufixo “eira” (SANTOS, 2011, p. 2). Nessa versão de quitanda, encontram-se os seguintes significados: mercado; praça; posto de venda de géneros frescos; pequena loja ou barraca de negócios; quinta ou tabuleiro em que se vende pelas ruas (RIBAS, 1989, p. 89).

A. Santos (1967, p. 89) descreveu as *kitandas* em seu livro *Quitandas e Quitadeiras de Luanda*, com a seguinte afirmação:

Instituições de grande significado, que se incrustam na cultura da sociedade nativa luandense, pois, sendo centros de comércio com influência na economia local, correlativamente atuam como meios estabilizadores da posição social dos vendedores que neles se enquadram. Ademais, para além de serem as vias diretas de acorrerem às necessidades mais instantes do grande público, são um ponto de convergência, que reflete direta e indiretamente diversos aspetos quer da cultura material, quer da espiritual, pois na expressão da sua comunicabilidade dão-nos uma medida de imaginação do grupo, sensibilidade, inteligência, reações, etc. (...) As «quitandas», quer sejam centrais, de grande movimento comercial, ou pequenas, marginais, meramente de subsistência, são quadros vivos, oferecendo rica matéria para estudos étnicos, religiosos, de vestuário, de civilidade, etc. E, se são um regalo para a vista, pela mutação de colorido e pelo conjunto do material humano, constituem simultaneamente um documento real dos recursos da cozinha nesta zona. (SANTOS, A., 1967, p.89)

A imagem da “mama quitandeira” caracterizou a cidade de Luanda, com as suas vestimentas fartas e tecidos angolanos de estampa colorida, enchendo as ruas e os becos anunciando os seus produtos (PEPETELA, 1990, p.139).

¹⁴ As cubatas eram moradias tradicionais construídas com materiais vegetais como pau-a-pique, palha ou choça. O termo serve também para as casas de alvenaria situadas nos bairros pobres de Luanda, chamados de musseques. (GUIMARÃES, 2010, p. 2).

Para se entender a dinâmica do comércio informal em Luanda, foi importante considerar fatores sociais e históricos da cidade, como tratamos no Capítulo I deste estudo. Nesse sentido, a contextualização sociopolítica de Angola é indispensável para a compreensão do surgimento das zungueiras e sua participação na produção do espaço urbano. Segundo O. Santos (2011, p. 3), a presença das quitandeiras nas ruas de Luanda é narrada em relatos históricos desde o século XVII. Estas mulheres exerciam essa atividade comercial dentro de uma rede de serviços de venda e compra em grandes mercados, açougues e feiras da cidade.

Na virada do século XVIII, já existiam em Luanda grandes feiras, mercados e feiras livres nomeadamente: Feira do Bungo, Feira Grande, Açougue de Peixe e o Mercado dos Coqueiros. Esses mercados eram classificados como lugares de vendas e de distribuição de produtos e alimentos que se diferenciavam dos mercados nativos dominados pelos políticos africanos (VENÂNCIO, 1996 p. 38).

Em 1816, o Governador Luís da Mota Feo Torres construiu a Quitanda Grande, um espaço de vendas e trocas descrito por Cardoso (1951) como: “um excelente mercado de fazendas de diversas qualidades, em que se contavam para cima de 100 pretas quitandeiras distribuídas em 30 a 40 barracas volantes que desapareciam ao pôr do sol e apareciam ao raiar da aurora” (CARDOSO, 1951).

Figura 19. Quitanda cotidiana em Luanda.



Fonte: Cardoso, M. 1951, p. 17 apud Santos, O. 2010, p. 26.

Existiam, do mesmo modo, mercados nos musseques. Sousa (1967, p.89) faz menção do *Xamavu*, um dos mercados locais mais conhecidos na virada do século XIX para o XX. A autora narra que: “No musseque Mota, encontra-se o mercado indígena do *Xamavu*. É sem dúvida, entre os mercados locais, o que conserva a feição africana mais característica”.

A diversidade étnica entre as quitandeiras, oriundas de diversas regiões do país, que vendiam no mercado do *Xamavu*, contribuiu para sua característica nativa distinta. Isto se deve à especificidade de tipo de produtos comercializados, a suas vestimentas, à forma de vender ou até mesmo à exposição e jeito de arrumar as mercadorias (SANTOS, O., 2010, p. 36).

No livro *Missosso*, Oscar Ribas, ao descrever o cotidiano das quitandeiras luandenses, menciona o mercado do *Xamavu* descrevendo-o como:

[...] um belo teatro de comediantes, sem dispêndio de dinheiro para o espetáculo, desfruta-se um tempo de agradável humorismo. Tudo se goza, desde a heterogeneidade do ambiente ao cachoar do vozeio, desde o natural ao excêntrico, desde a boa índole à perversa. (RIBAS, 1964, p. 245 apud SANTOS. O., 2010. p. 36)

É importante mencionar que neste contexto, o *Xamavu* não era apenas frequentado pelos nativos que moravam nos musseques, mas também uma população de alto poder aquisitivo, que morava em zonas nobres da cidade de Luanda.

Figura 3. Quitandas e quitadeiras no mercado do Xamavu.



Fonte: SANTOS, O. 2010, p. 36. .

Orlando Santos faz menção das obras de Oscar Ribas que ajudam na compreensão do percurso histórico e social das vendedoras ambulantes em Luanda no período colonial. Ribas descreve em seu livro *Uanga* (RIBAS, 1951) o cotidiano das vendedoras ambulantes nos anos 1950 em Luanda, com as seguintes palavras:

[...] pelos atalhos, quitadeiras desciam para o mercado, em busca de água seguia, domésticas. [...] Mulheres ao serviço do município varriam pachorrentamente a rua, e em pregões, quitadeiras vendiam peixe, fruta, mel, feijão, farinha de mandioca, azeite de amendoim e outros produtos. (RIBAS, 2009, p. 214-215 apud MONTEIRO. 2012, p. 28)

Interessante constatar que os produtos vendidos pelas quitadeiras na época eram referentes a alimentos, isto porque elas serviam de elo entre o rural e o urbano, abastecendo e distribuindo-os, do porto aos mercados, do rural às zonas periféricas.

Dentre várias estratégias do processo da colonização europeia a descaracterização da imagem das mulheres angolanas identifica-se como uma das mais desumanas (O. SANTOS, 2011 p. 7). Esta afirmação demonstra a teoria de que as quitadeiras sempre foram alvo de silenciamento e opressão por parte de uma classe social dominante, durante o período colonial. A opressão racial e exploração das mulheres colocavam-nas em situação de submissão tripla em função da raça, do gênero e de classe.

Mesmo em meio à opressão política, perda de privilégios, desestruturação das famílias com a venda de escravos, muitas mulheres perderam seus maridos; no entanto, as mulheres angolanas não baixaram a guarda, se reinventaram assumindo papéis outrora atribuídos aos homens como o cultivo da terra e o sustento da família. Nesse contexto, as quitadeiras não se limitavam a comercializar alimentos, mas também a distribuir farnéis para os escravos, alimentando-os no Porto de Luanda.

Documentos e registros negligenciaram e fazem até hoje pouca menção das atividades exercidas pelas quitadeiras e importância dessas mulheres, considerando que são mencionadas ocasionalmente como um trabalho feio e malcheiroso. É importante destacar neste estudo a presença ativa das mulheres angolanas em momentos decisivos da história do país e do continente, conforme aponta Casimiro (2004, p. 91), entendendo e fortalecendo suas aspirações de vida no sentido de respeito por todos outros cidadãos.

Realçamos a importância das quitadeiras e o papel desempenhado no meio social e econômico na região periférica de Luanda, e habilidade que tinham em enfrentar os desafios impostos pelo regime colonial, passando a representar a força da mulher angolana frente às injustiças sociais. Neste sentido, as quitadeiras são

caracterizadas como mulheres fortes, que surgiram como faces dos musseques e, conseqüentemente estigmatizadas, que representaram resistência à opressão colonial. No conto “*Nga Fefa Kajinvunda*” Cardoso (1982) relata a personagem de uma quitandeira, descrevendo o seu cotidiano no mercado do *Xamavu* no musseque do *Sambizanga*, que buscava juntamente com as outras se afirmar, mesmo que isso significasse desafiar as ordens sociais impostas. O autor narra replicações de afrontas diárias aos fiscais e rejeição dos maus-tratos por parte das “mulheres da Baixa”:

Nos kimbundos delas escondiam toda a fúria contra o colonialismo que não podiam falar na língua da senhora abertamente. Anos de opressão se transformaram em liberdade nas falas quimbundas. (CARDOSO, 1982, p. 47)

Os mercados carregavam uma importância social para o imaginário luandense, pois não eram apenas espaços de troca e venda mas, da mesma forma, representavam um espaço social e de resistência nacionalista no cotidiano de Luanda. Neste mesmo âmbito, Macedo (2006, p. 50-54) considera o mercado como um “espaço da degradação das regras sociais” e “um local do trabalho honesto das quitandeiras, ou seja mães dignas de respeito”.

A característica de uma Luanda dualista já era evidente no período colonial; a diferença entre as classes sociais foi transmitida ao tecido urbano, onde a classe dominante residia no centro, com acesso aos serviços e infraestrutura urbana, e a classe dominada em comunidades periféricas sem infraestrutura e distante dos serviços. Esta dinâmica socioespacial é fruto de uma organização política do espaço que se reflete no estilo de vida, no modo de viver, habitar e se relacionar.

Apesar do comércio informal ter ocorrido, em sua origem, com mais frequência nas zonas periféricas e periurbanas, as quitandeiras passaram a circular no centro urbano com maior frequência devido à expansão urbana e modernização. As quitandeiras não eram bem quistas no meio urbano tanto quanto o eram nas zonas periféricas da cidade.

As reformas urbanísticas, que ocorreram na Europa no século XIX, tiveram influências nos países colonizados à época, como em Angola. Com a presença intensificada de migrantes vindos de Portugal, os portugueses procuravam tornar a

colônia cada vez mais com características europeias, incluindo os mercados, espaços estes que passaram a ser compartilhados por angolanos e portugueses comerciantes. Na passagem do século XIX para o XX ocorre uma reforma urbanística na cidade de Luanda. Pajota afirma que essas reformas acabaram expulsando as quitadeiras dos mercados, para as zonas periféricas:

Foi justamente na virada do século XIX e XX, que a cidade de Luanda passou por uma reconstrução de seu espaço urbano. Remodelando o seu aspecto físico com cuidados com a higiene e aparência, construindo largos e praças, o governo colonial preparava as reformas que tencionavam criar o projeto civilizador na África. [...] Alguns lugares da cidade foram transformados em pontos privilegiados. Mercados e feiras acabaram transferidos para bairros mais periféricos, ou foram construídos novos edifícios dentro da lógica urbana colonial e sob os princípios da Câmara Municipal (Pantoja, 2000, p. 182).

Nesta altura, o Senado da Câmara de Luanda, com o intuito de disciplinar as quitadeiras no comércio informal, passou a promulgar licenças para o comércio do milho, farinha e feijão. Posteriormente, pode-se constatar que várias quitadeiras foram aprisionadas, sob alegações de transgressões às leis municipais ou, grosso modo, “por venderem produtos pelas ruas sem a respectiva licença”. (Pantoja, 2001).

Neste sentido, o registro de quitadeiras na Câmara passou a ser obrigatório, do mesmo modo que o aluguel de vaga para venda nos mercados; esta lógica resultou na expulsão das quitadeiras e apropriação do espaço feita pelos comerciantes europeus.

Os estudos realizados por Pantoja (2000; 2001) fazem menção aos regulamentos e restrições impostas às quitadeiras de Luanda e, posteriormente, ao fomento de conflitos entre as quitadeiras nativas e novos comerciantes europeus surgido na época, por vagas nas feiras e nos mercados.

Neste cenário, as quitadeiras e artesãos que não conseguiam pagar o aluguel tiveram que se mudar do centro urbano e foram para os musseques, a fim de exercerem as suas atividades comerciais, tal como Pantoja (2000, p. 32) aborda que dado momento:

A cidade de Luanda toma nova configuração e as quitadeiras tendem a desaparecer do cenário luandense. Sem condições de habitação na cidade, as casas africanas foram se concentrando nos musseques. O mercado ficou para umas poucas que podiam pagar aluguer do espaço e competir com empresas que passaram a participar do abastecimento da cidade. Foi criado um outro

mercado mas em tão precárias condições que teve vida curta. (PANTOJA 2000, p. 32)

A desapropriação dos mercados de Luanda para utilização das quitandeiras foi resultado de leis instituídas e ações realizadas pelo poder público, que procurou dominar os espaços de comércio, isto é, os mercados de Luanda. Os mercados passaram a ser apropriados pelos comerciantes portugueses e as feiras livres, nos musseques, pelas quitandeiras. Os mercados do centro passaram a ser frequentados pelas classes altas e os mercados do musseques majoritariamente pelas classes baixas, ou seja, a diferença social marcou explicitamente uma delimitação nos espaços urbanos.

O plano de construir mercados nas zonas periféricas tinha como intuito eliminar as feiras livres do centro urbano, buscando erradicar o comércio informal da “cidade branca” e submeter as feiras livres sob controle. Era importante para o Estado um plano urbanístico moderno e progressista nos moldes de dominação hegemônica, como instrumento de controle, incluindo o ato de disciplinar os locais e populações que resistiam ao status quo (SANTOS, O., 2011).

Nesse sentido, as feiras livres em espaços cujas regras sociais não seguiam a razão capitalista e que outrora estavam sob domínio popular, passaram a se submeter à ação disciplinar dos mercados controlados pelo poder público municipal. Dessa transição decorre um conflito entre o poder público e os comerciantes. Os comerciantes não se limitaram a circular apenas nos bairros periféricos e não se constrangeram com as intimidações do poder político.

Após a conquista da independência de Angola, em 1975, o país passou por uma guerra civil que perdurou aproximadamente 30 anos. Luanda foi uma das províncias que não serviu como campo de batalha neste período devastador, a qual resultou em abrigo para a população oriunda de outras províncias vítimas da guerra. Neste período, milhares de pessoas saíram das zonas rurais e emigraram para Luanda e, no final da guerra civil, relatos oficiais demonstram que havia 4 milhões de angolanos oficialmente deslocados dentro do país e meio milhão de angolanos em condição de refugiados fora do país (RIMLI, 2013).

O êxodo rural teve suas consequências; dentre elas, o aumento da densidade populacional em Luanda, a taxa de desemprego elevada e o déficit habitacional na cidade, o que resultou no crescimento de bairros informais. Muitos cidadãos deslocados viram no comércio informal um meio de subsistência, optando pelas vendas ambulantes, serviços de motoristas e de transporte de mercadorias, como roboteiros, entre outras.

No contexto atual luandense, as quitandeiras ainda existem, contudo exercem vendas de produtos tradicionais, caseiros, plantas, raízes, ervas que servem de medicina natural e, inclusive, a venda de produtos mágicos-religiosos de vínculos tradicionais da cultura angolana. As quitandeiras de hoje, que exercem vendas em locais fixos, tal como podemos visualizar na Figura 22 abaixo, são referidas como as guardiãs da cultura e da tradição angolana. Afirma Dya Kasembe (2005):

[...] guardiãs do pouco que restava dos seus costumes tradicionais, quase legendários, por estarem muito afastados das verdadeiras fontes, começaram por sobreviver do comércio do dia-a-dia, doces para crianças, jipepes, gengibre, cola, erva de parto, óleos de jibóia ou de galinha para reumatismos, enfim um arsenal de pequenos remédios para pequenos males. Mas, sobretudo, elas vendiam os seus dons de videntekimbandeira. (KASEMBE, 2005, p. 113)

Figura 21. Quitandeira frente a seus quitutes no mercado do Kwanza.



Fonte: André Heitor Matias, 2021.

4.3 Inserção socioespacial das zungueiras

Assim como as quitandeiras, o comércio informal nas ruas de Luanda é caracterizado pelas as zungueiras. A palavra *zungueira* se originou no termo *zunga* da língua nacional *quimbundo* que, na sua tradução literal, significa: andar à volta; circular. O termo é atribuído aos vendedores ambulantes em Angola, que percorrem quilômetros diariamente para venderem seus produtos.

Elas circulam entre a invisibilidade social e a presença física e paisagística nas ruas de Luanda, entre a legitimidade social da luta pela sobrevivência e a legalidade jurídica, entre os musseques e a baixa da cidade, entre a riqueza, a ostentação dos poderosos e as carências cotidianas da maioria da população. Elas são as intermediárias, ocupando um entre-lugar (BHABHA, 1997), na medida em que construíram um novo lugar da cultura, um espaço de negociação contato e interação entre grupos e indivíduos diferentes. (SANTOS, O. 2010, p. 99)

A prática da *zunga* surge no comércio informal em Luanda, como produto das práticas das quitandeiras no período pós-colonial. Apesar de ser exercida majoritariamente por mulheres — e o presente trabalho se focar nelas —, é importante

mencionar que atualmente existem homens *zungueiros* devido ao aumento da taxa de desemprego no país.

O estudo realizado por O. Santos (2010), revela que a *zunga* não é uma prática propriamente nova, mas sim uma adaptação, mas afirma que o fluxo de vendedores ambulantes aumentou em Luanda, readquirindo a prática de vender e “cantalorizar” os seus produtos (SANTOS, O., 2010, p. 91). O cotidiano das *zungueiras* consiste em circular pelos armazéns, mercados, ruas e em bairros, desenvolvendo vendas de porta em porta, carregando os seus produtos geralmente na cabeça e ou nos braços.

Analisando a estrutura social dentro das atividades comerciais em Luanda, O. Santos (2011) descreve a *zunga* como uma das práticas com menor status socioeconômico dentro do comércio informal; contudo, no nosso entendimento, esta afirmação é relativa, considerando o rendimento diário de muitas *zungueiras* que podem chegar a ser superior ao dos demais trabalhadores do comércio informal.

Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), as *zungueiras* fazem parte de mais de 51% da população angolana que vive em condições de extrema pobreza, sobrevivendo com apenas \$ 1,90 por dia, equivalente, em dados de 2019, a R\$ 9,71 (PNUD, 2019). A maioria das *zungueiras* vive em zonas periféricas ou *musseques*. Como expusemos, os *musseques* são bairros informais que correspondem aos caniços em Moçambique, *slums* na Índia e favelas no Brasil.

Muitos destes bairros são desprovidos de serviços básicos como saneamento de esgotos, recolhimento de resíduos e água potável, como infraestrutura adequada, sendo caracterizados por habitações precárias, sem garantia fundiária ou proteção jurídica contra remoções forçadas e outras ações que tendem a violar os direitos humanos. Muitos moradores são analfabetos e não possuem qualquer grau de instrução, tampouco possuem documento de identidade nacional, o que os torna extremamente vulneráveis (RIMLI, 2013).

Os *musseques*, entretanto, têm sofrido demolições e desocupações e seus residentes têm sido realocados em regiões distantes das suas atividades cotidianas; isto deve-se ao interesse do mercado imobiliário que detém alguns *musseques*

localizados em áreas de interesse do setor privado, e que se constituem como empreendimentos que geram lucros aos envolvidos.

Os discursos de reabilitação e reurbanização da cidade de Luanda são uma busca contínua da concepção de cidades modernas, resultando em um urbanismo especulativo que acaba por privilegiar uma determinada camada social e negligencia a maior parte da população, deixando-a em segundo plano, o que resulta em um processo de gentrificação e reestruturação urbana fundamentada na desigualdade socioespacial (CROESE, 2016).

O urbanismo atual implementado em Luanda é apresentado com uma roupagem inovadora, no entanto é baseado em estruturas antigas. Com intuito de uma reengenharia do espaço urbano, acaba por descaracterizar a cidade de suas características africanas. Essa reurbanização socioespacial, acompanhada de remoções forçadas, afeta diretamente a população que reside nos *musseques* e, conseqüentemente, muitos trabalhadores do setor informal.

É notório que a população das classes inferiores está inserida na cidade urbanizada gentrificada tanto quanto nos *musseques*, à medida em que residem nos *musseques* e, no entanto, trabalham nos centros urbanos. O crescimento destes bairros informais, decorrência da desigualdade, se agrava pelo modo como se estabelece o processo de modernização da cidade, que desconsidera as necessidades locais (CROESE, 2016), tornando Luanda uma cidade que negligencia atividades tradicionais como a *zunga* privilegiando sua adaptação forçada e incompleta como uma cidade global.

Após o período colonial e o fim da guerra civil em Angola, em 2002, a cidade de Luanda vive uma tentativa de reconstrução via modernização de territórios e edifícios, por muitos considerada como ápice arquitetônico que, no entanto, busca uma representação de identidade pela imagem de cidade mundializada embora se caracterize por exportação de *commodities* e dependência internacional e, em simultâneo, com uma economia baseada em atividades do setor informal.

O DW — Development Workshop (DW; CEHS; OWA, 2005, p. 85-86) desenvolveu diversos estudos nos últimos anos sobre as tipologias de assentamentos existentes em Luanda e caracteriza os musseques caracteriza como:

- Musseques periféricos:

São bairros informais com aproximadamente 20 anos de existência, que surgiram no período da guerra civil, construídos e habitados pela população oriunda de outras províncias fugindo da guerra. Estes musseques estão situados na periferia da cidade de Luanda, sem infraestrutura básica e construídos com materiais temporários; têm aparência precária e contêm uma população majoritariamente vinda do meio rural. O valor de terra destes musseques é o mais baixo em relação aos outros setores da cidade, por estarem distantes de oportunidades da infraestrutura urbana e serviços básicos centrais.

- Musseques em transição:

Estes musseques surgiram antes da independência e englobam os musseques situados dentro da cidade formal, próximos a tecidos providos de infraestrutura urbana, empregos, serviços e mercados; contudo, são limitados ao espaço geográfico que os impede de se expandir e, entretanto, apresentam uma elevada densidade populacional. Estes musseques sofrem com a supervalorização do solo por se situarem no centro formal da cidade. Muitos destes bairros têm sido alvo de requalificação urbana bem como de interesse do setor privado. Como estes processos tendem a elevar o valor da terra, muitos moradores acabam cedendo e vendendo suas residências para investimentos privados no local, em um fenômeno de gentrificação.

- Musseques antigos:

Estes surgiram nos anos 70 e 80, ao longo da cidade informal, com infraestrutura praticamente inexistente, sem pavimentação de ruas, com padrão de construção precária e sem rede de transportes. As habitações inicialmente eram feitas de adobe e taipa de pilão, cujos ocupação é resultado do êxodo rural ocorrido no período colonial, onde os nativos não conseguiam lugar no centro da cidade, e se viram obrigados a recorrer a autoconstruções periféricas, tendo as cubatas como referência. Estes musseques se expandiram e, no período da independência, já tinham dimensões

consideráveis, se espalhando sobre zonas verdes e vazios urbanos disponíveis e zonas de risco, inclusive ao longo da linha ferroviária.

- Musseques ordenados:

Estes musseques surgiram um pouco após a independência, nos anos 80, como afirma Ilídio Daio (2020), “com vias em terra batida e de traçado regular” e construções precárias; muitas vezes construídos nos arredores dos bairros populares do período colonial. Estes bairros foram ocupados majoritariamente por imigrantes como os congolezes, que adaptaram as moradias às suas formas de organização habitacionais.

- Terrenos planejados para autoconstrução:

Zonas constituídas de moradias unifamiliares que tiveram o seu surgimento há 19 anos, em paralelo com o surgimento de condomínios de alta renda em Luanda. Estes musseques tem as suas vias alinhadas e planejadas pelo governo ou pelas famílias com pequeno ou médio rendimento, que autoconstruíram as suas moradias.

- Zona de habitação de interesse social:

Esta zona caracteriza as construções mais recentes no meio urbano luandense, desenvolvidas pelo governo após a guerra civil. Estes bairros seguem um padrão de vias alinhadas aos limites de expansão urbana, distando consideravelmente das áreas centrais. Apesar de contar com água canalizada, esgotos e energia elétrica, são desprovidos de infraestruturas como transportes, equipamentos, serviços e espaços públicos de qualidade como praças e parques ou arborização.

- Assentamentos rurais:

Estes são localizados longe do perímetro urbano, mas ainda dentro da província de Luanda, com baixa densidade populacional. Esse tipo de assentamento tem como principal atividade de produção a agricultura. As moradias têm características de cubatas, com hortas nos espaços livres próximas às moradias, sendo desprovidas de qualquer infraestrutura.

- Antigo centro urbano:

Área construída no período colonial, que constituía o centro administrativo, político, econômico e cultural. Atualmente conta com a mescla de edifícios com características coloniais ou modernas. Muitos dos edifícios coloniais estão em estado

deterioração por falta de manutenção ou de políticas públicas de conservação de patrimônio histórico e cultural.

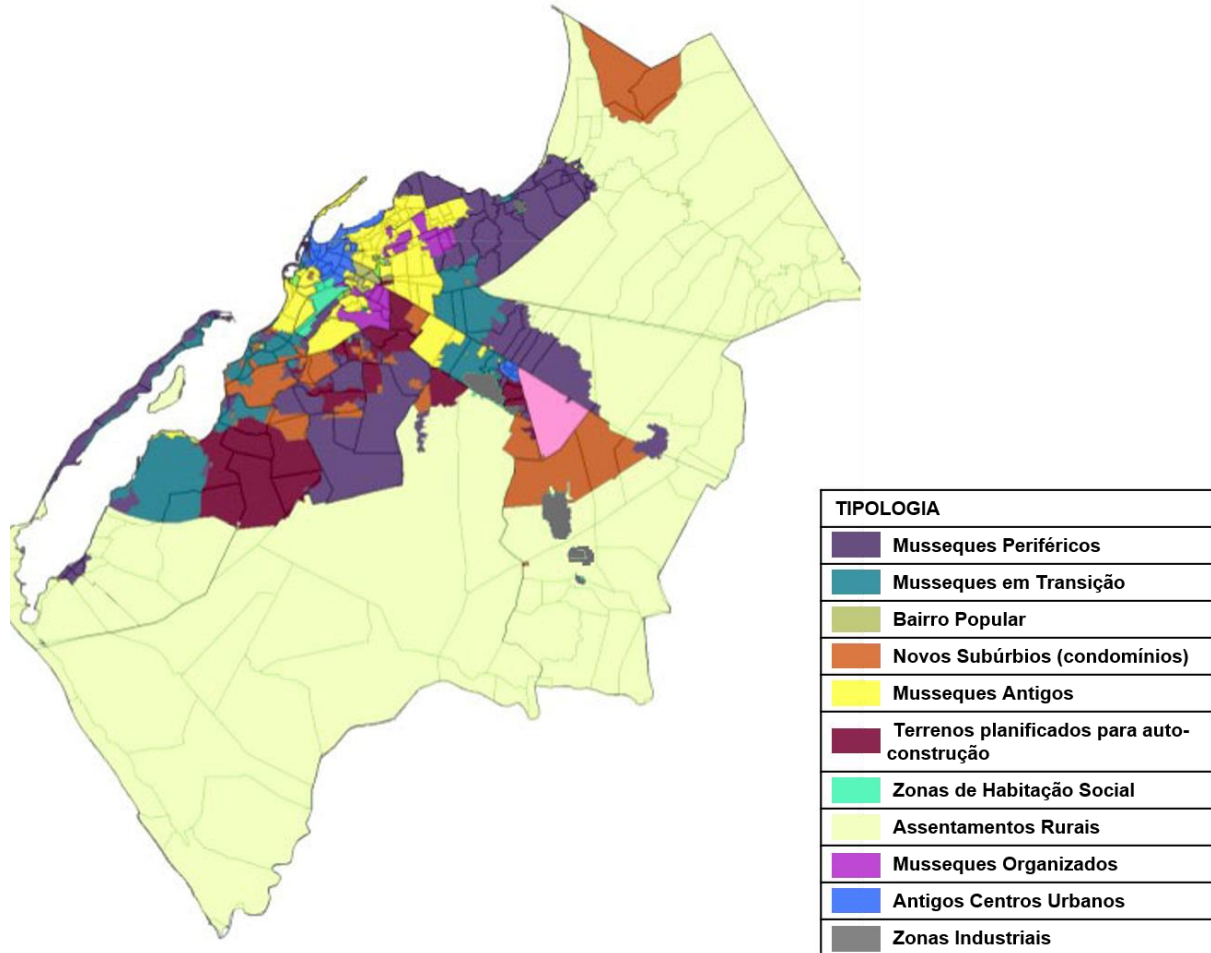
- Bairros populares:

Existem há mais de 35 anos, tendo sido construídos por programas públicos no período colonial, como uma forma de habitação popular, para funcionários operários de baixa renda. Inicialmente bem estruturados, com vias alinhadas e regulares, construções de baixo padrão e com infraestrutura urbana disponível. Estes bairros se expandiram e se degradaram ao longo dos anos, contendo atualmente uma elevada densidade populacional. O que os diferencia dos outros musseques é a presença de infraestrutura e a proximidade ao antigo centro urbano, com menor nível de pobreza e número de agregados familiares que residem no mesmo espaço.

- Novos subúrbios (condomínios):

Áreas desenvolvidas com parceria do setor público e privado, projetadas e construídas seguindo o padrão convencional do ocidente; detêm um nível aceitável de infraestrutura que, entretanto, apresentam funcionamento deficiente. Estes tecidos urbanos são constituídos por condomínios fechados multifamiliares e loteamentos abertos com tipologias de moradias unifamiliares — embora também se autodenominem condomínios —, com construções de qualidade acima da média, realizados pelo setor privado e que se caracterizam pelo valor elevado e público-alvo com médio e alto rendimento.

Figura 22. Mapeamento das tipologias de assentamentos em Luanda.



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados de Cain, 2019.

Tabela 4. Tipologias de assentamentos em Luanda.

Tipologias	Categorias	População	% do total da população
Centro Urbano Antigo	Mais de 35 anos	165.693	2,5%
Novas Urbanizações e Condomínios	Nova, Pós Guerra	683.466	10,5%
Bairro Popular	Mais de 35 anos	83.290	1%
Zonas de Habitação Social	Nova, Pós Guerra	318.380	5%

Áreas de autoconstruções Dirigida	Nova, Pós Guerra	496.736	7,6%
Musseques em Transição	Pós independência	622.950	8%
Musseques Ordenados (requalificados)	Mais de 35 anos	477.956	9,5%
Musseques Antigos	Mais de 35 anos	2.112.701	31,8%
Musseques Periféricos	Pós independência	1.337.028	20%
Assentamentos Rurais		241.787	4%
Zona Industrial		2.957	0,05%
Total		6.542.944	100%

Fonte: Cain, 2019.

Segundo Watson (2014) e Cain (2015), Luanda é uma das cidades que mais constrói distritos satélites, com apartamentos com valor de 150 mil dólares e intensa expansão dos musseques.

Os projetos de requalificação urbana em Luanda tendem a favorecer as instituições privadas ao invés de atender as necessidades urbanas destas zonas periféricas em condições precárias. As parcerias público-privadas que, por um lado, geram crescimento econômico, empregos e novos empreendimentos, por outro promovem as remoções forçadas, a desapropriação do espaço ocupado e colocam em pauta a necessidade do direito à cidade e os bens fundamentais como educação, saúde, lazer (MENDES, 2012).

Segundo Harvey, o direito à cidade é referente ao processo de produção do espaço, embora este tem sido usado pelo mercado imobiliário na busca de novos empreendimentos e maiores rendimentos:

O direito à cidade como hoje existe, como se constitui atualmente, encontra-se muito mais estreitamente confinado, na maior parte dos casos, nas mãos de

uma pequena elite política e econômica com condições de moldar a cidade cada vez mais segundo suas necessidades particulares e seus mais profundos desejos (HARVEY, 2014, p. 63).

Os trabalhadores informais exercem suas atividades muitas vezes em condições precárias e contribuem sobremaneira para o aumento de resíduos no meio urbano; contudo, como já afirmamos, é essa atividade que contribui para seus rendimentos e sustento familiar. A informalidade surge como meio de sobrevivência e resistência do povo que reside nos *musseques*.

A população encontra meios de sobreviver em meio à extrema pobreza e em resistência às medidas governamentais impostas pelo estado — e muitas vezes executadas por grandes construtoras, tais como a Odebrecht, envolvidas na remoção forçada e demolição de muitos *musseques* em Luanda. Desse modo, paradoxalmente, a informalidade no espaço urbano e econômico é uma forma da população de classe inferior reivindicar o direito à cidade. Tal como afirma Harvey (2014):

Se os bens públicos oferecidos pelo Estado diminuem ou se transformam em um mero instrumento para a acumulação privada (como vem acontecendo com a educação), e se o Estado deixa de oferecê-los, então só há uma resposta possível, que é as populações se auto-organizarem para oferecerem-se seus próprios comuns (HARVEY, 2014, p.167).

Tomando o caso das *zungueiras* como exemplo, considera-se que a informalidade faz parte do meio urbano das cidades africanas, sendo um modo de auto-organização e meio de subsistência que interfere no espaço urbano. Conforme aponta Robson:

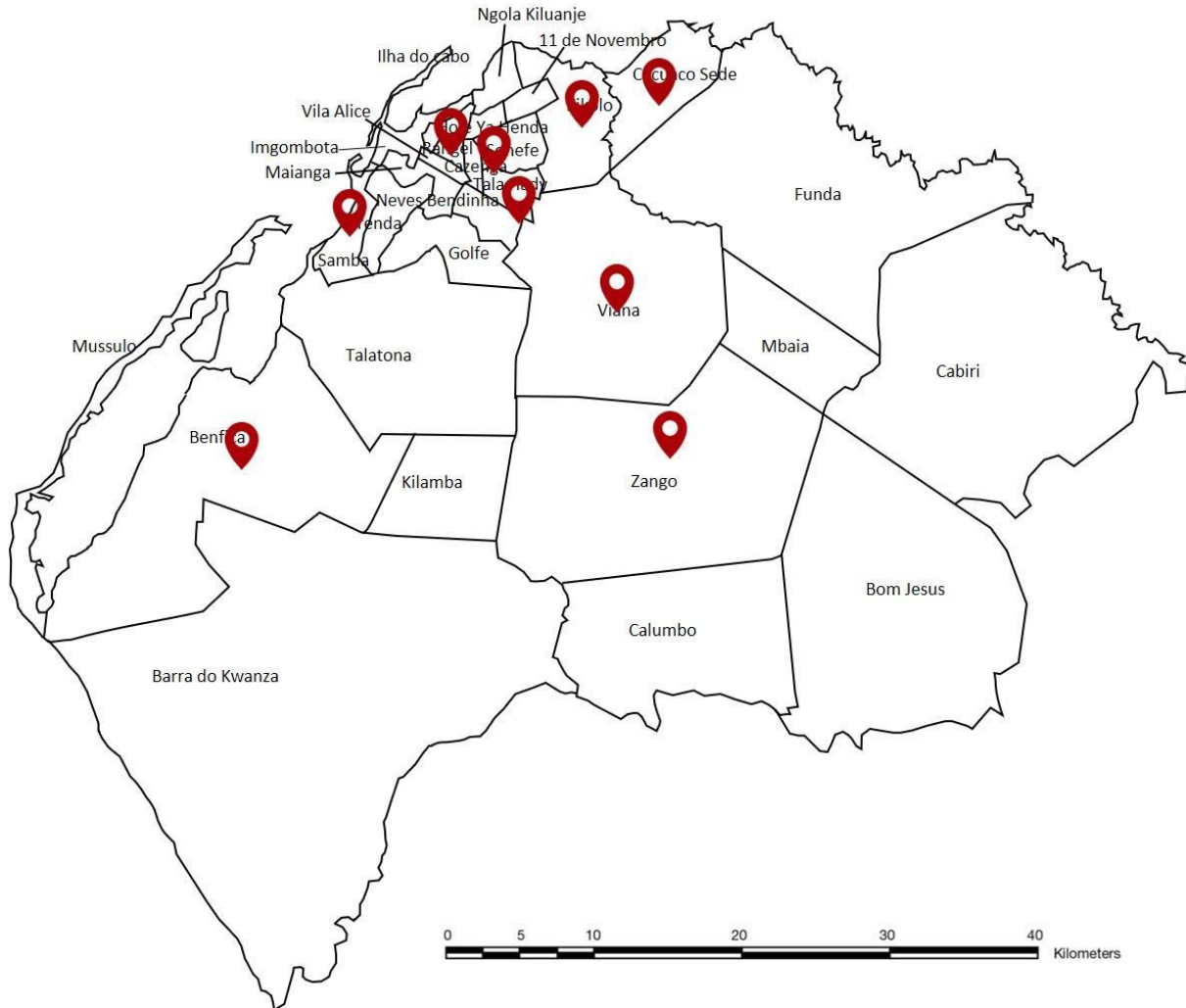
A informalidade é uma categoria política, profissional e econômica e inclusive espacial, que atua em uma determinada situação política. Tem uma dimensão histórica profunda. É uma maneira de interação entre dois métodos, um modo de organização e gestão de políticas, de ocupação do espaço e da atividade econômica. (ROBSON, 2001, p. 255 apud QUEIROZ, 2016, p. 37).¹⁵

A informalidade no meio urbano e a organização hegemônica representam uma relação paradoxal de interdependência.

¹⁵ Tradução livre da autora do texto original: “Informality is an inclusively spacial political, professional and economic category that acts in a given political situation. It has a profound historical dimension. It is a way of interaction between two methods, a mode of organization and policy management, of space occupation and of economic activity.” (ROBSON, 2001, p. 255 apud QUEIROZ, 2016, p. 37)

No que tange aos mercados informais, o estado angolano tem aplicado ações repressivas desde a década de 80, como a destruição do mercado Banga Sumo localizado no bairro do Prenda, que foi queimado ou a destruição dos mercados Cala-a-Boca e Tira Bikini, bem como o encerramento dos mercados do Rocha Pinto, Estalagem e Kinaxixe. Em 2006 surge o mais novo quadro no programa de reestruturação de rede de abastecimento comercial quando foram abertos quatro novos mercados: Cazenga, Palenca, Kifica e o Vidrul. (LOPES, 2014, p. 8)

Figura 23. Mapeamento dos mercados informais mais populosos em Luanda.



Fonte: Elaborado pela autora a partir de Googlemaps.

É possível notar uma certa rivalidade entre as quitadeiras nos dias de hoje; as quitadeiras incentivam as entidades fiscalizadoras a expulsarem as zungueiras dos mercados. O conflito entre as zungueiras e as quitadeiras nos mercados está pautado sobretudo porque as vendedoras nos mercados pagam impostos municipais para que sejam permitido o comércio, ao contrário de muitas zungueiras, que não estão registradas como vendedoras ambulantes na cidade e, portanto, não pagam taxas ou impostos relacionados à sua atividade de venda. A diferença entre os preços também influencia na rivalidade; enquanto as vendedoras nos mercados oferecem os produtos

a um determinado preço, as zungueiras vendem os mesmos produtos nas ruas a preços reduzidos em comparação aos praticados nos mercados.

Figura 244. Zungueira carregando produtos.



Fonte: André Heitor Matias, 2021.

Com respeito às práticas de venda e técnicas de convencimento, é possível identificar dinâmicas utilizadas pelas *zungueiras* para atrair o seu público-alvo. Algumas tendem a alterar o preço dos produtos consoante a raça, nacionalidade ou até mesmo a classe social da clientela.

O sucesso de suas vendas depende muito da interação com os clientes. O uso de rimas, músicas nos anúncios dos produtos, torna-se uma das principais técnicas de atração realizadas pelas *zungueiras*, prática anteriormente exercida pelas quitandeiras. Como afirma Santos (2010, p. 95): “o grito da mulher zungueira constituiu um dos principais elos com o tradicional pregão das antigas quitandeiras”.

Monteiro (2012) relata, em seus estudos, uma espécie de solidariedade entre as *zungueiras*; quando, ao final do dia, uma das vendedoras não consegue alcançar o rendimento diário; estas se unem contribuindo com valores para ajudar a companheira:

Quando não tenho dinheiro, não vendi nada, somos um grupo de amigas zungueiras das cuecas, as outras, nós somos bwe (muitas) do grupo, quando a outra não vende recolhem 50 kwanzas de cada até dar 500 ou 700 kwanzas e dá naquela outra que não vendeu (TERESA, 36 anos, 2011 apud MONTEIRO, 2012, p.121).

O *kilapi* é uma prática comum exercida pelas *zungueiras*, que funciona como crédito. A palavra se origina etimologicamente da língua nacional *kinbundu*, que significa lápis grande, referente ao registro das dívidas. As *zungueiras* concedem empréstimos, às vezes cobrando taxas de juros de 50% do valor concedido aos clientes mais confiáveis, permitindo o pagamento em até 3 meses, por conhecerem o local onde residem, ou seus filhos ou mesmo eventualmente o local de trabalho. As *zungueiras* desenvolvem relacionamentos de amizade e confiança com os clientes a quem concedem o *kilapi*. Segundo aponta Ferreira (2009):

Às 11 horas, uma jovem de 28 anos, descia a zona da Mutamba. Levava às costas uma criança, com 2 anos. Na mão direita umas blusas e na esquerda um saco transparente com sapatos para mulher. Ela não publicitava o negócio. Quando chegou junto de uma pastelaria, pediu a uma das empregadas que chamasse a colega. “Mana chama só a Gia”, pediu. Minutos depois a Gia surgiu e comprou um par de sapatos que já tinha encomendado à zungueira. Posteriormente escolheu uma blusas [sic] mas “não pagou já”. Pôs no *kilapi*. A zungueira Titã, que vive no Golf II e vem todos os dias para a Baixa, disse que Gia “é cliente de confiança e nunca deixou ficar mal.” Tita contou que na Baixa de Luanda tem muitos clientes que nunca a deixaram ficar mal. “Eu deixo a

mercadoria e venho buscar o dinheiro no fim do mês”, disse. Acrescentou que não perde com esse modo de fazer negócio. “Deixo a mercadoria no princípio ou no meio do mês e venho buscar o dinheiro quando sei que o salário já caiu. Para aquelas que recebem no princípio do mês o preço é outro, para as que recebem no meio do mês, o preço, também, é outro. É mais caro. É assim que consigo ter lucros”, referiu. — Como sabe que os salários já foram pagos? “Há meninas e senhoras sérias que me telefonam para eu ir buscar o meu dinheiro”, respondeu. “As clientes de Titã sabem bem as minhas dificuldades. Sabem que nós não estudamos muito, por várias razões. Sabem que temos filhos para criar e que estamos a construir as nossas cubatas, por isso é que não nos deixam mal”, salientou. (FERREIRA, 2009, apud SANTOS, O., 2010, p. 109)

Por se tratar de revendedoras autônomas, elas criam seus próprios créditos, horários de trabalho e rotas. O ambiente de trabalho das *zungueiras* e o próprio segmento acaba influenciando em uma esfera de negociações entre estas e suas clientes — que, em geral, são também mulheres. Revela certas concorrências diárias entre as *zungueiras* e formas de se unirem frente aos obstáculos por elas enfrentados (QUEIROZ, 2016, p. 83). Posto isto, a atividade exercida pelas *zungueiras* lhes confere uma visão mais abrangente, além do estritamente econômico, que inclui a empatia de classe — ou o que seria o embrião de uma consciência de classe —, e laços de solidariedade dentro das suas redes de sobrevivência. Atesta O. Santos (2010):

Naquela época do tempo colonial, nós éramos crianças ainda. Você tem que ir à fazenda dum branco e, aí aonde você vai, tens que trabalhar também. O senhor te dava “fulana de tal tem de trabalhar e vais ganhar X”. Colhíamos algodão. Mas não é tanto como agora, porque nós agora estamos livres. Você é que sabe se trabalha, você é que sabe se larga a que horas. (Entrevista com Tia Antonia, apud SANTOS, O., 2010, p. 109)

Há também, entre as *zungueiras*, um sistema de poupança rotativa ou de financiamento sem juros. *Kixikila*, palavra de origem *quimbundo* — composta por duas palavras onde *kixi* significa “deixar” e *kila* significa “com alguém” —, é um trato feito entre *zungueiras* para compensar a escassez de capital. Nesse sistema, todas contribuem com o valor mensal definido pelo grupo, à exceção daquela que receberá o valor total arrecadado, que é entregue a esta determinada *zungueira*, conforme acordado. Esta estratégia é realizada de forma rotativa, mensalmente.

Dentre os grupos que realizam este procedimento, é escolhida uma líder geralmente conhecida por “mãe da *kixikila*”, que realiza o gerenciamento

financeiro. Estes laços de solidariedade entre as *zungueiras* são mais evidentes entre vendedoras ambulantes mulheres. Conforme O. Santos (2010):

A mãe da kixikila é escolhida vendo as maneiras de cada uma. A mãe também nunca pode ser muito exaltada, também nunca pode ser muita atrasada. Tem que ser no meio, uma das boas pessoas. Através de conversas nós escolhemos daí, vamos ver, gostei das maneiras da fulana: “A fulana tem que ser a mãe” (Entrevista com Joana, apud QUEIROZ, L., 2016, p. 83).

Esta prática é resultado de laços de confiança e solidariedade entre as *zungueiras* e serve para fomentar os negócios da *zunga*, pagar despesas diárias do lar e sustentar os filhos . Se apresenta manifesta como uma precursora de redes de financiamento de certa forma disseminadas em Angola (SANTOS, 2011, p. 23). Segundo O. Santos (2010):

Temos de fazer kixikila. Se o marido ganha pouco, esperar trinta dias, tem que fazer kixikila, as vezes de um mês, duas semanas. Assim dá para reforçar um pouco o dinheiro da zunga, porque também sem kixikila, o dinheiro não chega para nada. A kixikila ajuda, as vezes só tens vinte mil, para ficar com mais dinheiro, você faz kixikila. Juntamos quatro ou cinco, assim numa semana cada pessoa entrega mil kwanzas, em uma semana cada uma de nós recebe cinco mil e assim a diante. (Entrevista com Zungueira, apud SANTOS, O., 2010, p. 128).

A divisão social e sexual do trabalho é um fator evidente no contexto histórico e cultural angolano, onde a mulher se encontra em uma posição de subalternidade exercendo funções consideradas da essência feminina, como: ser mãe, cuidar da família e ser dona de casa. Entretanto, o cotidiano das *zungueiras* demonstra o oposto.

Em seus estudos, O. Santos (2010) afirma que as *zungueiras* têm baixo nível de escolaridade, oriundas de outras províncias diferentes de Luanda, devido à guerra civil e muitas sustentam suas famílias sozinhas, apesar de estarem casadas; vivem em lares chefiados pelos esposos, mas sustentadas por elas (SANTOS, O., 2010). A conscientização do cotidiano das *zungueiras* é um passo importante no reconhecimento da contribuição da mulher para o sustento da família e, no limite, de uma forma de exploração intrafamiliar.

A ausência de alguns esposos e a falta de contribuição de outros torna o cotidiano das *zungueiras* ainda mais sofrido. As entrevistas realizadas por Santos relatam a dificuldade de muitas *zungueiras* em manter seus relacionamentos conjugais por

passarem muito tempo trabalhando fora de casa. Relatam infidelidade de seus companheiros e o consumo de bebidas alcoólicas. Esses depoimentos afirmam, por exemplo, que:

Não somos solteiras, os homens nos fugiram. Foram embora, por causa de chegar à noite. E ela agora se esperar na conta do homem e ficar em casa, o homem não vai lhe dar nada. Agora ela assim como está, ganha lá um trezentos, uns quinhentos já num tá bom? Agora o homem num quero essa vida. São maus, são burros. (Entrevista com zungueiras, apud SANTOS, O., 2010, p.131).

Dona Josefa, natural da província de Malanje, imigrou para a província de Luanda no início da guerra civil onde atualmente vive e exerce a zunga; afirma que sustenta sua família sozinha e não conta com ajuda de seu esposo. Na entrevista feita por O. Santos, uma *zungueira* afirma que:

[..] eu mesma é que sustento a minha casa. Eu é que se aguento com os filhos, tenho cinco filhos, todos dependem de mim. Conforme nos confidenciou: “marido de agora. No meu caso, falo verdade não tem pessoa que me ajuda, tudo mesmo só eu. Tudo depende mesmo aqui da Asa Branca”¹⁶ (Entrevista com a dona Josefa, zungueira, apud SANTOS, O., 2011, p. 20).

O motivo de muitas mulheres serem a única fonte de renda das suas famílias, tem servido de pretexto para muitos dos seus companheiros se isentarem das suas responsabilidades familiares, como a colaboração financeira com gastos diários e a educação dos filhos, deixando todas essas funções para as mulheres. Muitas relatam preferir estar “sozinhas a mal acompanhadas”, levando-as à separação dos companheiros:

O marido não me fugiu, eu mesmo é que lhe corri. Na primeira filha já me fez assim, vou continuar com ele? Dinheiro não estou a ver, mas ele não está me ajudar. É feito de quê? De dormir quatro pernas na cama. Ele não está me ajudar, não sabe se a mãe precisa de vestir. O dinheiro da comida reclama então, tal feito de ficar com o marido é de quê? Só andar se ver na cara toda hora? Vale a pena lhe expulsar e ficar sozinha, eu já decidi assim. (Entrevista com zungueira, apud SANTOS, O., 2011, p.22)

¹⁶ O mercado da Asa Branca surge por altura da exibição em Luanda da telenovela Brasileira Roque Santeiro e, daí advém o nome. O ‘Asão’ como é carinhosamente tratado pelos luandenses, é um mercado localizado no município do Cazenga. Ficou bastante conhecido pela sua especialidade na venda de fardos de roupas usadas. (SANTOS, O., 2010)

Em muitos núcleos familiares destas mulheres, em que elas são as provedoras do lar, acabam perdendo o status familiar em que o homem é o principal provedor. Esta mudança de papéis dentro do núcleo familiar angolano, consequência desse processo, reverberou diretamente na estrutura social das famílias angolanas:

Antigamente, o homem trabalhava, a mulher mesmo que não tem esperava lá em casa o marido trazer qualquer coisa, o homem só diz: “toma”. Mas agora já não está a existir isso, é mulher no mercado, marido também no mercado. O homem a vender ali, a mulher a vender aqui. É isso que nós estamos a ver. Às vezes, você a vir aqui a sofrer, o marido a vir beber o kaporroto¹⁷ dele. Antes não, antes estivemos a esperar o papá vir nos trazer as coisas em casa. Não é tanto assim como passar o dia aqui no sol. Estamos a passar o dia na poeira, sofrimento, sol (Entrevista com a dona Josefa, zungueira, apud SANTOS, O., 2011, p.14).

Observa-se que a atuação diária das zungueiras resulta na produção social do tecido urbano, de forma que elas, no seu modo de utilizar o espaço, se apropriam dele criando vínculos de identidade e estilo de vida.

Nós mesmo é que somos pai, é que somos mãe, é que sustentamos as crianças. A criança basta ficar doente, vamos correr nos hospitais. Porquê? Porque os pais não têm, você pode ir no pai, o pai fala não tenho dinheiro. Você, mãe, bate a cabeça aí, bate a cabeça ali, a criança tá bom. Você é pai, você é mãe em casa, vai fazer o quê? Marido? Vai lhe encontrar aonde? (Entrevista com zungueira, apud SANTOS, O., 2011, p.21).

De acordo com as entrevistas aqui apresentadas, observa-se que as mulheres são em grande parte as provedoras do lar; contudo, existe uma tendência de a chefia ser dos esposos, mesmo sendo o lar sustentado pelas mulheres. Muitos se aproveitam do sustento de suas esposas para satisfazerem seus desejos e se ausentarem das responsabilidades:

Marido não tem emprego, você é que tem de correr para aqui, para consumir em casa. Às vezes você não consegue porque numa casa é bom o homem e a mulher trabalhar. Agora assim o homem faz assim num dá. Fica assim, embora em casa. (Entrevista com zungueira, apud SANTOS, O., 2011, p. 21)

A estrutura familiar angolana atribui o poder de tomada de decisão aos homens por chefiarem o lar e serem seus provedores. Entretanto, Orlando Santos (2011)

¹⁷ *Kaporroto* é uma bebida alcoólica caseira produzida em Angola.

menciona estudos feitos por Chant (1988) e De la Rocha (1997) abordam que a relação entre provedor financeiro de um lar e o poder atribuído a ele se diferem em casos como o das zungueiras. Pois, por mais que elas sejam as provedoras econômicas do lar, na presença de um homem este acaba sendo por ele chefiado. Os autores alegam que por questões sociais e culturais raramente a mulher é identificada como chefe da família. Esta responsabilidade é geralmente atribuída ao sexo masculino. Chant em seus estudos sobre o bem-estar social e econômico das famílias, acredita que, apesar das vicissitudes e desafios enfrentados pelas mulheres e a concepção de que ausência do homem deixa o lar em uma situação de vulnerabilidade econômica, o encargo de chefe de família muitas das vezes pode produzir mais segurança e estabilidade ao lar (CHANT, 1988 apud SANTOS, O., p. 54).

Segundo Lima (2003, p. 291), o exercício do comércio informal revela “formas predominantes no universo de trabalho dessa mulher e é por ela interpretado como estratégia de sobrevivência, uma maneira de fornecer suporte ou complemento à renda familiar. Neste sentido, o exercício da zunga proporciona às mulheres zungueiras uma independência financeira e contribuiu com as finanças nos lares. Assinala o autor:

[...] formas predominantes no universo de trabalho dessa mulher e são por ela interpretadas como estratégias de sobrevivência, uma maneira de ‘quebrar o galho’ e oferecer suporte ao marido, se o salário dele atrasar ou, mesmo, como complemento à renda familiar. (LIMA, 2003, p. 291)

Por outro lado, muitas zungueiras se encontram em relacionamentos abusivos e opressores onde, apesar de casadas, sustentam a família e os esposos sozinhas. Outras zungueiras encontram na zunga um meio de dar suporte ao marido, como afirma Lima (2003):

Este é o caso da zungueira Teresa, entrevistada por Santos, que relata sua história de vida e processo de construção da casa própria com ajuda do seu marido:

Tenho a minha casa própria que construí com ajuda do marido, só falta por lá mobília. Desde que nós acabamos a nossa casa, já é a segunda casa, tínhamos a primeira casa no bairro do Malanjinho [...] A primeira casa ta no aluguer pagam 100 dólares por mês, Tem dois quartos, casa de banho, uma sala, corredor e um quintal. A que eu estou a viver é de quatro quartos, uma

sala e dois corredores, uma cozinha e uma despensa. E tem uma cantina de processo. (Entrevista com a Teresa, apud MONTEIRO, 2012, p. 138)

Apesar da zunga ser enaltecida pela população e as zungueiras serem consideradas símbolo de empoderamento para as mulheres angolanas, a prática tem sido alvo de inúmeras notícias publicadas pelos órgãos de comunicação do país, ora sendo abordadas como mulheres fortes, ora repreendendo e marginalizando a venda ambulante na cidade. As zungueiras têm sido marginalizadas e sofrido diariamente atos de violência e brutalidade por com agentes fiscais do Governo da Província de Luanda e agentes da Polícia Nacional. Conforme evidencia Monteiro (2012):

Um bebê de poucos meses morreu na quinta-feira, 24, no bairro de São Paulo, município do Sambizanga, após ter sido atingido com um porrete, arremessado por um inspetor, de três estrelas, da Polícia Nacional, conhecido por mau. Segundo testemunhas a criança que estava às costas da progenitora, teve morte imediata, ao ser acertada pelo bastão quando mau tentava bater na mãe, cujo nome não foi possível apurar. Após a tragédia, as zungueiras foram apossadas de um sentimento de revolta e proferiram palavras hostis e de repúdio contra os agentes da corporação. O cenário de todos os dias na zona de São Paulo é de efetivos da polícia e da fiscalização a perseguirem os vendedores ambulantes, apreendendo-os e os respectivos artigos (Reportagem do Semanário Angolense, apud MONTEIRO, 2012, p. 97)

O jornal O País realizou uma reportagem intitulada “Quando se perde a vida fugindo dos fiscais”, a fim de alertar a população sobre as consequências da violência policial contra as zungueiras em Luanda. Segue um trecho da referida matéria:

Muitos vendedores ambulantes ficam deficientes, são gravemente feridos e outros até mesmo perdem a vida na sequência de fuga aos fiscais e/ou policiais. A Associação dos Vendedores Ambulantes de Luanda tem casos com um déficit na estática, mas afirma que os culpados não são responsabilizados criminalmente. (GOMES, 2018, p. 1)

Na mesma reportagem, o jornal faz menção da morte de uma zungueira em 2016, que morreu atropelada em Viana enquanto fugia dos agentes fiscais:

Em finais de Dezembro de 2016 morreu uma zungueira, em Viana, nas imediações da Fibrex, na sequência de uma perseguição de agentes da Polícia Nacional. Vestida de saia feita com pano de samakaka, a vendedora de bolachas perto da estrada, em busca do sustento para os seus filhos, não foi bem-sucedida naquela zunga e perdeu a vida a 28 de Dezembro de 2016, num atropelamento, quando fugia da agressão dos policiais. Sangue no asfalto e pessoas ao seu redor, a zungueira perdeu a vida no local, por traumatismo craniano. Apesar da Polícia Nacional ter desmentido que ela tenha perdido a

vida na sequência da perseguição destes, as pessoas que presenciaram o acto disseram o contrário, bem como as vozes que se levantaram nas redes sociais. (O País, 2018, p. 1)¹⁸

¹⁸ *Samakaka* é um tecido angolano tradicional de cor vermelha branca e amarela, ou apenas preto e branco, contendo figuras geométricas. (autora, 2021)

Figura 255. Zungueira morta após atropelamento em Viana.



Fonte: O País, 2018. Disponível em: <<https://opais.co.ao/quando-se-perde-a-vida-fugindo-dos-fiscais/>>.

Acesso em: 12 maio 2021.

O Jornal Folha 8, em sua edição de 14 de Março de 2005, fez uma matéria intitulada “Bebés sacrificados na zunga”, abordando a realidade de muitas zungueiras que trabalham com os seus filhos menores de idade nas costas:

O número de jovens mães que buscam o ganha-pão com bebês às costas pelas ruas das cidades do país espelha quão numerosos são os recém-nascidos forçados ao martírio de terem de comer o pão que o diabo amassou desde os primeiros dias da sua existência no mundo. A miséria faz lei dentre as nossas mulheres, chegando muitas delas ao cúmulo. (Folha 8, 2005, apud SANTOS, O., 2010, p. 93)

Figura 266. Zungueiras carregando os filhos às costas e produtos na cabeça.



Fonte: Lusa, 2019.

Um dos casos que mais revolucionou o país e teve atenção não apenas da mídia, como também da sociedade civil, foi a morte da zungueira Juliana Cafrique, de 28 anos de idade, em 2019, que foi assassinada pelo agente da Polícia Nacional. A morte de Juliana gerou revoltas e manifestações violentas na cidade de Luanda. Entretanto, em sua nota de esclarecimento a PN afirma que a reação do policial foi uma tentativa de manter a ordem pública:

Sobre o caso da morte de uma cidadã, vendedora ambulante “zungueira”, supostamente morta por um agente da ordem, no bairro Rocha Pinto, arredores do Estádio “22 de Junho”, tendo provocado o congestionamento do trânsito automóvel algures na Avenida 21 de Janeiro, a Polícia Nacional informa que, o caso ocorreu como resultado de uma acção policial, em que as forças policiais realizavam actividades de manutenção da ordem pública. O referido facto originou uma situação de confronto entre as forças da ordem e a população residente naquele território, o que obrigou medidas policiais proporcionais, capazes de repor a ordem pública, tendo permitido o controlo da situação a favor das forças policiais, bem como a fluidez do trânsito na avenida ora referida. (KAPAPELO, 2019, não paginado)

O agente foi detido, julgado pelo Tribunal Provincial de Luanda e atualmente cumpre a pena de 16 anos de prisão por crime de homicídio voluntário. Infelizmente isto não é a regra comum. Nesse caso, as manifestações e a revolta popular se intensificaram pois os manifestantes invadiram o edifício da Administração do Prenda, e os guardas do edifício tiveram que abandonar o lugar para não sofrerem agressões (VER ANGOLA, 2019).

O estado angolano procura a erradicação da venda ambulante desde o período colonial, e continua com esse plano até os dias de hoje. O presidente João Lourenço, e o seu atual governo, pretendem dar fim à venda ambulante em Angola, com o lançamento da “Operação Resgate”.

O presidente da Associação Nacional de Vendedores Ambulantes, José Kassoma, ao ser entrevistado pela DW, responsabiliza o estado angolano pelas mortes das zungueiras; afirmou que:

Em todas as operações que visam a organização da mulher zungueira e a venda ambulante, tem havido excessos. Por isso é que há mortes e cada vez mais vendedoras com ferimentos. Há vendedores que têm sido empurradas de pontes aéreas para peões e acabam com deficiências físicas [...] Basta de mortes da mulher zungueira, como têm acontecido no nosso país. (José Kassoma, apud LUAMBA, 2019, não paginado)

As zungueiras relatam estarem cansadas com as agressões físicas, e acusam os policiais de maus tratos, corrupção e de destruição dos produtos por elas comercializados. “O polícia quando vem, não tem aquele amor, destruí o nosso negócio” [...] afirmam também que polícia deve “conversar com as pessoas” e não “bater nas senhoras” (Entrevista com zungueira, apud LUAMBA, 2019).

A Human Rights Watch documentou um relatório que expressa diversos exemplos de brutalidades e violências sofridas pelas zungueiras por parte dos agentes e condenou a postura dos agentes da Polícia Nacional. No relatório consta que: “esta intimidação e assédio refletem o ambiente cada vez mais repressivo de Angola para os jornalistas e defensores dos direitos humanos” (RIMLI, 2013). Cita-se, a partir deste relatório:

Onde eu vendo, há muitas zungueiras com bebês às costas. Os policiais e os fiscais vêm de moto. Dão-nos pontapés e atiram as nossas coisas para o chão.

Alguns levam as nossas coisas. Só não levam se pagarmos. Dizem: “Tira essas porcarias daqui. Aqui não é sítio para vender.” Nós perguntamos: “E para onde é que vamos? Não há mercados para nós. O que é que estão a fazer com as nossas coisas?” Outras ficam caladas. Têm medo. (entrevista com zungueira, apud RIMLI, 2013, p. 1)

Os agentes policiais confiscaram os bens das zungueiras, extorquem-nas exigindo subornos, intimidam, fazem ameaças de detenção e com frequência espancam e as agredem, incluindo mulheres grávidas ou mulheres com bebês às costas. Vejamos o relato de uma zungueira entrevistada afirmando que foi espancada por não ter dinheiro suficiente para pagar o suborno:

Os fiscais chegaram de manhã a cavalo, acompanhados pela polícia de moto. Pedem quase sempre dinheiro, geralmente 40 \$. Mas naquele dia só tinha 2,50 \$. Um fiscal disse-me “Tu és reincidente.” e bateu-me com um porrete. O braço doeu-me durante duas semanas (entrevista com zungueira, apud RIMLI, 2013, p. 23.).

A violência policial é incentivada pela impunidade dos agentes que cometem tais crimes ou por serem tratados internamente sem serem expostos à comunidade, o que por sua vez desmotiva os cidadãos a prestarem queixas contra os agentes.

À tarde, chegaram oito fiscais fardados que nos bateram com porretes, mangueiras e chicotes. Um deles levou as minhas coisas. Caí de barriga no chão. Arrastaram-me pelos pés até [chegarmos] à esquadra. Sangrei muito. Depois, levaram-me ao hospital e abandonaram-me lá. Como não tinha dinheiro, não fui assistida. Demorei quatro horas a voltar para casa. Voltei a pé com a minha colega (entrevista com zungueira, apud RIMLI, 2013, p. 23).

A investigadora Rimli afirmou que este cenário repressivo se intensificou após a destruição de um dos maiores mercados de Luanda, o Roque Santeiro¹⁹, diminuindo as alternativas de venda das zungueiras e resultando na maior frequência delas pelas ruas de Luanda. (entrevista de zungueira Rita, apud RIMLI, 2013)

A minha cunhada e eu vendemos sempre juntas em Viana. Naquele dia, os fiscais chegaram e disseram “Vamos embora!” Um deles estava bêbado. Não

¹⁹ O mercado do Roque, conhecido como o maior mercado informal a céu aberto do continente africano, surge no período da guerra civil e ganhou espaço por vender produtos escassos com nome de Mercado Popular da Boavista mas, ficou popularmente conhecido por Roque Santeiro devido a telenovela brasileira “Roque Santeiro” exibida na época na televisão angolana. O mercado tinha uma dimensão enorme, que caberiam 500 campos de futebol dentro.

estava fardado, mas sabemos quem ele é. O fiscal empurrou a minha cunhada para o chão e começou a bater-lhe e a dar-lhe pontapés. Ela caiu no chão, desmaiada. O povo estava furioso e atirou pedras ao fiscal. Depois, a administração [municipal de Viana] mandou um carro para levá-la para o hospital. No hospital, foi vista pelos médicos. Disseram-nos para nos irmos queixar às autoridades. Mas quando lá voltámos, havia muita polícia e não deixavam ninguém aproximar-se. Estavam com medo. Um polícia correu conosco. Disse “Se continuarem aqui, vão presas.” Não conseguimos explicar-lhe. Esperemos muitas horas e depois fomos para casa (entrevista com zungueira, apud RIMLI, 2013, s. d., p. 23).

Não houve posicionamento das autoridades locais, tampouco da PN e o fiscal que cometeu esse crime continua impune, porque de acordo com as testemunhas que presenciaram o ocorrido e frequentam o local diariamente, foi afirmado que dias depois do incidente o fiscal havia regressado ao trabalho.

Concernente ao vendedor ambulante, consta na Lei n.º 15/19, de 21 de Maio - Lei Sobre a Organização e Funcionamento das Actividades de Comércio Ambulante, Feirante e de Bancada de Mercado, que no artigo 13º, como sua característica: “ todo aquele que realiza vendas ao público consumidor, mas não dispõe de um local fixo”. (JORNAL DE ANGOLA, 2019).

Na mesma lei, são regulamentados como direitos do vendedor ambulante: “1 – Ser tratado com dignidade; 2 – Dispor de cartão de identificação; 3 – Utilizar o espaço que lhe esteja destinado.” (JORNAL DE ANGOLA, 2019, p. 1). Como requisitos e postura do vendedor ambulante, o estatuto legal aponta que o mesmo deve:

- 1 – Manter-se apresentável;
- 2 – Comportar-se com civismo nas suas relações com os outros vendedores e demais entidades;
- 3 - Apresentar os produtos alimentares em perfeitas condições de higiene;
- 4 - Acatar as ordens emanadas pelas autoridades competentes;
- 5 – Abster-se de promover venda exclusiva de bebidas alcoólicas;
- 6 – Abster-se de adoptar comportamentos lesivos aos direitos e interesses dos consumidores. (JORNAL DE ANGOLA, 2019, p. 1)

O exercício da *zunga*, portanto é uma atividade legalizada pelo estado angolano. A Lei n.º1/07 das Atividades Comerciais, que regulamenta as práticas comerciais e normatiza o exercício do comércio ambulante incluindo a *zunga* (REPÚBLICA DE ANGOLA, 2007), define:

- Para salvaguarda do urbanismo comercial, deve ser observado o seguinte:
- a) Zonas urbanas — estabelecem-se em geral superfícies comerciais, nomeadamente hipermercados, centros comerciais, supermercados,

minimercados, assim como mercados municipais urbanos, estabelecimentos de prestação de serviços mercantis de dimensão relevante e atividade comercial grossista na modalidade do comércio por grosso em livre serviço (*cash and carry*);

b) Zonas suburbanas — além das superfícies comerciais estabelecem-se em geral nestas zonas, comércio retalhista, comércio precário, comércio geral, comércio ambulante, comércio feirante, mercados municipais urbanos, mercados abastecedores, entrepostos comerciais e outras actividades previstas por lei;

c) Zonas rurais — estabelecem-se em geral comércio retalhista, comércio precário, comércio geral, comércio ambulante, comércio feirante, mercados municipais rurais, pequena actividade agropecuária e transportadora e outras actividades previstas por lei. (REPÚBLICA DE ANGOLA, 2007, art. 27)

Pelas condicionantes inerentes a esta lei, depreende-se a estratificação socioespacial para a atividade do comércio ambulante, de modo que este não possa ser exercido livremente no espaço urbano. Esta determinação induz uma postura repressora por parte dos agentes fiscais, realçando um poder autoritário e um diálogo problemático entre órgãos públicos e os praticantes do comércio informal. Aponta para uma escassez de soluções democráticas, cujas ações não vão de encontro às necessidades da população e, em especial, no que se refere ao escopo deste trabalho, destas mulheres.

É notório que a relação que os agentes fiscais têm com as zungueiras, compreende abuso de poder, violência, intimidação e aplicação da lei pela força e outras incoerências que, no período da pandemia de Covid-19, se exacerbou e as mortes causadas por agentes fiscais multiplicaram-se (TELO, 2021 p. 11). O poder executivo, neste mesmo período, marginalizou ainda mais a prática da *zunga*, declarando-a como uma atividade de perigo para a comunidade, negligenciando o direito das zungueiras ao trabalho e conseqüentemente à sobrevivência (TELO, 2021, p. 9).

Figura 277. Zungueira carregando produtos na cabeça e vendendo os seus produtos no período da pandemia do COVID-19.



Fonte: André Heitor Matias, 2020.

Telo (2021, p. 6) menciona que, de acordo com a jurista Margareth Nangacovie, a postura do estado, ante o comércio informal, desde a década dos anos 80, sempre teve um cunho proibitivo e repressivo. Sobre a norma recentemente regulamentada, a jurista afirma que, com respeito à Lei nº 15/19, de 23 de maio, tem-se (NANGACOVIE, apud TELO, 2021, p. 6):

[...] há manifesta intenção de controlar o comércio ambulante, impor-lhe uma “certa disciplina e lógica de funcionamento”, começando pela indicação dos locais, sujeição de obtenção de autorização formal para o acesso e, conseqüente, utilização de tais espaços. Essa intenção política de colocar ordem, assenta no discurso oficial que observa o comércio ambulante como um fenómeno: desordeiro, produtor de lixo, obstrutor e perigoso à saúde humana, uma das actividades que contribui no “caos total” do comércio informal (NANGACOVIE apud TELO, 2021, p. 6)

Este argumento tem como fundamento as leis aplicadas que, por sua vez, estão carregadas de estigmas bem como indica a falta de responsabilização dos agentes fiscais ante as próprias atitudes violentas, abuso de poder sexual, verbal e os episódios de mortes das mulheres zungueiras (TELO, 2021 p. 9).

O exercício da *zunga* é, portanto, inerente à economia do país e precisa ser analisado como um fator social estrutural, pois o motivo por detrás da *zunga* é a pobreza e falta de oportunidades de emprego, posto que muitos dos vendedores ambulantes angolanos se encontram em condição de pobreza extrema. Neste sentido, as *zungueiras* são agentes que lutam perante a baixa taxa de empregabilidade do país. Estamos, portanto, diante de uma lei que define fronteiras entre os diferentes segmentos de comércio, exclui e limita a *zunga* às áreas de periferias ou rurais, uma postura cujas raízes se assentam no período colonial. Desta forma, perante leis e ações que se caracterizam por reprimir a venda ambulante, é necessário considerar políticas públicas includentes, que visem proteger, constituir ou melhorar as condições de trabalho destas mulheres, tendo como horizonte sua formalização.

Figura 288. Zungueiras fugindo a agente fiscal.



Fonte: Osvaldo Silva. In: Instagram Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CS9d9DmnCtt/>. Acesso em: 12 nov. 2021.

Figura 299. Zungueira tentando passar pela zona de venda proibida enquanto os policiais olham para ela na praça Avó Kumbi.



Fonte: Osvaldo Silva. In: Euronews, 2020. Disponível em: <https://pt.euronews.com/2020/04/14/angola-sem-obitos-e-com-mais-um-recuperado-da-covid-19>. Acesso em: 20 nov. 2021.

As atitudes do Estado angolano demonstram o quanto se herdou do sistema colonial português, o que em particular ao escopo de interesse deste trabalho se revela perante a postura ante a venda ambulante. O estado atual, de certo modo, tal qual o colono, lida com a venda ambulante de forma repressora ou tendo uma postura omissiva, por muitas vezes negligenciar que o exercício da *zunga* serve como principal fonte de renda e sustento de muitas famílias angolanas.

De acordo com Queiroz (2016, p. 108), a presença das mulheres *zungueiras* nas ruas tem sido denominada como “setor informal” da economia angolana, que sucedeu o comércio informal, realizado pelas quitandeiras no passado. Retoma-se aqui a discussão do espaço que as *zungueiras* ocupam na sociedade angolana, sua busca pela sobrevivência e seu papel como comerciantes na economia informal. Podemos entender espaço público em duas dimensões, conforme Leite (2021) Leite (2021, 1:18:57-1:19:45) quais sejam, a de inspiração democrática, lugar de expressão de opiniões e negociação de conflitos, ou seja, do espaço social e político de reivindicação de direitos de cidadania, e a do espaço propriamente dito, lugar de encontro, partilha de modos de vida na cidade e vivências — quais sejam ambos acessíveis a todos, contra seus mecanismos de estratificação socioespacial. Vimos que ambos estão comprometidos em desfavor do fenômeno das *zungueiras*, como parcela de classe subalterna e precária.

O Banco Mundial define a economia informal da seguinte forma:

A economia informal se refere às atividades e rendas que são parcialmente ou totalmente externas às regulações, taxas e registros governamentais. A principal razão da economia não declarada é financeira. Esse tipo de atividade permite que empregadores, empregados e autônomos aumentem suas receitas ou reduzam seus custos por meio da evasão de taxações e contribuições sociais. (BANCO MUNDIAL, 2020, apud K. SANTOS, 2020 p. 6)

Depreende-se um paradoxo de classificação, qual seja: se o comércio ambulante, é reconhecido, conforme vimos, pela lei (REPÚBLICA DE ANGOLA, 2007), ele passa a não ser propriamente informal. No entanto, esta mesma lei preserva espaços centrais para atividades que não comportam a presença dos ambulantes, o que problematiza está livre atividade comercial do ponto de vista socioespacial. Aproxima-se, portanto, das categorias problemáticas de inserção social e ausência de direitos de que trata

Ruy Braga (2015; 2017) ao discutir a precarização do trabalho em países periféricos dependentes e a espoliação de direitos de classes ou parcelas de classe subalternas, ao que denominá-las subproletariado e precariado.

Atualmente, estima-se que pelo menos 73% dos personagens do comércio dito informal em Luanda são mulheres (PNUD, 2020, p. 6 apud TELO, 2021, p. 6). Estas mulheres caracterizam um grupo que colabora para abastecer a cidade, das periferias aos centros, às portas de casas ou carros, com produtos a preços acessíveis (TELO, 2020, p. 11).

Dentro desta perspectiva, Domingos e Brito (2018) afirmam que, em Angola, existe uma relação complementar entre a formalidade e a informalidade, em que o setor formal estimula o informal de tal maneira que a relação formal do trabalho é um subterfúgio para a realização e perpetuação das atividades no setor informal (DOMINGOS; BRITO, 2018, p. 73). Da mesma forma, M. Santos (2018) afirma que ambos os circuitos, nesse caso o superior e o inferior, apesar de distintos, se complementam.

K. Santos (2020) recorre ao antropólogo Keith Hart para enquadrar as noções de informal e formal, a partir da economia urbana, pela afirmação de que:

A variável-chave [de diferenciação] é o grau de racionalização do trabalho, que significa dizer se o trabalho é, ou não, recrutado em uma base regular por recompensas estáveis. A maioria das empresas que operam em certo nível de burocratização é passível de ser enumerada por pesquisas e constituem o “setor moderno” da economia. O restante – por assim dizer aqueles que escapam da enumeração – é classificado de forma variada como “setor urbano de baixa produtividade”, “exército de reserva de subempregados e desempregados”, “setor urbano tradicional” etc. (HART, 1973, p. 68 apud K. SANTOS, 2020 p. 5).

Sob suas análises em países africanos, Hart aponta que o setor informal, ao contrário do setor moderno entendido como formal, seria configurado por atividades exercidas com menor regulamentação do sistema trabalhista, contendo uma geração de valor menor e menos estável (HART, 1973, p. 68 apud K. SANTOS, 2020 p. 5). De modo semelhante, Queiroz categoriza o setor informal em Angola como sendo o conjunto de “atividades que, escapando ao controle legal, não são contabilizadas nas contas nacionais e envolvem participação de agentes econômicos de vária índole no

domínio da ação produtiva, laboral e de serviços” (QUEIROZ, 2016 apud DOMINGOS; BRITO, 2018, p. 78).

Segundo Domingos e Brito (2018), Manuel Rocha afirma que em Angola existiriam apenas dois sistemas: o formal, que segue regulamentado, e o informal, dotado de uma grande capacidade de adaptação às dificuldades do cotidiano e uma flexibilidade extraordinária por parte de seus personagens (ROCHA, 2014, p. 115 apud DOMINGOS; BRITO, 2018, p. 83). Nesta perspectiva, é importante retomar os conceitos abordados por Milton Santos (2018) dos dois circuitos — superior e inferior — onde a informalidade e formalidade são compreendidas como compostas entre si e não definitivas e estanques, ou, nas palavras de K. Santos (2020, p. 7), correspondentes a uma taxonomia da organização da dinâmica da economia urbana dos países do Sul Global. Segundo o autor, este processo acaba resultando em atividades características exercidas no espaço urbano, em especial nos centros de consumo popular. São projetos de menor capitalização e organização com menos regulamentação e burocracias, que buscam suprir as necessidades de trabalho e consumo das classes com menor poder aquisitivo e acabam formando o circuito inferior (K. SANTOS, 2020).

Desse modo, é importante sublinhar que, conforme conceitua M. Santos (2018), apesar das similaridades, o circuito inferior não é exatamente sinônimo de informalidade, da mesma forma que o circuito superior não é sinônimo de formalidade, apesar das atividades laborais informais estejam presentes em sua maioria no circuito inferior. Segundo esta conceituação, o que define a análise da economia urbana partindo do conceito dos dois circuitos é o nível de organização contido em cada atividade econômica, quer seja no formal ou no informal.

Neste sentido, compreende-se que o problema do comércio ambulante é desassistido pelo estado angolano, sendo que este já o regulamentou, mas se isenta de instituir estatuto legal ou programas para melhoria das condições de trabalho desse extrato social pois segue considerando-o como atividade condicionada a determinada territorialização que impede seu livre exercício. A precarização da classe trabalhadora, como aborda Ruy Braga (2021), oscila entre um incremento da “exploração econômica

e a ameaça mais ou menos permanente de exclusão social e perda de direitos trabalhistas” (BRAGA, 2021, 05’:44”).

No caso das zungueiras, que se encontram numa condição paradoxal, pois regularizada mas em termos reais extremamente desprotegidas e fora do âmbito de garantia qualquer relativa a leis trabalhistas, é evidente que carecem de políticas de seguridade e assistência social e outros mecanismos que as apoiem de modo que, na sua luta diária pelo sustento de suas famílias, se considere sua inserção social. Com respeito ao enfrentamento do problema da precarização laboral são atingidas em cheio pela terceirização como tendência globalizada, onde supostamente cada indivíduo é responsável por si mesmo, sem atuação do Estado como regulador.

Enquanto consideradas como extrato do circuito inferior, no que concerne à circulação do dinheiro, a condição atual das zungueiras as dificulta de a elas serem cedidos empréstimos bancários (JORNAL DE ANGOLA, 2020), restando tão somente suas próprias redes de solidariedade. O dinheiro circula em espécie, não havendo ainda mecanismo de economia solidária articulado a este contingente. Como horizonte político, compete, por sua vez, às zungueiras, fortalecer sua articulação associativa organizada, para exercerem a luta por seus direitos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O comércio ambulante é uma atividade que está presente no dia a dia da população angolana desde os primórdios, tais como a *zunga*; estão enraizadas na sociedade e acabam por se confundir com as raízes culturais populares. No período colonial a prática foi recorrentemente marginalizada. De certa forma, após trinta anos de guerras por independência e autonomia — em que grupos políticos combateram entre si por ideias e pelo poder — o Estado angolano, ao se consumir, reconstituiu um modelo de desenvolvimento e governança que marginaliza a venda ambulante. Infelizmente, a imagem de cidade moderna que se busca por este arranjo de classes, com a participação ativa do Estado, prioriza a aparência de uma cidade global em moldes dos países centrais, onde não há espaço para a pobreza. Como resistência, essa atividade tem resistido contra a opressão, ao longo das décadas.

As *zungueiras* são parte de um conjunto de trabalhadores angolanos, cujo modo de operar é ao mesmo tempo ancestral — como manifestação cultural — e contemporâneo, no pior sentido, dada sua precariedade. Ainda que regulamentado pelo Estado, carece de direitos trabalhistas. As mulheres inseridas na *zunga*, apesar de terem constituído uma associação que advoga e as representa diante do Estado, não apresentam organização, força e meios para conquistas expressivas de direitos. As condições do trabalho destas mulheres são pautadas pela precariedade, superposta à restrição de sua atuação em zonas urbanas formais, o que resulta em um ataque aos direitos sociais de quem exerce a *zunga*.

A *zunga* nos centros urbanos de Luanda representa subsistência e resistência, mas também um campo de conflito diário, onde se dá o literal exercício da busca pelo ganha pão mediante a ameaça repressora dos agentes fiscais. A privação de acesso e permanência em espaços públicos e restrição da venda ambulante somente em zonas suburbanas e rurais, reforça a desigualdade socioespacial, pela exclusão das classes subalternas submetidas aos ditames do capital hegemônico associado ao Estado, em circular em zonas constituídas como privilegiadas — que ao fim e ao cabo, são a outra face visibilizada da desigualdade imposta.

Apesar da constante pressão no sentido de marginalizar a pobreza, seja pela desocupação dos *musseques* centrais, seja pela repressão ao comércio informal — mediante o próprio estatuto legal e programas do Estado, que expõe este contingente à ausência de proteção em condições precárias de vida trabalho —, o comércio ambulante dito informal transcende a cidade do cartão postal de uma Luanda moderna, que outrora resistiu à governança colonial, e tem resistido ao estado pós-colonial.

A presente pesquisa teve como foco o comércio informal em Luanda, tendo como estudo de caso as *zungueiras*. O cenário apresentando se repete de forma similar em diversas cidades do Sul Global. Apesar das semelhanças, constatou-se que, para compreender o comércio informal em Luanda, foi necessário entendê-lo no contexto social, econômico, político e histórico do país, tendo como quadro de referência a estrutura urbana da cidade. Essa abordagem permitiu uma leitura crítica espaço temporal da realidade angolana.

A situação das *zungueiras* é paradoxal pois, por um lado representa a imagem da mulher guerreira que vai à luta em busca de sustento para sua família; de outra sorte, expõe a *zunga* em suas condições precárias e de opressão, que contudo contribui para geração de renda de um expressivo contingente marginalizado por um Estado que não provê direitos fundamentais a classes ou frações de classe não privilegiadas.

Entende-se que o exercício da *zunga* não deva ser folclorizado, o que poderia obliterar as condições precárias de trabalho e a espoliação de direitos sociais e trabalhistas de quem se encontra nesta situação. Do ponto de vista urbanístico, salientamos que a *zunga* é uma forma de uso das ruas de Luanda e de outras cidades angolanas, desafiando-nos, urbanistas, a repensar a cidade incluindo estas personagens que sempre existiram e coexistiram nas cidades angolanas. Entende-se que a busca por uma cidade moderna não deva estar condicionada a processos de requalificação urbana e leis exclusivas para aproximação virtual a atributos do Norte. Programas modernizadores deste viés tendem a considerar o local como informal, depreciativo e inculto privilegiando imagens de desenvolvimento em setores estratégicos em detrimento da totalidade. Problemas angolanos requerem soluções

angolanas, entendendo o país em sua condição periférica e dependente, onde a arquitetura e o urbanismo podem constituir ferramentas de revolução epistemológica.

REFERÊNCIAS

AFRICA OIL WEEK. **Profiling sub-Saharan Africa's second-largest oil producer**. 12 set. 2019. Disponível em: <<https://africa-oilweek.com/Articles/country-profile-angola>>. Acesso em: 7 dez. 2020.

AMARAL, Ilídio do. **Luanda**: estudos de geografia urbana. Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar, 1968.

AMARAL, Ilídio do. Luana e os seus “muceques”: problemas de geografia urbana.. **Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia**, v. XVIII, n. 36, p. 293-325. ISSN: 0430-5027.

ANDRÉ, Áurea Bianca Vasconcelos; MARANGONI FILHO, Mario; POLITO, Jéssica Almeida. **Espaços para ser y habitar**: etnoterritorialidad y materiales de los “musseques” de Chicala, en Luanda. Catálogo Oficial de la BIAAA - Bienal Internacional de Arquitectura Académica Adventista. p. 80-91, 2019. Disponível em: <https://issuu.com/arquitecturaupeu/docs/biaaa_2019>. Acesso em: 29 set. 2021.

ANDRÉ, Aurea Bianca Vasconcelos; POLITO, Jessica de Almeida. Urbanização e preservação cultural: caso do Bairro das Chicalas em Luanda. **Revista de Arquitetura IMED**, v. 9, n. 1, out. 2020, p. 81-95. ISSN 2318-1109. Disponível em: <<https://seer.imed.edu.br/index.php/arqimed/article/view/3772>>. Acesso em: 06 ago. 2020. DOI: <<https://doi.org/10.18256/2318-1109.2020.v9i1.3772>>. ISSN: 2318-1109.

ASSEMBLEIA NACIONAL. EMBAIXADA DA REPÚBLICA DE ANGOLA EM PORTUGAL. **Lei Cambial de Angola**. Lei nº 5/97 de 27 de junho. Disponível em: <<http://www.embaixadadeangola.org/lei.htm>>. Acesso em: 3 maio 2020.

BEZEMER, Dirk; BOLT, Jutta; LENSINK, Robert. Slavery, statehood and economic development in sub-saharan Africa 2012. **African economic history working paper series**, n. 6, 2012. Disponível em: <<https://www.aehnetwork.org/wp-content/uploads/2016/01/AEHN-WP-6.pdf>>. Acesso em: 9 ago. 2020. ISBN: 978-91-980438-5-3.

BEZEMER, Dirk; BOLT, Jutta; LENSINK, Robert. Indigenous Slavery in Africa’s history: conditions and consequences. **Academia**, 2000. Disponível em: <https://www.academia.edu/13201133/Indigenous_Slavery_in_Africas_History_Conditions_and_Consequences>. Acesso em: 15 nov. 2020.

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL. 2020. Disponível em: <<https://purl.pt/3884>>. Acesso em: 28 fev. 2021.

BETTENCOURT, Andrea Carina de. **Qualificação e reabilitação de áreas urbanas críticas**: os musseques de Luanda. 2011. Dissertação (Mestrado) — Faculdade de Arquitectura, Universidade de Lisboa. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10400.5/3654>>. Acesso em: 17 maio 2020.

BRAGA, Ruy. **A pulsão plebeia: trabalho, precariedade e rebeliões sociais**. São Paulo: Alameda, 2015.

BRAGA, Ruy. **A rebeldia do precariado: trabalho e neoliberalismo no Sul Global**. São Paulo: Boitempo, 2017.

BRAGA, Ruy. **Qual o futuro do trabalho**. Opera Mundi, 20 Minutos, Entrevista a Breno Altman, 13 out. 2021. (1h34'10") Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qzHwoWihpcA&ab_channel=OperaMundi>. Acesso em 04 nov. 2021.

CAIN, Allan. Fantasías urbanas em África: lecciones del pasado y realidades emergentes, **Medio Ambiente y Urbanización**, v. 82, n. 1, jun. 2015, p. 41-50. Disponível em: <<https://www.ingentaconnect.com/contentone/iieal/meda/2015/00000082/00000001/art00003>>. Acesso em: 5 mar. 2020.

CAIN, Allan. **Mapeamento da pobreza urbana em Luanda ao longo de quatro décadas**. In: Seminário África Habitat, Faculdade de Arquitetura, Universidade de Lisboa, 7 maio 2019. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/333480590_Mapeamento_da_Pobreza_Urbana_em_Luanda_-_Africa_Habitat_-_Faculdade_de_Arquitetura_da_Universidade_de_Lisboa__7_de_maio_2019#fullTextFileContent>. Acesso em: 4 mar. 2020.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. 3 ed. São Paulo: Editora 34/EDUSP, 2011.

CARDOSO, Boaventura. **Dizanga dia muenhu**. São Paulo: Ática, 1982.

CARDOSO, Manoel da Costa Lobo. **Luanda antiga**. Luanda: Museu de Angola, 1951.

CAREGNATO, Lucas. **Em terras do Ngola e do Manikongo: descrição dos reinos do Kongo e Ndongo no século XV**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História - ANPUH. São Paulo, jul. 2011. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300849331_ARQUIVO_Texto-ANPUH-SP.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2020.

CASIMIRO, Isabel Maria. **Paz na terra, guerra em casa: feminismo e organizações de mulheres em Moçambique**. Maputo: Promédia, 2004. Disponível em: <<https://nigs.ufsc.br/files/2017/08/PAZ-NA-TERRA-GUERRA-EM-CASA-UFPE-final.pdf>>. Acesso em: 6 mar. 2020.

CASTRO, José Caléia; RESCHILIAN, Paulo Romano. O impacto da informalidade na (re)estruturação das metrópoles periféricas contemporâneas: o caso de Luanda, Angola. **Scripta Nova**, Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, Universitat de Barcelona, v. XXIV, n. 639, 1 jun. 2020. Disponível em:

<https://revistes.ub.edu/index.php/ScriptaNova/article/view/22658/31505> Acesso em: 5 ago. 2020.

CASTRO, José Caléia; RESCHILIAN, Paulo Romano; ZANETTI, Valéria. Os candongueiros e a “desordem” urbana de Luanda: uma análise sobre a representação social dos transportes informais. **Urbe – Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 10, n. 1, abr. 2018. DOI: Disponível em: <<https://periodicos.pucpr.br/Urbe/article/view/20773>>. Acesso em: 3 ago. 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/2175-3369.010.001.AO11>

CROESE, Sylvia. Urban governance and turning African Cities around: Luanda case study. **PASGR - Partnership for African Social & Governance Research**, Working Paper n. 018, ago. 2016, Nairobi, Kenya: Partnership for African Social & Governance Research, 2016. Disponível em: <https://assets.publishing.service.gov.uk/media/5971af3d40f0b60a400001d2/Urban-Governance-and-Turning-African-Cities-Around_Luanda-Case-Study_.pdf> Acesso em: 22 out. 2020. ISBN: 978-9966-087-14-0.

DAIO, Ilídio. Angola informal: um olhar sobre os musseques de Luanda. **ArchDaily Brasil**, 06 abr. 2020. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/936949/angola-informal-um-olharsobre-os-musseques-de-luanda>>. Acesso em: 22 jul. 2020. ISSN 0719-8906.

DOMINGOS, Anacleto Aníbal Xavier; BRITO, Alexandro Souza. Trabalho e informalidade na Angola contemporânea. **Revista Kwanissa – Revista de Estudos Africano e Afro-Brasileiros**, n. 2, p. 71-90, jul/dez, 2018, São Luís. Disponível em: <<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/kwanissa/article/download/9758/5696>>. Acesso em: 17 nov. 2021. ISSN: 2595-1033.

DW. DEVELOPMENT WORKSHOP; CEHS. CENTRO PARA O MEIO AMBIENTE E ASSENTAMENTOS HUMANOS. OWA. ONE WORLD ACTION. **Terra – Reforma sobre a terra urbana em Angola no período pós-guerra**: pesquisa, advocacia e políticas de desenvolvimento. Occasional Paper n. 6. Tradução Filomena Andrade. Luanda, Angola: DW, 2005. ISBN: 0-9688786-6-0.

ERNESTO, Alexandre. **A economia informal em Angola**: caracterização do trabalhador informal. OSISA – Open Society Initiative for Southern Africa. Angola: Open Society em Angola, 2018. Disponível em: <<http://osisa.org/wp-content/uploads/2019/03/Informal-Economy2.pdf>>. Acesso em: 19 dez. 2020.

EURONEWS. **Angola sem óbitos e com mais um recuperado da covid-19**. 14 abr. 2020. Disponível em: <<https://pt.euronews.com/2020/04/14/angola-sem-obitos-e-com-mais-um-recuperado-da-covid-19>>. Acesso em: 20 nov. 2021.

EXPANSÃO. EMPRESAS & MERCADOS. **Angola perdeu 467 mil postos de trabalho formais em 2020**. 29 jan. 2021. Disponível em:

https://www.expansao.co.ao/artigo/144334/angola-perdeu-467-mil-postos-de-trabalhoformais-em-2020-?seccao=exp_merc. Acesso em: 15 maio 2021.

FERNANDES, João Manuel da Cruz. **Angola no século XIX: cidades, território e arquitecturas**. Lisboa: FAUTL, 2008.

FERREIRA, K. Zungueiras de Luanda: na zunga está o ganho mesmo a dar kilapi. **Jornal de Angola**, 2009. Disponível em: <http://jornaldeangola.sapo.ao/cultura/zungueiras_de_luanda_na_zunga_esta_o_ganho_mesmo_a_dar_kilapi>. Acesso em: 18 abr. 2020.

FERREIRA, Namibiano. **Esta palavra Angola**. 3 maio 2010. Disponível em: <<https://poesiangolana.blogspot.com/2010/05/esta-palavra-angola.html>>. Acesso em: 20 nov. 2020.

FISTON, António João. **Acessibilidade e mobilidade na cidade de Luanda em situação de escassez de informação**: pistas para intervenções. 2015. Dissertação (Mestrado em Urbanismo e Ordenamento do Território) — Instituto Superior Técnico de Lisboa, 2015. Orientador: José Álvaro Pereira Antunes Ferreira. Disponível em: <[https://fenix.tecnico.ulisboa.pt/downloadFile/1126295043834887/DissertacaoFinal_FJ_28OUT15%20\(2\).pdf](https://fenix.tecnico.ulisboa.pt/downloadFile/1126295043834887/DissertacaoFinal_FJ_28OUT15%20(2).pdf)>. Acesso em: 4 mar. 2020.

FLORA, Yara Adjany Monereo. **Bairro das Ingombotas, em Luanda: herança urbanística e arquitetónica**. 2018. Dissertação (Mestrado) — Faculdade de Arquitectura, Universidade de Lisboa, 2018. Disponível em <<http://hdl.handle.net/10400.5/17968>>. Acesso em 3 abr. 2020.

FRANCISCO, Alberto André Carvalho. **A política externa de angola durante a guerra fria (1975-1992)**. 2013. Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Universidade de Brasília. 2013. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/14727/1/2013_AlbertoAndreCarvalhoFrancisco.pdf>. Acesso e: 28 abr. 2021.

GASTROW, Claudia. **Negotiated settlements**: housing and the aesthetics of citizenship in Luanda, Angola. 2014. Chicago, Illinois: University of Chicago, Division of the social Sciences, Department of anthropology, 2014. Disponível em: <https://books.google.com.br/books/about/Negotiated_Settlements_Housing_and_the_A.html?id=-RZvjwEACAAJ&redir_esc=y>. Acesso em: 07 jun. 2020. ISBN: 978-13-21035-98-8.

GAYETA, Agostinho. Expatriados em Angola: “salários milionários são mito”. **Voa Português**, 22 dez. 2014. Disponível em: <<https://www.voaportugues.com/a/expatriados-angola-salarios-milionarios-sao-mito/2569578.html>>. Acesso em: 06 maio 2020.

GEOTPU. GRUPO DE ESTUDOS DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E PLANEAMENTO URBANO. GEOTPU.LAB. **Plano Diretor Geral Metropolitano de**

Luanda, Angola: environmental, social, heritage e sustainability and community planning. Disponível em: <<https://www.geotpulab.com/angola>>. Acesso em: 02 mar. 2021.

GOMES, Ana. Quando se perde a vida fugindo dos fiscais. **O País**, 15 abr. 2018. Disponível em <<https://opais.co.ao/quando-se-perde-a-vida-fugindo-dos-fiscais/>>. Acesso em: 18 ago. 2020.

GUIMARÃES, Rogério da Silva. **As vulnerabilidades nos musseques luadenses na década de 1960.** In: Anais eletrônicos do XIV Encontro Regional da ANPUH-RIO, Memória e patrimônio, 19 a 23 jul. 2010. Disponível em: <http://encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1276562012_ARQUIVO_artigo_an_puh_rogerioguimaraes.pdf>. Acesso em: 06 maio 2020. ISBN: 978-85-60979-08-0.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes:** do direito à cidade à revolução urbana. Tradução: Jeferson Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HENRIQUES, Diogo Miguel Palminha. **Entre o formal e o informal:** Bairro do Chabá como regenerador de tecido urbano. 2017. Dissertação (Mestrado) — Faculdade de Arquitetura, Universidade de Lisboa, 2017. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10400.5/13889>>. Acesso em: 06 maio 2020.

IMF. INTERNATIONAL MONETARY FUND. WORLD ECONOMIC AND FINANCIAL SURVEYS. **World Economic Outlook Database.** Disponível em: <<https://www.imf.org/en/Publications/WEO/weo-database/2021/October/select-aggr-data>>. Acesso em: 20 jun. 2021.

INE. INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. **Censo 2014:** resultados definitivos do recenseamento geral da população e da habitação de Angola 2014. Luanda, Angola: INE, 2016. Disponível em: <http://www.embajadadeangola.com/pdf/Publicacao%20Resultados%20Definitivos%20Censo%20Geral%202014_Versao%2022032016_DEFINITIVA%2018H17.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2020.

JORNAL DE ANGOLA. **O estatuto legal do vendedor ambulante e os seus deveres.** Opinião, 29, jun. 2019. Disponível em: <<https://www.jornaldeangola.ao/ao/noticias/detalhes.php?id=431100>>. Acesso em: 26 maio 2021.

JORNAL DE ANGOLA. Um Resgate que é mais do que uma Operação. Opinião, 10 nov. 2018. Disponível em: <<https://www.jornaldeangola.ao/ao/noticias/um-resgate-que-e-mais-do-que-uma-operacao/>>. Acesso: em 27 maio 2020.

KAPAPELO, Diniz. Polícia esclarece morte de zungueira no Rocha Pinto. **Portal de Angola**, 13 mar. 2019. Disponível em: <<https://www.portaldeangola.com/2019/03/13/policia-esclarece-morte-de-zungueira-no-rocha-pinto/>>. Acesso em: 4 mar. 2020.

KASEMBE, Dya. **As mulheres honradas e insubmissas de Angola**. Luanda: Nzila, 2005.

LIMA, Antônia Jesuíta de. **As multifaces da pobreza**: formas de vida e representação simbólicas dos pobres urbanos. Terezina: Halley, 2003.

KONGOKING. Kongoking: an interdisciplinary approach to the origins of the Kongo kingdom. Internet **Archives Wayback Machine**, 31 dez. 2021. Disponível em: <<https://web.archive.org/web/20120227225800/http://www.kongoking.org/>>. Acesso em: : 31 dez. 2021.

LEITE, Marcia. **Movimentos sociais e espaço público**. In: IV Diálogos Franco-Lusófonos. Espaço Público: Costumes, Desvirtuamento e Reivindicação. Mesa Redonda 3. RISEK, Cibele (coord.) 8, 9 e 10 nov. 2021. (1h:52'39")APERAU – Internationale, Association pour la Promotion de l'Enseignement et de la Recherche en Aménagement et Urbanisme, ANPUR – Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=1WQcxhkMudl&t=4789s>>. Acesso em: 20 nov. 2021.

LOPES, Carlos Manuel Mira Godinho F. Luanda, cidade informal? Estudo de caso sobre o bairro Rocha Pinto. In: OPPENHEIMER, Jochen et. al. (orgs.). **Urbanização acelerada em Luanda e Maputo**: impacto da guerra e das transformações socioeconómicas (décadas de 80 e 90), Lisboa: ISEG, CESA, 2001, p. 101-112. Disponível em: <<https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/7023.pdf>>. Acesso em: 31 mar. 2020.

LOPES, Carlos M.; RODRIGUES, Cristina U.; SIMAS, Gabriela. **A caminho da cidade**: migração interna, urbanização e saúde em Angola. Report ACPOBS/2013/PUB05. ACP OIM - Organização Internacional para as Migrações, Observatório ACP das Migrações, 2013.

LOPES, Carlos. M. A economia informal em Angola: breve panorâmica. **RAS - Revista Angolana de Sociologia** [Online]. 14, 2014, p.61-75. Disponível em:<<https://journals.openedition.org/ras/1094>>. Acesso em: 31 mar. 2020. DOI: <https://doi.org/10.4000/ras.1094>.

LOPES, Carlos Manuel Mira Godinho F. Candongueiros, kinguilas, roboteiros e zungueiros: uma digressão pela economia informal de Luanda. **Lusotopie**, França, v. XIII, n. 1, 10 abr. 2016, p. 163-183. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/lusotopie/1505>>. Acesso em: 31 mar. 2020.

LUAMBA, M. Angola: vendedoras ambulantes denunciam maus tratos. **DW**, Luanda, p. 1, 8 mar. 2017. Disponível em: <<https://p.dw.com/p/2YoGL>>. Acesso em: 31 mar. 2020.

LUAMBA, M. Apesar da proibição as zungueiras voltam às ruas de Luanda. **DW**, Luanda, p. 1, 16 set. 2015. Disponível em: <<https://p.dw.com/p/1GXlk>>. Acesso em: 31 mar. 2020.

LUAMBA, Manuel. Zungueiras em Angola: "Estamos cansadas" da violência da polícia. **DW**, Luanda, p. 1, 21 mar. 2019. Disponível em: <<https://p.dw.com/p/3FRH0>>. Acesso em: 31 mar. 2020.

LUSA. Um quarto das 'zungueiras' angolanas asseguram renda ativa das suas famílias. **Diário de Notícias**, 15 abr. 2019. Disponível em: <<https://www.dn.pt/lusa/um-quarto-das-zungueiras-angolanas-asseguram-renda-ativa-das-suas-familias--10798196.html>>. Acesso em: 20 set. 2021.

LUSA. Taxa de desemprego em Angola aumenta para 34% no terceiro trimestre. **Jornal de Negócios**, 02 nov. 2020. Disponível em: <jornaldenegocios.pt/economia/mundo/africa/angola/detalhe/taxa-de-desemprego-em-angola-aumenta-para-34-no-terceiro-trimestre>. Acesso em: 07 dez. 2020.

LUSA. Jovens desempregados de Luanda agarram-se a biscates "para sobreviver". **Público**, 20 jun. 2021. Disponível em: <<https://www.publico.pt/2021/06/20/mundo/noticia/jovensdesempregados-luanda-agarramse-biscates-sobreviver-1967224>>. Acesso em: 4 ago. 2021.

LUSA. Aumenta a pobreza entre "zungueiras" de Luanda, diz associação. **Vanguarda**, 21 ago. 2019. Disponível em: <<https://vanguarda.co.ao/sociedade/aumenta-a-pobreza-entre-zungueiras-de-luanda-diz-associacao-EH678240>>. Acesso em 9 ago. 2021.

MACEDO, Tania. Luanda: literatura, história e identidade de Angola. *In*: PANTOJA, Selma (org.). **Identidades, memórias e histórias, em terras africanas**. Brasília: LGE, Luanda: Nzila, 2006, p. 39-56.

MANUEL, Adilson João Tomé. **Bairros Populares de São Paulo e Luanda: uma observação comparada**. 2016. Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação Strictu Sensu, Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, Universidade São Judas Tadeu. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/48830523-Bairros-populares-de-sao-paulo-e-luanda.html>>. Acesso em 18 abr. 2020.

MENDES, Luís. Gentrificação e a cidade revanchista: que lugar para os movimentos sociais urbanos de resistência?, **Forum Sociológico** [Online], série II, n. 18, 2008, p. 21-28. Disponível em: <<http://sociologico.revues.org/226>>. Acesso em: 28 jun. 2020. DOI: <<https://doi.org/10.4000/sociologico.226>>.

MENESES, Maria Paula. A questão negra entre continentes: possibilidades de tradução intercultural a partir de práticas de luta? **Sociologias**, Porto Alegre, ano 18, n. 43, p. 176-206, set./dez. 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/15174522-018004307>>. Acesso em: 14 abr. 2021.

MENEZES, Solival S. **Mamma Angola**: sociedade e economia de um país nascente. São Paulo: EDUSP, 2000.

MONTEIRO, Indira Lazarine Catoto. **Modo de vida e de trabalho das mulheres que zungam em Luanda**. 2012. Dissertação (Mestrado) — Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <<https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/17590/1/Indira%20Lazarine%20Catoto%20Monteiro.pdf>>. Acesso em: 22 mar. 2020.

NJ. Milhões apreendidos a kinguilas pela polícia em parte incerta. **Angola 24 Horas**, Internacional, 31 jul. 2016. Disponível em: <https://www.angola24horas.com/angola-24-horas-noticias/item/7327-milhoes-apreendidos-a-kinguilas-em-parte-incerta>>. Acesso em: 8 out 2020.

OGOT, Bethwell Allan (ed.) **História geral da África**: África do século XVI ao XVIII. Brasília: UNESCO, 2010. Disponível em: <http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/hga_V_africa_do_seculo_XVI_ao_XVIII.pdf>. Acesso em: 4 ago. 2020.

PANTOJA, Selma. A dimensão atlântica das quitadeiras. *In*: FURTADO, Júnia Ferreira (org.). **Diálogos oceânicos**: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do império ultramarino português. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

PANTOJA, Selma. Quitandas e arimos: um negócio feminino no abastecimento de gêneros alimentícios em Luanda nos séculos XVIII e XIX. *In*: PANTOJA, Selma (org.). **Entre Áfricas e Brasis**. Brasília: Editora Paralelo 15, 2000.

PEPETELA. **Luandando**. Porto, Portugal: Elf Aquitaine Angola, 1990.

PNUD. PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Relatório de desenvolvimento humano 2019**: além do rendimento, além das médias além do presente: desigualdades no desenvolvimento humano no século XXI. Nova Iorque: PNUD, 2019. Disponível em: <http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr_2019_pt.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2020.

POR DATA. BASE DE DADOS PORTUGAL CONTEMPORÂNEO. **Indicadores de envelhecimento**. 2020. Disponível em: <<https://www.pordata.pt/Portugal/Indicadores+de+envelhecimento-526>>. Acesso em: 19 jul. 2021.

PRATES, Tiago José Moço. **Cidade informal**: reflexões para um futuro sustentável nos musseques de Luanda. 2016. Dissertação (Mestrado) — Faculdade de Arquitectura, Universidade de Lisboa, 2016. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10400.5/13639>>. Acesso em: 18 jun. 2020.

QUEIROZ, Laís Helena Custódio Rodrigues de. **Entre legados coloniais e agências: as zungueiras na produção do espaço urbano de Luanda**. 2016. Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional, Universidade de Brasília, Brasília, 2016. Orientadora: Selma Alves Pantoja. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/23052/1/2016_La%c3%adsHelenaCust%c3%b3dioRodriguesdeQueiroz.pdf>. Acesso em: 4 mar. 2020.

REPÚBLICA DE ANGOLA. MINISTÉRIO DO COMÉRCIO. Lei das Actividades Comerciais, Lei n. 1/07 de 14 de maio, 2007. **Diário da República**: série I, Luanda, Angola, n. 58, p. 897-909, 14 maio 2007. Disponível em: <<https://www.platformchinapl.com/attachment/file/20210315/20210315171936722703.pdf>>. Acesso em: 14 mar. 2020.

REPÚBLICA DE ANGOLA. ASSEMBLEIA NACIONAL. **Lei da Divisão Político-Administrativa**. Lei n.º 18/16 de 17 de outubro de 2016. Disponível em: <<https://www.lexlink.eu/legislacao/geral/14793/ia-serie/por-tipo-dedocumentolegal/2016/173>>. Acesso em: 02 jun. 2020.

REPÚBLICA DE ANGOLA. MINISTÉRIO DO URBANISMO E HABITAÇÃO. COMITÉ NACIONAL DE HABITAT. Despacho presidencial no. 18/14 de 6 de Março. **Relatório Nacional de Angola para o Habitat III**: sobre a implementação da Agenda Habitat II. Luanda, abr. 2016. Disponível em: <https://www.angonet.org/dw/sites/default/files/online_lib_files/relatorio_nacional_de_angola_para_habitat_iii_final_-_marco_2016_1.pdf>. Acesso em: 4 ago. 2020.

RIBAS, Oscar. **Missosso**: literatura tradicional angolana. Luanda: Tipografia Angolana, 1964.

RIBAS, Oscar. **Sunguilando**: contos tradicionais angolanos. Luanda: União dos Escritores Angolanos: 1989.

RIBAS, Oscar. **Uanga, Feitiço**: romance folclórico angolano. Luanda: Tipografia Angolana, Lello, 1951.

RIMLI, Lisa. **“Tira essas porcarias daqui”**: violência policial contra vendedores ambulantes em Angola. Tradução: Diana Tarré. Estados Unidos da América: *Human Rights Watch*, 2013. ISBN: 978-1-62313-0596. Disponível em: <https://www.hrw.org/sites/default/files/report_pdf/angola1013po.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2020.

ROBSON, Paul. Communities and community institutions in Luanda. *In*: ROBSON, Paul (ed.). **Communities and reconstruction in Angola**. Luanda: Development Workshop, 2001, p.163-181.

SANTOS, Ana de Sousa. Quitandas e quitandeiras de Luanda. **Boletim do Instituto de Investigação Científica de Angola**, v. 4, n. 2, 1967, p. 89-112.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Construindo as Epistemologias do Sul**: antologia essencial. Buenos Aires: CLACSO. 2018.

SANTOS, Kauê Lopes dos. Da informalidade ao circuito inferior: um estudo sobre a economia urbana em Gana no início do século XXI. **GEOgrafia**, Universidade Federal Fluminense, v. 23, n. 50, 2020, p. 1-18. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/38272/29154>>. Acesso em: 02 jun. 2021. DOI: 10.22409/GEOgraphia2021.v23i50.a38272.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. 2ª. ed. São Paulo: EDUSP, 2018. .

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 31ª. ed. Rio de Janeiro: Record, 2020.

SANTOS, Orlando Almeida dos. **Do pregão da avó Ximinha ao grito da zungueira**: trajetórias femininas no comércio de rua em Luanda. 2010. Dissertação (Mestrado) — Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Estudos Étnicos-Africanos, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/23955/1/dissertacao_OASantos.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2020.

SANTOS, Orlando dos. Mamãs quitandeiras, kinguilas e zungueiras: trajetórias femininas e cotidiano de comerciantes de rua em Luanda. **RAS - Revista Angolana de Sociologia**, n. 8, Angola, dez. 2011, p. 35-61. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/ras/510>>. Acesso em: 22 mar. 2020. DOI: <<https://doi.org/10.4000/ras.510>>. ISSN: 2312-5195.

SANTOS, Virgínia Inácio dos. A situação da mulher angolana: uma análise crítica feminista pós-guerra. **Mandrágora, Portal Metodista de Periódicos Científicos**, v. 16, n. 16, 2002, p. 39-62. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/MA/article/view/1998/2010>>. Acesso em 09 jun. 2020.

TAVARES, Fernando Oliveira; PACHECO, Luís; COSTA, Paula. História económico-social de Angola: do período pré-colonial à independência. **População e Sociedade, CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade**, v. 29, jun. 2018. p. 82-98. Disponível em: <<https://www.cepese.pt/portal/pt/populacao-e-sociedade/edicoes/populacao-e-sociedade-n-o-29/historia-economico-social-de-angola-do-periodo-pre-colonial-a-independencia>>. Acesso em: 4 ago. 2020.

THORPE, David. African Cities – the fastest growing in the world. **Smart Cities Dive**. c2021. Disponível em: <<https://www.smartcitiesdive.com/ex/sustainablecitiescollective/african-cities-fastest-growing-world/248936/>>. Acesso em: 8 maio 2021.

TELO, Florita Cuhanga António. Mulheres e o comércio (informal) em Luanda: um olhar para além da crise pandêmica de Covid19. **Revista Espaço Acadêmico**. Edição especial, v. 21, 2021, p. 13-24. Disponível em: <<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/59380>>. Acesso em 13 ago. 2021.

VAN-DÚNEM, Domingos: **Sobre o vocábulo quitandeira**. Luanda: Edição do autor, sem datação.

VER ANGOLA. **Polícia condenado a 16 anos de prisão por ter assassinado Juliana Cafrique**. 2020. Disponível em: <<https://www.verangola.net/va/pt/012020/Defesa/18170/Pol%C3%ADcia-condenado-a-16-anos-de-pris%C3%A3o-por-ter-assassinado-Juliana-Cafrique.htm>>. Acesso em 3 jun. 2021.

VENÂNCIO, José Carlos. **A economia de Luanda e hinterland no século XVIII**: um estudo de sociologia histórica. Lisboa: Editorial Estampa, 1996. ISBN: 97-2331-2204.

VENÂNCIO, Joana Clemente da Costa. **O bairro Prenda em Luanda**: entre o formal e o informal. 2013. Dissertação (Mestrado em Arquitectura) — Faculdade de Arquitectura, Universidade do Porto, 2013. Disponível em: <<https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/78629>>. Acesso em 20 set. 2021.

WATSON, Vanessa. African urban fantasies: dreams or nightmares? **Environment and Urbanization**, v.26, n. 1, abr. 2014, p. 215-231. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0956247813513705>>. Acesso em: 14 out. 2021.

ZAMPARONI, Valdemir. **De escravo a cozinheiro**: colonialismo e racismo em Moçambique. 2ª. ed. Salvador: EDUFBA, CEAO, 2012. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/16764/1/de-escravo-a-cozinheiro.pdf>>. Acesso em 20 set. 2021.

ZAU, Filipe. **Angola**: trilhos para o desenvolvimento. Lisboa: Universidade Aberta, 2002. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/27084672-Angola-trilhos-para-o-desenvolvimento.html>>. Acesso em 3 jun. 2021.